

Julho 2008

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

Centro de Documentação e Informação

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Agosto de 2003 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível às entidades interessadas para consulta. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Mercado Informal e Microfinanças](#)
3. [Governança e Descentralização](#)
4. [Eleições e Educação Cívica](#)
5. [Educação, Juventude e Criança](#)
6. [Terra, Habitação e Urbanização](#)
7. [Serviços Básicos](#)
8. [Paz e Reconciliação](#)

As fontes monitoradas são:

- **Jornais:** Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa, incluindo Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, e InfoSambila

- **Websites:** Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda, Jornal de Angola, Angolapress, Kwacka.net

O Corpo das notícias não é alterado.

Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. Para a melhoria dos nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redacção

Genérico

Redacção Kâmia Madeira

Conselho de Edição e Revisão:

Allan Cain, Fabrice Beutler,
Beat Weber, Pacheco Ilinga,
Katuzolo Paulina, Gelson Gaspar,
Azancoth, Massomba Dominique

Editado por:

Development Workshop-Angola

Endereço:

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda - Angola

Telefone:

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email:

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de:

LUPP (Programa de Redução
a Pobreza Urbana de Luanda),
DFID e Embaixada da Noruega

INDICE

1 redução da pobreza e economia	2
1.1 População da Caála privada de água canalizada desde Abril último.....	2
1.2 PIB cresceu cerca de 20,86% em 2007.....	2
1.3 A caminho duma pobreza estrutural?.....	3
1.4 Somos os piores no índice de desenvolvimento humano	5
1.5 Terceira fase do PRESILD vai gerar sete mil empregos	5
2 mercado informal e microfinanças	7
2.1 A outra face da moeda.....	7
2.2 A “vida fácil” dos ambulantes	8
2.3 Vestir de fora a qualquer preço	10
2.4 Os «depenadores» do GPL	11
2.5 Oficinas de rua, mal necessário	12
2.6 Produtores recebem micro-créditos	13
2.7 Instituições financeiras não bancárias em caminho	14
2.8 PNUD lança hoje iniciativas de mercados	14
3 governação e descentralização	16
3.1 Nova Lei Penitenciária votada por unanimidade pelos deputados	16
3.2 Lei do Direito de Antena em discussão no Parlamento	17
3.3 Legislatura termina na próxima semana.....	17
3.4 Conselho de Ministros aprova financiamento para a campanha eleitoral dos partidos políticos	18
3.5 Angola precisa de legislação específica para punir o crime.....	18
3.6 Primeiro-Ministro defende atribuição de terras para projectos ligados aos bio-combustíveis	18
4 Eleições e Educação Cívica	20
4.1 Jornalistas optimistas quanto às eleições de Setembro	20
4.2 Parlamento considera desnecessário alargamento do período de votação	22
4.3 Ministério do Interior forma agentes para as eleições	23
4.4 CNE fixa critério de atribuição de verbas para a campanha dos partidos políticos.....	23
4.5 O papel dos observadores eleitorais	24
4.6 Formados primeiros instrutores para campanha de educação cívica	24
4.7 Redes Eleitoras capacitam observadores para eleições.....	25
4.8 Validação dos resultados das eleições é competência do Tribunal Constitucional	25
5 Educação, Juventude e Criança	27
5.1 Centro da Precol lança no mercado profissionais de diversas áreas.....	27
5.2 França apoia Escolas de Administração.....	27
5.3 Viana passa a ter mais cinco escolas.....	28
5.4 Estudantes de escolas públicas passam a dispor de computador.....	28
5.5 Mais alunos frequentam vários níveis de ensino.....	28
5.6 Instituto Superior Politécnico abre em 2010 no Kuando-Kubango.....	29
5.7 Jovens estão prontos para servir o país.....	30
5.8 Suposto pastor manteve em cárcere privado crianças no município de Mbanza Congo	30
5.9 Defendida responsabilização criminal aos que acusam crianças de feiticeiras	31
5.10 PAV imuniza milhares de crianças	32
5.11 O dia-a-dia de petizes angolanos no posto fronteiriço de Santa Clara.....	32
5.12 Governo prepara legislação para o Ensino Superior	33
6 terra, habitação e urbanização	34
6.1 Camponeses beneficiam de ferramentas para combater a fome e a pobreza.....	35

6.2 Bairro da Madeira uma existência penosa.....	35
6.3 Maculusso uma estrela cintilante.....	36
6.4 “Querem o céu e a terra” Ricos invadem vila do Zango I e II	37
6.5 Cafeicultores no Kwanza-Norte recebem crédito do fundo de Desenvolvimento.....	38
6.6 São Paulo reflexo da desorganização.....	39
6.7 Seremos mais de 20 milhões de habitantes em 2020	40
6.8 Reordenamento do B.O em perspectiva.....	41
6.9 Demolições continuam no “Traque”	42
6.10 Vida de cão no Mundial	43
7 serviços basicos.....	45
7.1 Fundo Lwini continua a trabalhar para a dignidade dos deficientes.....	45
7.2 Caminhos-de-ferro de Luanda transportam mais de um milhão	45
7.3 Projecto “Água para todos” chega ao município da Humpata.....	45
7.4 Kuando-Kubango reforça fornecimento de água potável e energia eléctrica	46
7.5 Administração determinada a inverter a situação	46
7.6 Saneamento caótica e ilegalidade na ocupação de terrenos.....	47
7.7 Vias em reparação	48
7.8 Água para todos só no ano 2005.....	48
7.9 Criado órgão de regulamento de transporte em Luanda.....	49
8 Paz e Reconciliação	50
8.1 Ex-militares beneficiam de equipamento técnico-profissional no Cunene	50
8.2 Associação de Cegos de Guerra recebe equipamento informático.....	50
8.3 Militares das Forças Armadas Angolanas aterrorizam população.....	50
8.4 Chegou a fase de entrega coerciva das armas.....	52
8.5 Cerca de 30 mil armas já foram recolhidas	52
8.6 Cazenga realiza campanha sobre desarmamento.....	53

1 REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1 População da Caála privada de água canalizada desde Abril último

Jornal de Angola 2-07-2008

Consumidores residentes na cidade da Caála, província do Huambo, estão privados, desde Abril último, do fornecimento de água potável, devido às rupturas e ao estado obsoleto da conduta de distribuição.

O chefe municipal da Repartição da Energia e Aguas, Tomás de Jesus, revelou que as rupturas são frequentes, devido ao crescente estado de degradação dos tubos, que existem desde 1945.

O sistema de distribuição de água funciona com dois tanques acumuladores de 520 metros cúbicos, com capacidade para fornecer diariamente 50 litros de água potável por pessoa.

Segundo o responsável, está-se a trabalhar seriamente para restabelecer o fornecimento de água aos habitantes da cidade, que actualmente estão a abastecer-se em poços.

Para a reabilitação da conduta e da rede de distribuição de água, segundo Tomás de Jesus, são necessários mais de três milhões de Kwanzas, para a compra de novos tubos e outros serviços.

Através do programa nacional "Água para todos", concebido pelo Ministério da Energia e Aguas, serão reabilitados na Caála 50 furos de água, com sistema de manivelas, e 20 chafarizes.

O projecto, com início marcado para este mês e com a duração de oito meses, será desenvolvido pela ONG "Development Workshop".

A administração do município da Caála trabalha no levantamento das áreas com mais necessidades e de maior concentração populacional, para novas perfurações, com vista a minimizar a carência de água potável.

1.2 PIB cresceu cerca de 20,86% em 2007

Semanário Factual 4-07-2008

O relatório anual de 2007 da Universidade Católica de

Angola (UCAN) estima que a economia angolana terá crescido em 20,86 por cento, no ano passado. Cita como fonte as estimativas preliminares do Ministério do Planeamento. Destaca, porém, que o rendimento médio por habitante atingiu os três mil 419 dólares, representando um aumento de cerca de 31,1 por cento em relação a 2006.

"Para se ter uma ideia da velocidade das transformações económicas é suficiente referir que só nos primeiros sete meses de 2007 a taxa de crescimento do PIB foi de cerca de 12 por cento, de acordo com o Boletim de Conjuntura do Ministério do Planeamento. As actividades terciárias foram as de maior dinamismo", enfatiza o relatório que, no entanto, frisa que "os indicadores sociais não melhoraram na mesma proporção dos indicadores económicos".

Na opinião do painel de empresários do Barómetro de Conjuntura do Centro de Estudos e Investigação Científica (CEJC) da UCAN, a situação social manteve-se um factor de influência negativa para o clima de negócios e refere que o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento para 2007/2008 continua a ser dos baixos do mundo, embora o seu valor absoluto tenha melhorado ligeiramente.

"O crescimento económico manteve-se em dois dígitos e os níveis de estabilização macroeconómica continuou a estabelecer-se em padrões exigidos pelas agências internacionais de financiamento e pelos índices de classificação, ainda que alguns dos indicadores que a caracterizam não tenham sido controlados da maneira mais efectiva, por pressão dum crescimento talvez intenso e rápido para as nossas capacidades de gestão e de endogenização", realça.

Os níveis gerais de governação mantiveram-se estáveis em 2007, parecendo ter-se entrado em "velocidade de cruzeiro quanto à gestão dos agregados macroeconómicos". Porém, os especialistas sublinham que nada está definitivamente consolidado, permanecendo em aberto vários desafios estratégicos e alertam para a prática de um certo "dumping" social, no qual se colocam no mercado bens a preços inferiores aos praticados normalmente.

O núcleo de estudos, coordenado pelo economista Alves da Rocha, chama também atenção pelo crescimento desigual entre as zonas rurais e urbanas, onde destaca que uma pesquisa feita pelo Núcleo de Macroeconomia CEIC revela que Luanda concentrava em 2002 cerca de 70 por cento do rendimento nacional e que se agravou em 2005 para 78 por cento.

"Um outro aspecto, neste contexto de desigualdade pessoal na distribuição do rendimento, relaciona-se com a criação de dois mundos completamente diferentes em Angola. Um é o mundo da alta finança, do imobiliário de luxo e especulativo e dos shoppings,

centros comerciais de elevado rendimento e de grandes perspectivas futuras, mais acessível apenas aos angolanos próximos da elite económica e política. O outro é o mundo da pobreza, onde quase 70 porcentos da população sobrevive com muitas dificuldades", lê-se no estudo.

O relatório indica, com base na execução orçamental provisória, um excedente fiscal estimado em 11,3 por cento do PIB, equivalendo a uma poupança do Estado de cerca de 6.852,1 milhões de dólares. O documento avança, entretanto, que as principais razões do superávit residem numa baixa execução dos investimentos públicos, 30 por cento abaixo do previsto no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2007, e pela melhor gestão corrente das despesas de funcionamento da administração pública e pelo diferencial do preço do petróleo entre o previsto e o efectivo.

A reconstrução do país aparece como o "rosto" mais visível da actividade económica do Estado, cujo volume de investimentos em 2007, segundo o CEIC, rondou os 7,2 mil milhões de dólares correntes na recuperação e ou construção das mais variadas infra-estruturas de incidência económica e social. No entanto, a taxa real de execução dos investimentos públicos continuou a revelar as tradicionais dificuldades.

"A quantidade do crédito do sistema bancário à economia aumentou 87,3 por cento – o incremento do crédito ao sector privado foi de 89 por cento, devido à redução das taxas de juro em moeda nacional e estrangeira, que se tomaram taxas reais negativas devido à resistência da inflação". No entanto, a taxa de crédito à economia passou de 1 por cento em 2002 para 11,5 % do PIB em 2007, enquanto o petróleo representou cerca de 95,5 por cento das exportações no ano passado.

O Relatório Económico de Angola, que é produzido anualmente pelo CEIC/UCAN, foi apresentado ao público, no dia 26 de Junho, em Luanda, revela ainda que em 2007 foram registados cerca de 3,1 mil pedidos de emprego, dos quais 25 mil homens e aproximadamente 6 mil mulheres e ocorreram 10 mil ofertas de empregos, tendo sido concretizadas somente sete mil 941 colocações.

1.3 A caminho duma pobreza estrutural?

Novo Jornal 20-07-2008

A pobreza é um problema mundial. Amartya Sen – Pobreza e Fomes, Terramar, 1999 e O Desenvolvimento Como Liberdade, Gradiva, 2003) –, prémio Nobel da Economia em 1998, actualmente professor na Universidade de Harvard (Estados Unidos), tem sido um dos maiores estudiosos da pobreza no mundo, seguramente influenciado pela situação no seu país de nascimento, a Índia.

Não são apenas os países pobres e subdesenvolvidos a debaterem-se com o fenómeno da pobreza. Também as economias desenvolvidas o têm, em maior ou menor escala. Portugal é o país da União Monetária Europeia com a maior taxa de pobreza, estimada em redor de 20% da população, e com a mais desequilibrada distribuição do rendimento (informações respeitantes a 2004).

A França tem uma prevalência de pobreza de 12% da população total a Itália em torno dos 15% e os Estados Unidos na vizinhança dos 10%. Aqui, também, a pobreza é racista, porquanto afecta maioritariamente a população negra. São, pelo menos, quatro os factores que podem concorrer para uma estruturalização da pobreza mundial e nacional.

O primeiro, é a globalização económica, desacompanhada da globalização da cidadania. Os efeitos positivos duma crescente integração económica mundial têm favorecido, numa proporção muito desigual, as economias mais desenvolvidas do planeta.

O ultra-liberalismo e as restrições, tarifárias e não tarifárias, ao livre comércio internacional, levantadas pelas economias mais industrializadas, têm sido apontados como algumas das mais importantes razões para esse desequilíbrio na distribuição do rendimento mundial.

Joseph Stiglitz, no célebre *Globalization and its Discontents* (Northon & Company, Inc., New York, 2002) denunciava a globalização como um dos factores determinantes do atraso económico e das desigualdades de níveis de vida entre os países e dentro das sociedades humanas, desenvolvidas e não desenvolvidas. Mais recentemente, este Prémio Nobel da Economia de '2001, vem propor medidas e políticas que tornem a globalização inevitável, porque corresponde, afinal, a um novo estágio de desenvolvimento da economia mundial mais eficaz, no sentido duma melhor distribuição das suas inegáveis vantagens (Joseph Stiglitz, *Tornar Eficaz a Globalização*, EdiçõesASA, 2007).

O segundo, é o da pobreza entre os empregados, isto é, começa a descobrir-se que mesmo entre os trabalhadores que exercem uma actividade remunerada, por conta própria ou por conta de outrem, também prevalecem situações de pobreza. Esta constatação ameaça atirar por terra as teses que, exageradamente, sobrelevam a relação redução da pobreza-criação de emprego-crescimento económico. Já se sabia que nem sempre mais crescimento económico é, automaticamente, sinónimo de mais emprego.

De momento, começa a perceber-se que a passagem da condição de desempregado para a de empregado não arrasta consigo a eliminação da pobreza. Ou seja, a obtenção dum emprego deixa de ser condição sine qua non para a redução da pobreza. Os factos aí estão: em França (*Alternatives Économiques*, Juin 2008), o

número de trabalhadores pobres aumentou, entre 2003 e 2005, em 21%. Nesse ano, os trabalhadores pobres representavam 6,4% do conjunto de trabalhadores franceses. Esta situação não é exclusiva de França. Portugal é o país da União Monetária Europeia com a maior taxa de empregados pobres. Situações semelhantes se passam em Itália, no Reino Unido e nos Estados Unidos da América.

O terceiro factor é o da intensidade da pobreza. A avaliação das condições das pessoas e famílias pobres tem permitido concluir que a sua situação financeira se tem vindo a degradar – a diferença entre os seus rendimentos médios e o limiar da pobreza tem-se tornado maior ou seja, os pobres têm-se tornado cada vez mais pobres. Para os países da União Monetária Europeia, o limiar da pobreza é muito diferente do considerado pelas Nações Unidas, estando estabelecido em dez euros por dia, qualquer coisa como 300 euros por mês. Imagine-se este rendimento-limite aplicado a África e a nós próprios: provavelmente mais de 90% da população seria pobre.

O quarto e último factor relaciona-se com as condições gerais de vida da população. Mesmo nas famílias com um rendimento médio superior ao limiar monetário de pobreza, têm-se constatado dificuldades sérias na sua capacidade de pagamento da renda, dos estudos dos filhos, da electricidade e da água, e de aquisição de determinados bens, como carne, leite, vestuário, etc., afinal, bens básicos e essenciais (nada que nos seja estranho, infelizmente).

Os cenários mundiais sobre a pobreza – Banco Mundial, *World Economic Prospects*, 2008 – são perturbadores: em 2004, 2548 milhões de seres humanos (mais de 40% da população total do planeta) viviam (?) com menos de dois dólares diários. Na África subsahariana eram 522 milhões os pobres em 2004, uma percentagem de 72% da população total, absolutamente conflagrador. E o futuro não augura alterações a esta situação. Bem pelo contrário.

O Banco Mundial projecta um quantitativo de 567 milhões de africanos subsaharianos pobres em 2015, correspondente a uma taxa de pobreza de 78,5%. Minal o que se passa no mundo e em África? Com excepção de 2007 e provavelmente de 2008, o crescimento económico mundial tem sido bastante aceitável, mas, aparentemente, não o suficiente para melhorar as condições de vida da população, arriscando-se, assim, a estruturalizar-se as situações de desemprego e pobreza. Na África subsahariana, os registos estatísticos do crescimento do PIB têm, igualmente, sido positivos desde 2004, mas, uma vez mais, insuficientes para mitigar a pobreza, quanto mais para revertê-la.

São conhecidos estudos, baseados em análises temporais ou crosssection, que crescentemente reconhecem que a qualidade do crescimento económico conta muito para a redução das situações de pobreza. Com efeito, a igualdade de oportunidades e a melhoria

na distribuição do rendimento são factores essenciais para o sucesso das estratégias de redução da pobreza.

Assim, a estabilização macroeconómica – cujos sucessos relativos entre nós têm sido encomiados quase até à exaustão, esquecendo-nos de que em economia a preservação dos equilíbrios fundamentais é difícil complexa e sujeita a influências que não controlamos deve ter como focos o crescimento económico sustentável melhoria da distribuição de rendimentos e a promoção da igualdade de oportunidades.

Ravi Kambur, da Universidade de Cornell e um dos grandes especialistas mundiais sobre a pobreza, coloca, nas suas análises, o foco estratégico, para a sua redução, nos mecanismos e nas políticas de redistribuição da riqueza e distribuição do rendimento. Se os processos económicos e sociais de repartição do produto nacional se não reformarem, muito dificilmente o crescimento económico será fonte de melhoria das condições de vida da população.

Este economista enfatiza, igualmente, os aspectos fiscais como importantes para uma abordagem consequente da eliminação da pobreza, sublinhando a necessidade duma fiscalidade protectora dos rendimentos da população mais pobre.

A taxa de pobreza em Angola aquela que se encontra estatisticamente validada pelo inquérito às receitas e despesas familiares de 2002 é de 68,2%, com os seguintes aspectos parcelares (valores referidos a 2005 e retirados do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano 2007/2008 do PNUD):

IDH de 0,446 (162ª posição entre 177 países, contra 0,439 em 2004, correspondendo à 161ª posição igualmente entre 177 países, o que significa que se em termos absolutos houve uma melhoria, em termos relativos registou-se uma degradação), uma deterioração média anual na taxa de crescimento do PIE por habitante de -0,6% entre 1975 e 2005, um valor de -33 na diferença entre as posições do IDH e do PIB por habitante (em paridade do poder de compra) – as diferenças negativas significam que o crescimento económico não se transformou em desenvolvimento e que a desigualdade na repartição do rendimento se agravou – contra -32 em 2004, taxa de mortalidade infantil de 154 (valor que se mantém desde 2002), taxa de mortalidade infanto-juvenil (menos de 5 anos de idade) de 260 (igualmente desde 2002), 41,7 anos de esperança média de vida à nascença (40,7 anos em 2004), taxa de escolarização bruta combinada de 25,6% (26% em 2004), despesas públicas com a educação de 2,6% (2,3% em 2004) e com a saúde de 1,5% do PIB (1,9% em 2004), etc.

1.4 Somos os piores no índice de desenvolvimento humano

Agora 26-07-2008

No Índice de Desenvolvimento Humano, atribuído pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) considerando indicadores económicos e sociais como a esperança média de vida ou taxa de alfabetização, Angola surge na 1623 posição, entre 177 países, nos países de baixo desenvolvimento humano, grupo onde estão também Moçambique e Guiné-Bissau.

A esperança média de vida dos angolanos está nos 41,7 anos (dados de 2005) e 67,4 por cento daqueles com mais de 15 anos sabem ler e escrever.

Já o Produto Interno Bruto (PIB) "per capita" (2.335 dólares em 2005) está ao nível de muitos países de desenvolvimento médio, como a Bolívia ou a Moldávia.

O último relatório do PNUD sobre Angola, publicado em Maio, identifica a malária (paludismo) como causa principal de morte no país, com uma dimensão crítica na mortalidade infantil. Enquanto, em relação ao HIV-SIDA, a incidência estimada de 2,5 por cento é considerada reduzida, quando comparada com outros países africanos.

A generalidade das instituições de apoio ao desenvolvimento, como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, afirmam que as autoridades locais enfrentam agora o desafio de conseguir que a conjuntura económica inédita – e provavelmente irrepetível – se reflecta na melhoria das condições de vida das populações.

Desde 2002, o Produto Interno (PIB) nacional aumentou mais de dez vezes: de 471 mil milhões de kwanzas para perto de 4,5 biliões de kwanzas no ano passado (59 mil milhões de dólares); o ritmo frenético de crescimento económico (média anual de 15 por cento entre 2002-2007).

O crescimento do produto na indústria extractiva, sobretudo na petrolífera, explica a maior parte do aumento, mas quase todos os sectores registam crescimentos expressivos nos últimos anos.

Em 2006, a indústria extractiva representou directamente mais de 60 por cento do PIB, mas o seu contributo indirecto - através de sectores como o comércio, construção ou indústria transformadora - coloca peso económico em cerca de 80 por cento, segundo o Banco Mundial (BM).

De acordo com o BM, A taxa de inflação recuou de 43,5 por cento em 2004 para próximo dos 10 por cento no ano passado, mas aquém da meta governamental; um feito tanto mais notável quanto em 1996, o índice de preços ao consumidor estava nos 6.181 por cento.

O último relatório do Banco de Portugal sobre os PALOP e Timor-Leste identifica como desafios a "execução adequada das despesas públicas de investimento", "concretizar o processo de desinflação ao ritmo apropriado" e "fomentar a competitividade externa da economia não-petrolífera" – "questões que acabam por se reflectir, directa ou indirectamente, na capacidade para dar resposta às carências sociais com que o país se confronta

1.5 Terceira fase do PRESILD vai gerar sete mil empregos

Angolense 26-07-2008

Na hora de balanço sobre as duas fases que compreenderam o início do Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD), o coordenador da comissão institucional da rede de supermercados "Nosso Super", Gomes Cardoso, anunciou esta semana o arranque da terceira fase daquela rede comercial. "A primeira fase resumiu-se na construção de 10 lojas da rede de supermercados "Nosso Super". A inauguração do primeiro estabelecimento foi feita pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos", notou.

Dos dez, segundo explicou, quatro foram construídos em Luanda, Bié, Benguela, Malange, Huambo, Cabinda e Huíla.

A segunda fase, notou, teve início a 4 de Fevereiro de 2008 com a inauguração de "Nosso Super" da província do Uíje. O projecto não ficou por aí, seguindo-se, assim, a construção de mais sete novos supermercados "Nosso Super". "Estes estabelecimentos foram construídos nas províncias do Bengo, Kwanza-Norte, Lunda-Sul, Moxico e mais duas outras", revelou.

A primeira e a segunda fase, de acordo com Gomes Cardoso, permitiram construir 17 lojas em 13 províncias das 18 do país.

A referida rede, segundo o seu coordenador, desde 8 de Março até a presente data, já facturou 72 milhões e quinhentos e quarenta e seis dólares e atendeu cerca de seis milhões de duzentos e oitenta e quatro consumidores, num volume de compra por pessoa médio 11.5 dólares.

Também nessa fase, explicou, a referida rede cumpriu com alguns objectivos preconizados. "Os indicadores estão acima da média, isso quer dizer que a rede tem um desempenho muito positivo, porque permitiu regular os preços dos produtos básicos no mercado, assim como contribuiu para desencorajar os clientes a fazerem compra em locais sem as mínimas condições sanitárias", disse.

Segundo o nosso interlocutor, pela primeira a referida

rede valoriza e o escoamento da produção nacional. "Estamos a comercializar produtos nacionais e temos cadastradas uma centena de fornecedores de produtos nacionais, ajudamos também a combater a fome e a pobreza através da criação de mais de três mil cento e oitenta e três empregos, particularmente para jovens", recordou.

No seu entender, o PRESILD está a exercer o papel da rede comercial retalhista do país, porque trabalha de forma integrada do ponto de vista da logística, da gestão dos principais indicadores, da formação dos trabalhadores, do aprovisionamento, quer da organização da rede. Pela primeira vez temos estado a conseguir que não haja ruptura de stocks, particularmente nos produtos básicos, o que nos permite regular os preços no mercado", apontou, destacando que o "Nosso Super" é um parceiro válido.

A terceira fase propriamente dita, destacou, vai resumir-se na construção de novos supermercados. O objectivo é construir 32 "Nosso Super" em todo o território nacional.

Para o pontapé de saída, o PRESILD vai inaugurar no decorrer deste mês o décimo oitavo Nosso Super nas províncias do Zaire, nas cidades de Mbanza Congo, do Sumbe, no Kwanza-Sul, de Menongue, nas "terras do progresso".

A série de inaugurações irá continuar a 29 de Agosto, na província do Cunene, na cidade do Dundo, província da Lunda-Norte. As referidas lojas irão abrir as portas até finais de Agosto.

De Setembro até Dezembro de 2008 serão erguidas mais nove supermercados da rede, dois na cidade de Benguela, um na cidade do Zaire e um em Mbanza Congo, num total de dois. A cidade de Cabinda, para além do já existente, vai contar com mais uma loja da referida rede.

Os projectos em causa, alguns já em execução, irão gerar sete mil empregos. "O programa não ira ficar por aí. Iremos também construir para a criação do urbanismo comercial à volta dos supermercados Nosso Super.

Nesse momento estamos a construir o "Nosso Centro": trata-se de um novo modelo de supermercado que vai oferecer múltiplos serviços para o cidadão", avançou.

O projecto denominado "Urbanismo Comercial" está já a ser desenvolvido em várias províncias, com destaque para as províncias de Luanda e do Huambo.

O mesmo irá proporcionar ao cidadão todo tipo de serviços, desde a venda de produtos da Sonangol, gás butano, combustíveis, padarias, talhos e outros.

2 MERCADO INFORMAL E MICROFINANÇAS

2.1 A outra face da moeda

Semanário Factual 4-07-2008

Dos muitos usuários de viaturas que diariamente pedem aos lavadores para darem um "brilho" nos seus automóveis, a maioria deles de marca, concordaram que a medida ora adoptada, irá criar transtornos para os mesmos.

Eles alegam que existem muito poucas estações de serviço em Luanda, para atenderem os milhares de carros, que necessitam de "tomar banho diariamente". Daí que esta tomada de decisão poderia ser mais leve. Com relação as poucas estações de serviço, elas

recebem viaturas para lavagem consoante a hora de chegada. Muitas já não aceitam fazer reservas, para tratar da limpeza e lavagem dos automóveis, por alegados transtornos ao seu normal expediente.

No entanto, a maioria delas só tem capacidade para tratar de uma dúzia e tal de viaturas por dia, onde cobram entre os 2 mil e quinhentos a quatro mil kwanzas.

Carlos Alberto, empresário de 47 anos, que todo dia lava a sua viatura nas imediações do Hotel Trópico, não concorda nem discorda. " O problema dos nossos governantes é que produzem decretos cada vez mais medonhos, sem quererem saber das consequências para o infeliz cidadão" disse. "Se estas medidas forem realmente executadas, a maioria dos carros andarão pelas ruas de Luanda todos sujos.

Do mesmo modo, um outro usuário, Martins Silva de 54 anos e funcionário público, alegou ser bem vinda esta decisão, mas que, as multas e todos os procedimentos daí decorrentes são exageradas. " Eles deveriam permitir que os jovens lavadores, apenas utilizassem panos molhados para limpar os carros e proibirem, que eles utilizassem grandes quantidades de água, assim também estariam a proteger o pão destes jovens", salientou.

Sem pestanejar na sua opinião, Narciso Benjamim de 62 anos de idade, reformado, disse que mesmo sendo absurdas as decisões de determinados governantes, os governados deverão apenas cumprir. " Por mais disparatadas e descabidas, que alguns decretos possam parecer, o povo deverá fazer os possíveis para obedecelas". Disse.

No mesmo diapasão, Gilberto Cardoso desocupado e de 30 anos foi mais longe na sua opinião em relação ao

assunto. "O Governo tenta sempre encontrar um bode expiatório, para encobrir a sua incapacidade de governar".

Para ele, o problema da não durabilidade do asfalto, não se deve somente a água proveniente das lavagens de viaturas. "Basta ver como se encontra o estado do saneamento básico da nossa cidade, este sim, é que deveria levar com" todas estas sanções absurdas e decretos inoportunos". Salientou também, que na maioria dos casos, o asfalto colocado pelas empresas contratadas não oferece a qualidade desejada.

Como ficam os lavadores

Se eles forem contados um por um poderão chegar a centenas de milhar, os jovens lavadores de viaturas, que fizeram desta actividade, o seu ganha-pão. Provenientes na sua maioria das províncias de Benguela, Huambo e Huíla estes jovens adultos, muitos com mulher e filhos para sustentar, vêm agora a sua subsistência ameaçada com esta decisão do Governo, de acabar à todo o custo com a lavagem de carros.

Abordados alguns destes "profissionais" da lavagem de automóveis, todos foram unânimes em se perguntarem o que irão fazer para conseguirem o pão-nosso de cada dia.

Tanata António, um indivíduo hoje com 31 anos, chegou a Luanda ainda menino com apenas 12 anos de idade proveniente de Benguela. Naquela altura começou a engraxar sapatos na baixa luandense até que três anos depois, um amigo que conheceu na fuga para Luanda, o convidou para lavar carros no Kinaxixi, como seu ajudante.

Ajudava a acarretar baldes de água e lavava apenas os guarda-lamas das viaturas, mas a renda já era ligeiramente superior. Aguentou dois anos como ajudante, para depois rumar para as traseiras do largo das Ingombota onde permanece a trabalhar como "mestre" até aos dias de hoje.

Os seus clientes confiam na qualidade dos seus serviços e todos os dias novos clientes pretendem os seus préstimos, que por força das muitas solicitações deu emprego a mais três aprendizes. "Agora que vão nos tirar o nosso ganha-pão, como vamos fazer para comeremos? interrogou.

Um outro lavador, de seu nome Severino Chitunda, de 26 anos, também chegou à Luanda ainda moleque vindo do Huambo. Severino, antes de seguir a carreira de lavador, passava o dia a vadiar pelas ruas da cidade roubando e pedindo esmola. Os poucos trocados que conseguia serviam para comprar gasolina para inalar e quando desse comprava liamba para fumar ele e mais alguns amigos.

A noite pernoitava na Canata, naquele buraco que ficava mesmo em frente ao Petro Atlético de Luanda. Mas segundo ele, depois de andar meia dúzia de anos

nesta situação infeliz, deu graças a Deus quando começou a ajudar um primo dele na lavagem de viaturas em baixo do prédio da extinta ENSUL, aí na Rainha Ginga. São dele as seguintes palavras.

"Com este trabalho, consegui deixar o vício e hoje tenho mulher e dois filhos, que os sustento com a lavagem de carros." Confessou que diariamente factura entre os três a cinco mil kwanzas.

A lágrima quase que lhe escorria pelo rosto, por não saber o que será o dia de amanhã, agora que, o governo resolveu acabar com esta actividade.

Afonso Canga de 36 anos, desmobilizado das extintas F APLA, tem mais confiança e esperança na continuidade da sua actividade. " Esta questão de proibirem a lavagem de carros já vem de há muito tempo, e nós conseguimos sobreviver, corrompendo os fiscais".

Segundo ele, os fiscais encarregues de fiscalizarem a área onde ele exerce a sua actividade no cemitério da Santa Ana recebiam propinas todos os santos dias para os deixarem trabalhar sossegados. São prá cima de 30, os lavadores naquela área, que procediam ao pagamento da "gasosa" nos valores que variavam entre os mil e mil e quinhentos Kwanzas. " Havia dias que pediam dinheiro de manhã e depois voltavam a passar a tarde com o mesmo propósito", rematou.

Entretanto, no meio destes trabalhadores, existem outros mais rebeldes, que anunciaram a reportagem deste semanário, que irão protestar. A contestação destes lavadores não será feita com manifestações pelas artérias da cidade nem tão pouco com greves. "Vamos começar a pinchar as paredes com dizeres contestatórios, para expressarm-nos a nossa repugnância com este governo, que quer nos ver na roubalheira e na delinquência", salientou revoltado Domingos Janeiro.

E os fiscais

Agora que as medidas apertam visivelmente o cerco dos lavadores de carros, cabe aos fiscais trabalharem seriamente, para que tais medidas surtam os efeitos preconizados. Este sucesso está longe de acontecer, atendendo aos míseros salários que estes homens auferem mensalmente.

Mesmo com a promessa dada pela Direcção Provincial de Fiscalização, de eles receberem uma comissão sobre as multas aplicadas, não será do dia para a noite, que eles deixarão de fora a promissora gasosa.

Ainda ontem, explicava a reportagem do Factual, Cristina Fonseca, empregada bancária os fiscais surpreenderam os lavadores a lavarem o seu carro nas imediações do Banco Nacional de Angola. "Sabe o que aconteceu depois? os dois fiscais fizeram-me uma proposta aliciante, se lhes desse 100 dólares, não passavam a multa e assim aconteceu," concluiu.

Numa maneira geral, é assim que os fiscais trabalham.

As multas só são passadas, se por acaso o inquirido não tiver nenhuma quantia monetária para pagar a "gasosa".

2.2 A "vida fácil" dos ambulantes

Journal de Angola 12-07-2008

A falta de empregos ou o défice do mercado de trabalho é que gera a legião de ambulantes que temos ou o comércio precário ambulante é que gera desemprego?)

Nos últimos tempos, em diversas ocasiões e artigos publicados neste semanário, tenho-me referido aos vendedores ambulantes de ruas. Sendo um fenómeno económico e social sempre crescente, sobretudo na cidade de Luanda, a questão é tema de interesse inegável para qualquer político, economista ou analista.

Nunca será demais abordá-lo, na perspectiva do enquadramento da sua génese política e económica, propondo ou sugerindo algumas medidas que, a serem tomadas, invertam seguramente a situação para a normalidade.

É que, de facto, se em tempo de guerra podíamos dar a um leque de actividades comerciais informais uma legitimidade decorrente do estado de excepção ou emergência virtual, em tempo de paz a venda ambulante pelas ruas, com as proporções que hoje tem, constitui uma anormalidade social e económica que raia a aberração e clama por soluções urgentes.

Com o fim da guerra e o advento da paz estável que o país passou a viver desde 2002, o espectáculo diário que a nacionais e estrangeiros proporciona a venda ambulante massiva por todas as artérias e sítios da cidade de Luanda impressiona profundamente pela negativa, para além de frontalmente contradizer-se ou entrar em rota de colisão com o nosso tão propalado crescimento económico nos últimos quatro / cinco anos.

Em Maio último estimei em "2a 3 mil os jovens (do sexo masculino e sem incluir as zungueiras) recalcitrantes que teimam em revender exclusivamente nas ruas e que só querem ser vendedores ambulantes, desafiando abertamente a organização urbana (da cidade de Luanda) que as autoridades têm procurado assegurar com muito esforço e trabalho, mas em vão"

(1). Ninguém contrapôs nem me desmentiu, o que pode significar que o cálculo pode estar mais certo do que errado, e ainda bem para a credibilidade e seriedade das minhas análises. A grande questão que se põe é saber, exactamente, se a falta de empregos ou o desemprego voluntário é que gera a legião de vendedores ambulantes que temos hoje pelas ruas de Luanda, ou se os vendedores ambulantes é que, com a existência massiva que têm, criam ou fomentam indirectamente o desemprego. É interessantíssimo, de certo modo inédito, colocar a discussão deste assunto nestes termos.

Estou convicto de que é esta versatilidade de pensamento ou de raciocínio na abordagem dos nossos problemas nacionais, durante a guerra como no pós-guerra, que flagrantemente apresenta um enorme "défice" entre, por exemplo, os deputados à Assembleia Nacional. A excepção das intervenções que fazem nas reuniões de bancada, de especialidade ou nas plenárias segundo me confidenciou uma fonte segura que acompanha de perto os trabalhos parlamentares - não se lhes vê que sejam capazes de levar ao Parlamento o contributo do seu discurso direccionado, suponhamos, a um problema político, económico ou social concreto e para o qual tragam propostas ou sugestões pessoais de solução.

Quando intervêm (poucos o fazem, enquanto a maioria só marca presença física e para votar por mão levantada) não dominam a dialéctica da argumentação que possa motivar o "presidium" a adoptá-las como temas de reflexão e estudo aprofundado nas comissões especializadas ou quiçá mesmo como projectos de resolução, iniciativa legislativa e recomendações.

Dir-me-ão alguns que as coisas se passam desta maneira porque os assuntos que se debatem são apenas e só os agendados. De acordo, naturalmente, mas quem é que aprova as "agendas" ou as "ordens de trabalho"? Não são os deputados? Não é própria Assembleia Nacional? Chego deste modo à conclusão (e aqui expresso o meu aplauso à Direcção do Partido MPLA, na pessoa do seu Presidente) de que foi necessária e muitíssimo oportuna a grande "vassourada" que atingiu em cheio 90 dos seus deputados que exerceram funções durante longos 16 anos. Enganaram -se, final e dolorosamente, aqueles que ficando sempre calados, amorfos ou simples "yesmen", arquitectavam garantir o "tacho" de forma calculista e oportunista por mais um mandato de quatro anos, sem em nada terem contribuído para a solução dos grandes problemas e dificuldades que desde há muitos anos afectam diariamente os cidadãos comuns e desfavorecidos, filhos desta Pátria amada, vivendo no país ou emigrados no exterior. Aqueles que foram capazes de "fazer um pé de meia" com o muito dinheiro que imerecidamente receberam dos cofres do Estado, enquanto longevos deputados, que saibam pelo menos agora investi-lo na criação de empreendimentos e de postos de trabalho produtivos e socialmente úteis, ajudando assim a reduzir ou erradicar do nosso seio a desprestigiante venda ambulante pelas ruas de Luanda e o desemprego de milhares de jovens angolanos na idade activa.

(2)

(O pequeno comércio informal de Luanda é capaz de sustentar, vestir e calçar bem, pagar a renda de casa e dar o dinheiro para as propinas dos filhos a toda a população residente desempregada ou sub-empregada, actual e futura, ainda que seja de milhões. A venda ambulante pelas ruas é a sua variante mais aliciante, porque gera rendimentos pecuniários diários e

imediatos, com muito pouco ou nenhum esforço e despesas. Porém, esta "vida fácil" não convém nem à juventude nem à Nação angolana, pelo que deve cessar por proibição legal a nível nacional, substituída pelo emprego produtivo e socialmente útil, remunerado em correspondência com a complexidade do trabalho prestado e com o custo de vida)

Quando as estimativas referem que 70 por cento dos habitantes de Luanda trabalha no sector informal da economia (3), isso significa em primeiro lugar que são para cima de um milhão as pessoas em idade activa que não se identificam como funcionários públicos ou equiparados (civis e militares) nem como empregados do sector empresarial misto ou privado; e, em segundo lugar, que essas pessoas exercem exclusivamente actividades mercantis e de prestação de serviços fora do sistema legal, por conta própria uns e por conta alheia os restantes, considerando que no sector informal não há agricultura e pescas nem indústrias relevantes, mas com a predominância quase absoluta do comércio sob as mais variadas formas e a prestação de serviços, igualmente desde os mais bizarros e extravagantes aos de alguma utilidade social. Logo, nesta área de comércio e prestação de serviços informais ou seja de actividades precárias não legalizadas incluem-se todos quantos, entre os 18 e os 60 anos de idade, estão formalmente desempregados, mas que têm habitação própria ou arrendada, conseguem alimentar-se a si e às suas famílias, têm os filhos a estudar, possuem viatura ou viaturas próprias, enfim, que sobrevivem e vivem com desafio financeiro, são homens e mulheres de negócios que fazem poupanças que depositam em bancos, reinvestem no comércio paralelo e aplicam na construção civil lucrativa ou especulativa e na pequena agricultura de subsistência ou de lazer. Do ponto de vista da sua evolução política, económica e social, Angola de hoje transporta-nos ao que ocorreu nos séculos XVII e XVIII em vários países da Europa, incluindo Portugal, quando as classes políticas, económicas e sociais até então dominantes (a nobreza e o clero) perderam a sua importância como detentoras das riquezas nacionais dos reinos e uma nova classe a burguesia emergiu da actividade mercantil, criou o capitalismo e passou a dominar o mundo através da força e do poder do dinheiro. Similarmente, com efeito, entre nós facilmente nos apercebemos hoje de que já não são os funcionários públicos (à excepção dos titulares de cargos de governo e de direcção, de cargos políticos e de dirigentes militares ou civis) que detêm a importância social dos outros tempos, quando os seus salários não cobrem de longe as despesas devido aos custos sempre inflacionado dos preços e não lhes permitem fazer qualquer tipo de poupanças. Se o mercado paralelo da economia nacional, só em Luanda, absorve, emprega, sustenta e garante a sobrevivência de mais de metade da sua população residente, substituindo-se ao Estado que não investe nos sectores económicos ociosos e paralisados da agricultura e das indústrias, geradores por excelência dos postos de trabalho técnicos especializados e operários qualificados, aí temos o resultado. Mas não bastará ao Estado angolano

investir com força na agricultura e nas indústrias, se não continuar a ser capaz de rever profundamente a sua política salarial.

A começar pelo Salário Mínimo Nacional, que terá de ser o proposto reiteradamente pelas diferentes Centrais Sindicais deste país e é consensual. A ultrapassada no tempo e no espaço filosofia marxista-leninista da economia do trabalho ou da organização trabalho e salários de fome, que vigorou entre nós durante quase duas décadas e teima continuar a ditar as suas regras, empobreceu profundamente a economia angolana entre os anos 70 e 90, com as nefastas consequências que o tal falso comunismo ou imitação nos legou, pelo que deve passar definitivamente à história. É preciso quebrar ou destruir o círculo vicioso segundo o qual "SEM TRABALHO PRODUTIVO NÃO PODE HAVER BONS SALÁRIOS E SEM BONS SALÁRIOS NÃO HÁ TRABALHO PRODUTIVO". Foi este círculo vicioso ou impasse que no passado pós-independência lançou Angola nos braços da economia informal, da qual os vendedores ambulantes, as zungueiras, as kinguilas e toda a sorte de candongueiros são apenas uma parte visível do gigantesco "iceberg" que continua imerso. O salário mínimo nacional a aprovar deverá ser de pagamento obrigatório de Cabinda ao Cunene por todos os empregadores, sejam eles públicos ou privados, e num valor que permita a qualquer trabalhador da economia formal viver com dignidade.

2.3 Vestir de fora a qualquer preço

Novo Jornal 18-07-2008

Da China ou do Dubai, da Namíbia ou África do Sul, do CongoBrazzaville ou ainda do Brasil, chegam a Angola desde há uns tempos, grandes quantidades de roupas que são espalhadas pelo país adentro, tendo Luanda, Huíla e Benguela como os maiores mercados de consumo, segundo dados da Direcção Nacional do Comércio.

O negócio da roupa importada, tal como toda outra actividade comercial, é liberal e não da responsabilidade do Estado.

Isto, segundo o director nacional do Comércio, Gomes Cardoso, significa que grande parte "dessa mercadoria entra no país por intermédio de comerciantes particulares, nem todos devidamente autorizados para importar mercadorias com fins lucrativos".

As roupas, na sua maioria para o sexo feminino, chegadas ao país, são distribuídas pelas pequenas lojas e boutiques espalhadas pelas diversas artérias de algumas cidades. Parte significativa é também comercializada em mercados e residências particulares.

Em Luanda, por exemplo, no bairro Hoja-ye-Henda, existe mais de uma dezena de armazéns vocacionados para a venda de produtos têxteis, com destaque para

roupas e calçados.

André Singui, gerente de um deles, cujos proprietários são de origem maliana, conta que a mercadoria vem da Tailândia e da China. Este facto, segundo disse, determina sobremaneira nos preços, daí uma camisa de marca Tommy, de fabrico chinês, custar "apenas mil kwanzas".

O nosso interlocutor revelou que o facto de o armazém em que trabalha ser um importador directo da mercadoria "justifica os preços baixos" que fazem, ao passo que nos revendedores, a mesma mercadoria oscila entre os 1.500 e os 2.000,00 KZ.

A este último preço também se encontra o mesmo tipo de mercadorias em lojas localizadas no São Paulo, município do Sambizanga, onde grande parte delas pertence a brasileiros e vietnamitas, também importadores directos.

Essa diferença, segundo Costa Silva, publicitário da loja Mokbel Cold, com mais de sete anos no país, prende-se com o facto de o produto brasileiro ser muito procurado, graças à influência das telenovelas brasileiras.

"As pessoas gostam de se vestir como os seus ídolos se vestem", disse satisfeito por, mesmo não sendo época festiva "altura em que a loja regista grande afluência, já estar a haver algum movimento considerável da clientela.

Para ele, o segredo está no marketing e na atenção que se deve ter com as roupas que mais se procura.

Nesta época fria, "é arriscado mandar vir roupas femininas muito decotadas. O aconselhável é importar roupas estilo jeans, ou as que cubram o corpo todo".

"Boutiques" improvisadas no asfalto

No São Paulo, Roque Santeiro e até mesmo na Baixa de Luanda encontram-se hoje vendedores ambulantes que construíram as suas lojas e boutiques móveis sobre a via pública.

Os preços aqui são sempre mais baixos quando comparados com os que se fazem nas lojas. Isaac vende fatos sociais na Baixa de Luanda e diz que a origem da sua mercadoria é geralmente italiana, francesa e sul-africana, nunca vendida acima dos sete mil kwanzas (cerca de 95 dólares), preço básico da Loja em frente da qual o ambulante faz o seu negócio.

Ficar junto de lojas, confidenciou, facilita as vendas porque "muitos clientes depois de não encontrarem nelas o que procuram recorrem às nossas mercadorias".

A fazer companhia a Isaac está Jessy Lay, vendedor de camisa. Amontoadas numa caixa, para facilitar a fuga dos fiscais, as camisas custam em média 500 kwanzas e são de fabrico tailandês.

Outra companheira de negócio é Antonica Sebastião, antes vendedora nas artérias do São Paulo, mas que passou para a Mutamba devido ao aumento da concorrência naquele local.

Antonica vende roupa e calçado feminino muito procurado pelas senhoras que trabalham na Baixa, local onde estão instalados ministérios, um bom número de companhias de grande porte e bancos.

"As moças que trabalham aqui na Mutamba gostam muito desses calçados rasos e como nem sempre têm dinheiro eu lhes faço um quilape (crédito)" conta.

Mas, como o dinheiro tarda a chegar, os artigos vendidos a "quilaps" são mais caros. A chinela de 400 kwanzas, por exemplo, passa para 500, quando comercializada nesta modalidade de pagamento.

"Moambeiras" viajantes sobrevivem das roupas

O comércio de roupas no país tende a ser dominado por mulheres que atravessam mares e continentes em busca da mercadoria de melhor qualidade para satisfazer os gostos dos consumidores cada vez mais exigentes e ávidos em serem primeiros a usar a última moda de determinada marca.

Os destinos mais frequentes são Brasil, Namíbia e Ponta Negra, Congo Brazzaville, estes dois últimos às vezes por via terrestre devido aos custos de transportação das mercadorias.

Rosa Domingos é uma dessas mulheres, as também chamadas "moambeiras". Antes, Rosa era funcionária de um armazém de roupas, pertencente a vietnamitas, mas depois se sentir insatisfeita com o salário juntou três mil dólares e efectuou a sua primeira viagem para Ponta Negra. Por ser a primeira vez, a "sacoleira" nome atribuído pelos brasileiros por, na altura das compras que efectuam em lojas brasileiras em São Paulo e outras cidades as angolanas andarem carregadas de sacolas.

Teve que se juntar a um grupo de mais três mulheres e partir via terrestre, até Cabinda, de onde receberam vistos para entrar em Ponta Negra. Apesar de começar o negócio com aquele valor, Rosa diz que há quem comece com um montante muito inferior, embora tenha muita dificuldade de continuar, principalmente quando se viaja por via aérea.

O incentivo para se utilizar a via terrestre vem dos preços das passagens que Rosa e companheiras pagam por cada deslocação.

Ela conta que no aeroporto de Ponta Negra não paga nenhum direito alfandegário, mas cá tem sido uma dor de cabeça pelos preços que se fazem. Por cada cinco quilogramas de carga, tem de pagar às Alfândegas o equivalente a 30 dólares, valor que é depois repassado ao consumidor final.

Quanto à concorrência das lojas que importam mercadorias em maior quantidade, Rosa não se intimida. Assim também reage Maria Morena, outra "moambeiras" que faz o percurso Angola e Namíbia. "Nem sempre nós vendemos na hora. Temos consumidores de confiança que levam a mercadoria para pagar apenas no final do mês, até porque muito do que compramos é já encomendado" esclareceu.

Por outro lado, Rosa nega especular preços, como alguns consumidores acusam por considerarem os produtos oriundos do Brasil muito mais baratos que o valor porque são vendidos em Angola.

2.4 Os «depenadores» do GPL

A Capital 19-07-2008

A Polícia de Fiscalização, tem levado a cabo, nos últimos tempos, uma vasta operação de remoção de viaturas, sucatas, geradores e roullotes, geralmente achados na via pública a criarem transtornos de vária ordem, sobretudo aos automobilistas e transeuntes.

O trabalho é realizado pela Direcção Provincial de Fiscalização, em conexão com o Governo Provincial, porquanto há já algum tempo que a capital angolana está transformada numa espécie de «cemitério para sucatas».

O sistema normal de recolha passa, inicialmente, por um aviso afixado no bem a recolher, como forma de persuadir o seu proprietário ou responsável a dar um destino ao mesmo, sob pena de ser sancionado com penas previstas na lei.

No município do Cazenga, por exemplo, de onde surgem grande parte das reclamações, os meios recolhidos são colocados num parque, onde o seu proprietário ou responsável tem de se deslocar, se quiser reavê-la, mediante pagamento de uma multa, que é considerado por muitos, que já se viram neste tipo de situações, como bastante onerosa, facto que tem levado à desistência muitas das pessoas abrangidas por esta medida.

A operação é aplaudida por muitos e tinha tudo para dar certo, não fosse a ganância de certos elementos do «grupo de recolha», que não se coíbem de vender os bens alheios apreendidos.

O «esquema» é dirigido por suposto agente da Fiscalização, apenas identificado por Tinho, que vende em parceria com um tal de Andrezinho, residente no Cazenga, todos os meios recolhidos nas ruas.

Alias, segundo os populares que se queixaram à este jornal, agente Tinho é visto, todos os dias, com passe, uniforme e, como senão bastasse, em viaturas e outros objectos usados pelas equipas de fiscalização, o que confirma a sua ligação com aquele organismo.

O mesmo é acusado de perseguir, quase sempre neste tipo de operações, viaturas, geradores, roullotes e sucatas em bom estado, que são desviadas para a residência do tal de Andrezinho, onde as viaturas são «despedaçadas», para de seguida comercializar-se as peças.

O negócio parece rentável, a julgar pelo número de pessoas que se aprestavam a adquirir "as «ossadas» dos objectos recolhidos, dando mostras que o negócio é há muito conhecido por aquelas bandas.

Não são raras as vezes "em que os cidadãos visados pela medida ficam, na mesma, sem reaver os seus bens, mesmo após pagamento da coima, pelo facto dos fiscais terem dado um outro destino ao material. «Há pessoas que chegam aqui e choram, porque encontram apenas a carcaça e o pouco que sobra de uma roullote ou gerador. É preciso ter sorte para recuperar o teu objecto completo», reclamaram algumas das vítimas do «grupo do Cazenga».

Não é, afinal, sem razão que as pessoas que se dizem lesadas e que denunciaram este facto, apelam às instâncias de direito no sentido de se pôr cobro a situações do género, por estar a provocar sérios transtornos e a levar ao descrédito o trabalho da Direcção Provincial de Fiscalização e do próprio Governo Provincial de Luanda.

2.5 Oficinas de rua, mal necessário

Agora 19-07-2008

Caso se concretize, são vários os angolanos que vão ficar na amargura do desemprego com esta medida do governo provincial de Luanda (GPL), que através das administrações vai notificar as oficinas de rua e as que não oferecem condições serão encerradas.

As autoridades advogam que muitas delas não estão licenciadas, exercendo as suas actividades fora das normas, mas o que mais preocupa o executivo de Luanda são os resíduos resultantes da actividade das oficinas, pondo em risco a saúde pública.

Marcial António, da estação e oficina Serpa Pinto, de 19 anos de idade é ajudante de mecânica há três anos, lamenta a medida e garante que muitos serão prejudicados. "Passei pelo sobe e desce à procura de emprego. Antes de chegar aqui vendia na rua, suporrei o porrete da polícia e os assaltos dos fiscais e quando pensava que estava seguro do novo ganha-pão surge esta medida, mas acredito que não seremos afectados", disse.

As estimativas da gerência da oficina indicam que há 15 pessoas a trabalhar na estação de serviço do largo Serpa Pinto e quanto à contenção dos resíduos, nada aponta para alterar o quadro do vazamento de óleo queimado sobre o passeio.

Os donos de uma dezena de oficinas que os jornalistas do AGORA visitaram, no centro e na periferia de Luanda, concordam em pelo menos dois aspectos: negam o encerramento e propõem que as licenças sejam atribuídas para a promoção dos pequenos empreendedores.

"O problema é a fiscalização que não actua como devia ser, porque se houvesse controlo no exercício de suas actividades, muitas oficinas, quer de mecânica ou bate chapa e pintura não estariam a sujar o pavimento", disse o assistente da oficina Jorge Manuel, 46 anos, utente de uma viatura Nissan Patthfinder, disse que é menos oneroso fazer manutenção nas oficinas de rua do que ir a uma representante. "Olha a mudança de óleo e filtro do meu carro na NISSAN-TDA, fica entre 1000 dólares e 1500 dólares, mas aqui pago perto de 10000 kwanzas. Por isso, as oficinas de rua servem de alternativa para muitos de nós com orçamentos baixos e também emprega jovens não qualificados que podem ganhar experiência de trabalho", justificou.

Com cerca de 12 carros encostados à espera de bate-chapa e pintura, estava a oficina da rua Nicolau Castelo Branco no bairro Maculusso, junto ao restaurante "O Vila". Num espaço improvisado, cabe apenas uma e as restantes ficam na rua até à sua reparação.

"Nós servimos de alternativa a muita gente que procura os nossos serviços", disse um dos bate-chapas que há 13 anos exerce a profissão e reconhece que as condições de trabalho não são as melhores, mas a falta de espaço obriga-o a trabalhar na rua, sem licença e a incomodar os vizinhos com o barulho das marteladas na chaparia. "Somos uma pequena empresa e estamos a pensar legalizá-la, mas a grande dificuldade está em encontrar infra-estruturas para trabalhar, porque no centro da cidade os preços dos arrendamentos são muito elevados e" não temos meios financeiros para suportar os encargos", disse.

Casado e com seis filhos para sustentar, disse que começou a trabalhar como ajudante de bate-chapa, agora é mestre, mas mostra-se frustrado com a administração e não encontra outra solução que não seja resistir à pressão até que consiga reunir meios financeiros para ter um espaço maior e com condições para assegurar a sua actividade. "Já fomos notificados pela fiscalização, não temos para onde ir, se fecharem, ficaremos no desemprego. O mercado não oferece condições de trabalho para todos, esperamos que as coisas se resolvam".

Em pouco tempo, explicou-nos que a sua oficina já tem um número considerável de clientes e pensa oferecer outros serviços, tais como a electricidade "tudo por causa dos preços praticados".

Na zona da estalagem, junto à moagem Kwaba, Mauro de Assunção explora a recauchutagem Progredir com um serviço de 24/24. Trabalha com um grupo de oito jovens e defende a necessidade de se ajustarem os serviços de rua, embora ele pague impostos às finanças de Viana. Deficiente físico, Mamo já conseguiu comprar uma viatura Toyota Hiace e pensa em ampliar o espaço para oferecer serviços de mecânica e electricista-auto.

Uma das principais críticas que os homens das oficinas de rua apontam, além da falta de regulamentação do sector e a fiscalização sistemática do governo da província, relaciona-se com os valores praticados pelas concessionárias. Estas elevam muitos os preços e a rua é a solução para muitos utentes, segundo informações colhidas pelo AGORA, junto de alguns usuários dos serviços de rua.

Uma delas, Maria Imaculada Mbila, natural de Malange, 35 anos, afirma que "as oficinas de rua rendem mais. Paguei pela montagem das cintas de travões e calços, perto de 100 dólares, mas se fosse na Toyota seria mais de 300 dólares e estaria sujeita a andar de táxi por mais de duas semanas", disse

Da TOYOTA-Angola, garantiram que a demora e os preços são uma realidade, mas a grande procura do mercado pelos serviços obriga ao prolongamento dos prazos de entrega das viaturas que vêm para a manutenção.

A TDA, representante da NISSAN, aponta o mercado de aquisição de acessórios como o factor dos elevados custos de manutenção das viaturas. Embora indique também que os serviços prestados são de alta qualidade, sustenta que o cliente tem o direito de reclamar. Os nossos acessórios são catalogados e quando a viatura entra para a manutenção a informação é computarizada, o que facilita os nossos técnicos, disse os dos mecânicos da empresa.

A maior parte das representantes, segundo Felisberto Matias, serve para iludir ou reconfortar os clientes, levá-los a aderirem aos seus serviços mas escapam à realidade.

No combate às oficinas sem caixas de decantação de resíduos e as ilegais, juntam-se os lavadores de rua que grassam por toda a cidade. Segundo fontes do GPL, pelo menos metade das oficinas mecânicas dos municípios da Maianga e Ingombota são irregulares e representam um atentado à preservação ambiental.

A afirmação é da fiscalização que aponta que 50% desses estabelecimentos não possuem licença para exercer a actividade, isso sem contar os que funcionam clandestinamente, sobretudo nas zonas periféricas. As autoridades de Luanda explicam que para realizar a regularização não é muito caro e ainda ajuda na preservação dos municípios.

Muitas empresas já foram autuadas pelas irregularidades. "Estas têm um prazo de, no máximo, dois meses para construir as caixas de decantação e legalizar os seus espaços sob pena de encerramento. As multas para quem não cumprir a ordem vão de 20 mil kwanzas e 60 mil kwanzas, dependendo da gravidade do prejuízo que a empresa causa à via pública.

Neste momento, de acordo com dados da Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT), a frota automóvel nacional regista um crescimento fora do normal, o que leva os automobilistas a procurarem mais pelas oficinas de rua.

A DNVT registou cerca de um milhão de veículos na cidade de Luanda, desde 1975 até Janeiro de 2007. Esse número, porém, não corresponde à realidade da frota da cidade, como afirma instituição. Não existem dados estatísticos relacionados com o número exacto de viaturas que circulam pelo país, uma vez que nem todos os automobilistas pagam a taxa de circulação.

Na visão da DNVT, os engarrafamentos na cidade de Luanda vão manter-se, porque, para além do desrespeito ao Código de Estrada, concorre ainda o aumento do número de viaturas, aliado ao conflito existente entre circulação e estacionamento. Muitas vias ficam engarrafadas por falta de espaços para estacionamento. Os locais existentes não comportam o enorme fluxo de viaturas. Assim, as oficinas de rua são um mal necessário.

2.6 Produtores recebem micro-créditos

Jornal de Angola 21-07-2008

Pelo menos sete mil camponeses, organizados em quarenta e nove cooperativas agro-pecuárias, na província de Benguela, receberam, nos últimos seis anos, micro-créditos avaliados em 600 mil dólares norte-americanos (um dólar vale cerca de 75.225 kwanzas), no quadro do programa de financiamento do Banco Sol.

A informação foi prestada pelo presidente da Federação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agro-pecuárias da província de Benguela, João Simão Januário, acrescentando terem sido beneficiados agricultores dos nove municípios da província de Benguela.

O responsável, para quem a implementação do programa permitiu melhorar o quadro socio-económico dos camponeses, acrescentou que, até ao final deste ano, a iniciativa deverá contemplar 70 cooperativas agro-pecuárias, aumentando deste modo o número de beneficiários.

Realçou que a concessão do micro-créditos permitiu elevar os índices de produção no sector agrícola na província, principalmente em culturas como as do

milho, batata rena e feijão.

Segundo afirmou aquele responsável, há quatro anos alguns dos pequenos agricultores estavam confinados na cintura verde da cidade de Benguela, actualmente, após regressarem às suas áreas de origem, já produzem grandes quantidades de produtos agrícolas.

Referiu que algumas cooperativas já reembolsaram o dinheiro do crédito e voltaram a recebê-lo, facto que demonstra as vantagens do programa.

2.7 Instituições financeiras não bancárias em caminho

Semanário Factual 25-07-2008

O Banco Nacional de Angola (BNA) está a preparar um conjunto de regulamentos que irão permitir a criação no mercado angolano de instituições financeiras não bancárias que vão de cooperativas de créditos às sociedades de micro-créditos e podem trazer um novo alento para a oferta de créditos no mercado.

Para o Governador do BNA, Amadeu Maurício, "relativamente à legislação financeira e bancária do nosso país, as reformas prosseguem. Por iniciativa do Banco Nacional de Angola foi revista a Lei das Instituições Financeiras, com a aprovação da Lei n.º13/05, de 30 de Setembro, encontrando-se em fase de conclusão a regulamentação de várias instituições financeiras não bancárias, designadamente: as sociedades de locação financeira de factoring.

Cooperativas de crédito sociedades mediadoras dos mercados monetários ou de câmbios, sociedades prestadoras de serviços de pagamento e as sociedades de micro-créditos".

A entrada no mercado de uma diversidade maior de instituições de créditos pode ajudar a minimizar os "velhos problemas" com os quais a economia se debate quanto a oferta de créditos aos mais diversos níveis. Salienta-se que a maioria do crédito disponibilizado pela banca comercial destina-se a particulares em desfavor dos sectores produtivos. e o acesso ao crédito é consideravelmente difícil e as taxas de juros e condições impostas tornam-no quase proibitivo para a maioria da população.

Ainda no âmbito das reformas em curso, o Banco Nacional de Angola vem participando nos trabalhos preparatórios referentes à elaboração da lei orgânica-modelo para os bancos centrais dos países da SADC. No quadro do processo de harmonização e integração regional perspectiva-se a criação de um Banco Central único para os países que integram essa organização.

O governador do BNA frisou que as melhorias significativas na actividade de recolha e tratamento de

informação estatística e contabilística. A transição de instrumentos directos de controlo monetário para indirectos e a indispensável informatização do Banco Nacional de Angola e demais instituições bancárias foram também acções que concorreram para a modernização da gestão da política monetária e cambial.

"Depois de décadas de guerra, d instabilidade e de enormes distorções assegurada uma relativa estabilidade política, governativa e institucional, país prepara as condições para levar cabo um processo de crescimento económico continuado e sustentada pois sem um firme desempenho económico as instituições democrática não florescerão e não se poder alcançar a tão desejada justiça social. Eixo central da estratégia económica como não poderia deixar de ser, relançamento da produção interna e estruturação de um sistema produtivo moderno e competitivo, orientado pelo mercado".

O governador teceu tais considerações recentemente em Luanda n abertura do XII Encontro de Jurista dos Bancos Centrais dos países d CPLP. Porém, segundo dados do BNA o crédito concedido pela banca comercial em Abril cresceu 5.25 por cento passando de 560,6 em Março para 590 um mil milhões de Kwanzas no mês d Abril.

O crédito a particulares continua a liderar a lista dos principais destino dos empréstimos e absorveu no período em referência cerca de 46. 81 por cento do total do crédito concedido.

2.8 PNUD lança hoje iniciativas de mercados

Jornal de Angola 29-07-2008

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lança hoje, em Luanda, o relatório global sobre "Iniciativa de Desenvolvimento de Mercados Inclusivos". O documento visa proporcionar à sociedade uma melhor percepção de como o sector privado pode contribuir para os "objectivos do milénio".

Segundo uma nota do PNUD, o relatório vai ajudar o Governo angolano no reforço do diálogo com o sector privado, dentro da Estratégia de Combate à Pobreza.

Através de exemplos concretos de diferentes países, o relatório ilustra algumas dificuldades em conduzir negócios em países em desenvolvimento e apresenta sugestões quanto à forma como as empresas lidam com os problemas.

O relatório, que apresenta como principal mensagem "Negociar com os pobres pode criar valor para todos", faz referência às oportunidades de negócio, aos lucros,

desenvolvimento de novos mercados, alargamento da mão-de-obra e à promoção de inovações.

3 GOVERNAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

3.1 Nova Lei Penitenciária votada por unanimidade pelos deputados

Jornal de Angola 2-07-2008

A Assembleia Nacional aprovou ontem, em Luanda, a Lei Penitenciária, que visa garantir a execução; das penas e medidas privativas de liberdade impostas pelos tribunais, bem como a reintegração social dos reclusos.

Os 126 parlamentares presentes na plenária votaram por unanimidade a favor do diploma constituído por 12 capítulos e 116 artigos.

O diploma estabelece que na execução das medidas privativas de liberdade deve-se respeitar a personalidade do recluso, os seus direitos e interesses jurídicos não afectados pela condenação.

A lei refere ainda que na execução das medidas privativas de liberdade, não haverá qualquer distinção de natureza social, religiosa, ideológica ou em razão do sexo, da instrução, da situação económica, origem, língua ou raça.

O recluso, segundo ainda o novo diploma, deverá ser tratado com dignidade inerente à pessoa humana, sendo-lhe reconhecido os seus direitos fundamentais.

O ministro do Interior, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", garantiu na apresentação da nova Lei Penitenciária que a mesma vai permitir a humanização e ressocialização dos estabelecimentos prisionais.

Enalteceu, com efeito, o "grande esforço" financeiro do Governo no sentido de cumprir-se com o programa de recuperação das infra-estruturas prisionais. Do país, para garantir maior dignidade aos reclusos, "Apesar de a Lei Penitenciária ter sido ontem apresentada, o nosso ordenamento jurídico ainda não está completo", afirmou o ministro Ngongo, para quem "com a aprovação da Lei Penitenciária mais poderes e abertura o Ministério que dirige terá para avançar com a implementação de uma série de projectos".

Os parlamentares aprovaram ainda ontem, por unanimidade, a proposta de Lei sobre Postos e Distintivos da Polícia Nacional, cujo relatório foi também apresentado pelo ministro do Interior.

O projecto de autorização legislativa ao Governo para

instituir o Sistema de Protecção Social do Pessoal do Ministério do Interior foi apenas apresentado pelo ministro do Interior, tendo a sua discussão sido adiada para a próxima terça-feira.

Ainda ontem os parlamentares assistiram em vídeo, à apresentação do projecto do novo edifício da Assembleia Nacional, que deverá começar a ser erguido neste semestre, nas imediações do Ministério da Defesa.

Roberto de Almeida condena exposição dos detidos
O presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida, condenou a forma menos digna como os cidadãos detidos pela Polícia eram apresentados na comunicação social, sobretudo na Televisão Pública de Angola.

"Normalmente eram apresentados (não sei se ainda são, mas acho que é preciso pôr termo a esta prática) sem camisa, descalços, quando estes cidadãos normalmente na altura da sua detenção estavam vestidos", afirmou Roberto de Almeida.

Disse ainda que esta prática "em nada nos dignificava"; - sobretudo porque eram cidadãos que naquela altura ainda não estavam condenados.

O líder parlamentar disse acreditar que com a aprovação da nova Lei Penitenciária, "vamos deixar de assistir a esses espectáculos".

Roberto de Almeida disse que colocou essa questão, que lhe fazia "muita confusão", a alguns membros do Governo e, provavelmente, ao próprio ministro do Interior.

Legislação responde às preocupações da UNITA
A UNITA votou ontem a favor da nova Lei Penitenciária, aprovada pela Assembleia Nacional, por esta conter as preocupações levantadas por este partido, entre as quais se inclui a modernização do sistema prisional, a integração dos reclusos e a resolução dos problemas das infra-estruturas, afirmou o presidente daquele grupo parlamentar, Alcides Sakala.
"O Grupo parlamentar da UNITA vai votar a favor desta lei, salvaguardando as rectificações aqui sugeridas ou postas. Nós acreditamos que este novo instrumento contribuirá para acelerar o processo de modernização do sistema penitenciário angolano", disse.

Por seu lado, o presidente da bancada parlamentar do MPLA, Bornito de Sousa, saudou a apresentação da proposta de Lei Penitenciária e os esforços do Governo no aumento da capacidade de internamento prisional dos reclusos.

O líder da bancada maioritária defendeu que aos detidos e aos condenados são devidos os direitos constitucionais de cidadania, afirmando que "não é necessário que as prisões sejam convertidas em hotéis, mas é importante que haja o mínimo de dignidade nestes estabelecimentos".

O deputado entende que, são importantes os esforços de ressocialização dos presos e sobretudo o seu envolvimento em trabalhos úteis, tais como trabalho e a formação profissional. Bornito de Sousa defendeu maior investimento na juventude e na criação de oportunidades de estudo e de emprego.

3.2 Lei do Direito de Antena em discussão no Parlamento

Jornal de Angola 4-07-2008

A sub comissão da Comunicação Social, Juventude e Desporto da Assembleia Nacional analisou, ontem os ante-projectos de leis sobre o Conselho Nacional da Comunicação Social e do Direito de Antena e Réplica Política, apresentados pela UNITA na sessão de terça-feira última.

Estes documentos constam no pacote legislativo do processo eleitoral e serão apreciados na próxima sessão plenária da Assembleia Nacional, marcada para terça-feira.

Segundo a presidente da comissão, Cândida Narciso, relativamente ao projecto sobre o CNCS, entendeu-se que, havendo já outras iniciativas com o mesmo teor, nomeadamente da parte do próprio Conselho Nacional da Comunicação Social e do Governo, "seria de todo positivo que se pudesse harmonizar as três iniciativas" para a elaboração de uma única lei.

Quanto ao projecto de Lei do Direito de Antena e Réplica Política, a deputada disse que os aspectos nele consagrados encontram já resposta na legislação avulsa vigente, designadamente nas leis Eleitoral e de Imprensa.

Em relação à Lei Eleitoral, apontou o artigo 87, no qual se consagra o direito de antena para os partidos políticos.

"Relativamente à pretensão de se tomar extensivo o direito de réplica às organizações da sociedade civil, também encontra satisfação na Lei de Imprensa, que consagra no seu artigo 642 e seguintes os pressupostos do direito de resposta e de rectificação para qualquer pessoa singular ou colectiva, organização, serviço ou organismo público ou privado", explicou Cândida Narciso.

A deputada disse ser por estas razões que a comissão concluiu pela não procedência da iniciativa legislativa, emitindo parecer negativo, mas cuja deliberação definitiva competirá ao plenário.

A sessão de terça-feira deverá ainda analisar a proposta de Lei sobre Postos e Distintivos da Polícia Nacional, assim como o relatório de Execução orçamental da Assembleia Nacional do ano de 2007.

Terça-feira última no termo de um encontro Governo-

UNITA, no âmbito do mecanismo bilateral de consultas e concertação, o secretário para a Informação do MPLA, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa", advogou a busca de consensos "que permitam ultrapassar interesses de grupo.

O Mecanismo Bilateral foi instituído em 2002, com o propósito de monitorar a execução de actividades políticas, à luz do Memorando de Entendimento do Luena, rubricado a 4 de Abril daquele ano, que propiciou a aplicação do Protocolo de Paz de Lusaka.

3.3 Legislatura termina na próxima semana

Jornal de Angola 12-07-2008

A primeira legislatura da Assembleia, Nacional termina na próxima terça-feira com a realização da última sessão plenária ordinária deste ano. O acto marca o fim de uma legislatura que durou 16 anos, por imperativos do conflito armado vivido no país.

Segundo o porta-voz da Assembleia Nacional, Ventura de Azevedo, durante a sessão vai ser apresentado um relatório das actividades levadas a cabo pelo Parlamento desde 1992 até à última reunião plenária.

Estão ainda previstas intervenções dos líderes das bancadas parlamentares que compõem o Parlamento, bem como um discurso do deputado França Van-Dúnem, na qualidade de primeiro presidente do Parlamento. A cerimónia encerra com um discurso a ser proferido pelo actual presidente da Assembleia Nacional, Roberto de Almeida.

O deputado Ventura de Azevedo deu ainda a conhecer que, após o fim da cerimónia, a Comissão Permanente da Assembleia Nacional entra imediatamente em funções.

A Comissão Permanente é composta por 15 deputados dos três maiores partidos representados no Parlamento, nomeadamente o MPLA, a UNITA e o PRS, e é o órgão que tem a atribuição de substituir a Assembleia Nacional no período em que esta não se encontra em funcionamento efectivo, de acordo com o artigo 102.0 da Lei Constitucional.

Este órgão tem a competência de acompanhar a actividade do Governo e da administração do Estado, bem como preparar a sessão que vai marcar o início da próxima legislatura.

Além da Comissão Permanente funciona também até à próxima legislatura a Mesa da Assembleia Nacional, constituída pelo presidente do Parlamento, os quatro vice-presidentes e igual número de secretários.

Ventura de Azevedo informou ainda que antes da sessão que marcará o termo da primeira legislatura, tem lugar uma sessão plenária ordinária dedicada a questões internas.

3.4 Conselho de Ministros aprova financiamento para a campanha eleitoral dos partidos políticos

Jornal de Angola 12-07-2008

Cada partido político ou coligação vai receber 1.275.000.000.00 de kwanzas do Estado para financiar a sua campanha para as eleições legislativas marcadas para o dia 5 de Setembro próximo.

O Governo fixou ontem este montante como verba global para os partidos cujas candidaturas tenham sido admitidas pelo Tribunal Constitucional.

A deliberação do Executivo, saída ontem da quinta sessão extraordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente José Eduardo dos Santos, refere que a subvenção a ser atribuída a cada partido político ou coligação fica a cargo da Comissão Nacional Eleitoral.

A Comissão Nacional Eleitoral (CNE) vai fiscalizar a regularidade da utilização da subvenção para os fins que justifiquem a sua atribuição, de acordo com o comunicado de imprensa da reunião de ontem.

Aprovada proposta de lei sobre sondagens

O Governo aprovou também a Proposta de Lei sobre as Sondagens e Inquéritos de Opinião. O documento, que vai agora ser submetido à discussão e aprovação da Assembleia Nacional, regula a realização e a divulgação pública das sondagens, em matéria directa ou indirectamente relacionada com os órgãos de soberania, associações políticas ou partidos políticos, publicação de previsões ou simulações de voto.

A proposta de lei, que, segundo o Governo, se prende directamente com o processo eleitoral, regulará a publicação de dados de sondagens de opinião que, não se destinando inicialmente à divulgação pública, sejam difundidos em órgãos de comunicação social.

O Ministério da Comunicação Social será o órgão competente para licenciar-previamente as empresas interessadas.

Caso se tratem de inquéritos e sondagens eleitorais, a Comissão Nacional Eleitoral será o órgão competente para licenciar as empresas interessadas, de acordo com Lucas Kilundo, director do Gabinete Jurídico do Ministério da Comunicação Social.

O jurista anunciou que a decisão do Governo prende-se com a necessidade de estabelecer regras numa actividade, que em seu entender, tem sido exercida de forma tímida. Entre os critérios a serem definidos, segundo Lucas Kilundo, está a identificação correcta da empresa, sede e administradores, assim como o anonimato dos inquiridos e as respostas aos quesitos.

O órgão colegial do Governo tomou ontem conhecimento da conclusão da fase de actualização do registo eleitoral e dos princípios que presidiram à elaboração do mapeamento das assembleias de voto e à produção dos cadernos eleitorais.

3.5 Angola precisa de legislação específica para punir o crime

Jornal de Angola 13-07- 2008

Embora os elementos da Constituição angolana e do direito legislativo, incluindo os que criminalizam os trabalhos forçados, possam ser utilizados para julgar casos de tráfico, o relatório do Departamento de Estado norte-americano aponta que, especificamente, a lei angolana não proíbe o tráfico de pessoas.

Durante o período coberto pelo relatório, apesar de registar melhorias substanciais, os esforços do Governo no combate ao tráfico foram relativamente modestos.

Para inverter essa tendência, é recomendado o reforço dos quadros de apoio legal e de apoio às vítimas.

Igualmente, o documento propõe a elaboração e promulgação de legislação anti-tráfico, que proíba todas as formas de tráfico e proteja a vítima, aumente a capacidade dos agentes da lei de reconhecerem, responderem e documentarem os casos, assim como o lançamento de uma campanha a fim de sensibilizar mais o público para o tráfico de seres humanos a nível provincial e comunitário.

Dentro deste contexto, Doreen Bailey reforça a ideia de que Angola precisa fortalecer leis que inibam qualquer prática de tráfico humano e a capacidade dos agentes da lei para reconhecer e proteger as vítimas.

Contudo, não ignora que, no ano passado, o Governo angolano, de forma limitada, prestou assistência básica às vítimas, contando, sobretudo, com as parcerias de organizações religiosas e da sociedade civil.

"O Ministério da Família e Promoção da Mulher e o Ministério da Assistência e Reinserção Social administram um número limitado de abrigos que são utilizados para albergar as vítimas do tráfico", elucida.

Entretanto, o destaque recai para a rede de protecção da criança, sediada na província da Huíla, que conseguiu detectar e evitar vários casos de tráfico e trabalho infantil no decorrer do período de elaboração do relatório

3.6 Primeiro-Ministro defende atribuição de terras para projectos ligados aos bio-combustíveis

Jornal de Angola 23-07- 2008

O Primeiro-Ministro, Fernando da Piedade Dias dos

Santos, disse ontem em Luanda que o Governo vai promover a atribuição racional de terras para os projectos de bio-combustíveis, sem prejuízo da produção alimentar.

Fernando da Piedade Dias dos Santos falava na abertura da primeira Conferência de Alto Nível sobre Bio combustíveis, promovida pela Escola Nacional de Administração, que abordou o tema " Os Bio-combustíveis na actualidade: Necessidade, Problemas e Soluções. Estratégias e Políticas Públicas".

O ponto de vista do Governo reside no povoamento e repovoamento das áreas rurais, para garantir o acesso das comunidades, o fomento da produção, a distribuição, comercialização e exportação dos principais derivados da cana-de-açúcar e das plantas oleaginosas, em especial os bio-combustíveis de açúcar.

Segundo Fernando da Piedade, o Governo, nesta perspectiva, pretende assegurar a produção de electricidade a partir das bio-massas, diversificando a matriz energética nacional, para garantir o acesso das comunidades rurais e dos trabalhadores aos benefícios resultantes desta medida.

Fernando da Piedade Dias dos Santos referiu que os incentivos para o exercício destas actividades estão previstos na Lei de Base do Investimento Privado e na lei sobre os incentivos fiscais e aduaneiros ao Investimento Privado e outros instrumentos legais.

NC) seu ponto de vista, a matriz energética nacional não permite ainda uma visualização rigorosa do planeamento a longo prazo, de acordo com as crescentes necessidades, sendo que a sua transmissão e distribuição deve ser realizada em função dos sistemas existentes de produção e de forma sustentada.

O Primeiro-Ministro acredita que o futuro ditará a busca de novas fontes de energia, sucedâneas ao carbono fóssil, base energética há quase dois séculos.

Deste modo, sustenta que a produção de energias renováveis, produzidas a partir da biomassa, poderá "responder por parcela substantiva da oferta futura".

Por isso, sublinhou o Primeiro Ministro, diversos países capazes de produzir bio-combustível com matéria-prima local estão a dedicar-se à investigação e desenvolvimento de programas de produção uso de bio-combustíveis etanol e bio-diesel, para adicionar ao& combustíveis principais de origem fóssil gasolina e gasóleo.

Recordou que o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, criou, tendo em conta o enorme potencial para o aproveitamento da cana-de-açúcar, não só para fins alimentares, como para a produção de combustíveis e electricidade, uma comissão multi-sectorial que trabalhou na legislação sobre a matéria relacionada com o bio combustível, aprovada

recentemente pelo Conselho de Ministros.

O conferencista brasileiro especializado em bio-combustíveis, Nelson Furtado, reiterou que o bio-combustível é um petróleo limpo, inofensivo, e não traz efeitos desastrosos à saúde, nem contamina o meio ambiente.

A conferência foi dirigida a titulares de cargos políticos, dirigentes dos sectores público, administrativo e empresarial e sociedade civil.

4 ELEIÇÕES E EDUCAÇÃO CÍVICA

4.1 Jornalistas otimistas quanto às eleições de Setembro

Jornal de Angola 9-07-2008

As eleições legislativas de 5 de Setembro próximo estão a mobilizar centenas de jornalistas no país e, também, no estrangeiro. Aprovadas que foram as leis de suporte às eleições, os partidos preparam-se agora para a campanha eleitoral.

As atenções dos angolanos estarão, f por isso mesmo, concentradas nos debates que se seguem a momentos como esses. Aos jornalistas, estes, terão pela frente a missão de informar o cidadão eleitor com rigor e imparcialidade. Porque é tirando as devidas lições do passado que se faz o presente e se perspectiva o futuro, Jornal de Angola procurou ouvir alguns jornalistas que fizeram a cobertura das primeiras eleições multipartidárias realizadas em Setembro de 1992, ganhas pelo MPLA e rejeitadas "manu militari" pela UNITA.

Dezasseis anos depois, Justiça Belengue, da Rádio Kwanza-Norte, lembra que fez a cobertura da campanha de vários partidos políticos e foi, muitas vezes, obrigado a "vestir" a camisola destes partidos para poder fazer bem o seu trabalho. Mesmo não concordando com este estratagema, o facto é que vestiu as várias camisolas para ter livre acesso às fontes e, no fim, apresentar um trabalho isento.

Recorda que nas províncias do interior, sobretudo, a cobertura f eleitoral não foi nada fácil, não apenas porque os repórteres tinham que andar à boleia das formações políticas, mas também porque algumas dessas lideranças políticas queriam ter no repórter um seu porta-voz ou agente eleitoral, resultando daí algumas incompreensões. "E que algumas forças políticas queriam ver-nos como membros da sua campanha, o que não era o caso, disse, para depois acrescentar que, não obstante este facto, conseguiu fazer o seu trabalho sem se deixar influenciar.

Jornalistas acusados

Fez saber ainda que muitos foram os jornalistas acusados, sem razão, de deturpar e manipular a informação, quando na verdade eram estes mesmos partidos que não tinham nada de substantivo para apresentar ao eleitorado. "Havia partidos que não conseguiam reunir num comício mais do que 20 pessoas, mas no fim queriam que nós, os jornalistas, escrevêssemos que tinham aparecido milhares", contou.

Factos como estes foram-se repetindo um pouco por todo o país. "Mas, atenção aí! Não nos deixamos levar. A nossa rádio procurou sempre levar a informação ao eleitor com isenção e imparcialidade", disse Justiça Belengue.

O então representante da Rádio Nacional de Angola em Malange, Francisco Curihingana, conta, por sua vez, que tal para ele um privilégio ter feito parte da equipa de cobertura eleitoral da RNA em 1992.

Curihingana disse que, apesar de as eleições de 1992 terem sido as primeiras realizadas no país, num momento de grande tensão política, a voluntariedade e a vontade de votar manifestada por milhões de angolanos deram um grande exemplo de civismo ao mundo. "Os jornalistas, enquanto veículos de transmissão do pensamento político dos vários partidos, souberam levar ao público, com a imparcialidade necessária, os acontecimentos eleitorais", disse.

Francisco Curihingana admitiu, contudo, que a gritante falta de 10gística dos "média" deixava alguns jornalistas numa posição vulnerável. "Não é fácil cobrir eleições fazendo recurso aos meios do partido cuja actividade se pretende cobrir. Corre-se sempre o risco de se ser mal entendido por uns e por outros", explicou.

Curihingana recordou ainda que naquela altura, fruto de alguma retórica militarista do principal partido da oposição, os jornalistas trabalhavam com receio. "Sem fugir aos factos, as informações que fomos dando não eram, em alguns casos, exploradas com a devida profundidade".

Os discursos inflamados do principal líder da oposição, segundo Curihingana, inibiram, também, muitos jornalistas. "E que não sabíamos o que nos poderia acontecer depois".

Feliciano Kiangala, delegado da Angop no Kwanza-Norte, foi, em 1992, coordenador de uma equipa de cinco repórteres que fez a cobertura eleitoral na província. "Para uma melhor cobertura do acto, os jornalistas foram distribuídos pelos vários partidos políticos e candidatos. Na altura, os principais partidos eram o MPLA, a UNITA e a FNLA. Os outros apareciam esporadicamente, já que não tinham sede em Ndalatando e, mesmo quando surgiam para contactar as massas, faziam-no de forma atabalhoada", disse Feliciano Kiangala.

O MPLA, segundo Kiangala, foi o único partido que soube transmitir a sua mensagem de forma organizada e sem fazer recurso à força bruta, como o fez a UNHA. "No fim, como se veio a verificar, ganhou os votos dos eleitores do Kwanza-Norte", disse.

De acordo com Kiangala, as eleições de Setembro próximo serão melhor disputadas, porque em clima de paz efectiva, e vai sair vencedor quem apresentar um melhor programa aos eleitores.

Em 1992, Manuel da Conceição, jornalista da Televisão Pública de Angola, em Luanda, esteve a cobrir o partido Unita. Segundo ele, foi uma experiência única. "Olhe que muitos jornalistas não queriam trabalhar com aquele partido, para não serem tidos como militantes ou simpatizantes, mas um profissional não tem partido, é neutro. Fiz o meu trabalho com muito orgulho".

Maturino Nzila, jornalista da Rádio Nacional de Angola, no Canal A, foi chefe de secção da língua nacional kikongo. Apesar do limitado tempo de antena, para o grande número de línguas nacionais utilizadas durante a campanha eleitoral, foi para ele uma grande experiência. "Em 92, os jornalistas de línguas nacionais, como todos os outros, eram escalados por partidos políticos e por regiões.

Quando um candidato ia ao Huambo, nós escolhíamos um repórter que falava umbundu para o acompanhar e assim sucedia com as restantes províncias", explicou.

Repórteres sem acesso aos programas dos partidos
Justiça Belengue recordou, também, que faltou a muitos jornalistas experiência de cobertura eleitoral em 1992. "Muitos jornalistas desconheciam completamente as estratégias de trabalho e também não tinham informações credíveis do lado dos partidos. Também não tinham os seus programas de governo, trabalhava-se somente com os discursos feitos para os comícios".

Estes discursos, recorda, eram deixados no "Estado-Maior dos Jornalistas", local onde estavam concentrados todos os órgãos de comunicação social.

Manuel da Conceição afirma que, por má preparação, muitos candidatos de fim de fila não divulgavam os seus programas de governo. "Logo, os jornalistas tinham dificuldades para obter informações que pudessem elucidar o eleitor sobre o que cada partido pensava fazer caso fosse eleito".

Francisco Curihingana corrobora com Manuel da Conceição e diz que, na altura, um número muito reduzido de partidos tinha noção do que era governar um país do tamanho de Angola.

A força da imagem

Rogério Tuti, do Jornal de Angola, cobriu as eleições de 1992 sempre acompanhado da sua "primeira-dama", como gosta de chamar à sua máquina fotográfica. Contou que ele foi dos poucos repórteres fotográficos que teve o privilégio de participar de uma acção de formação, ministrada por brasileiros, sobre como cobrir eleições. Rogério Tuti cobriu a campanha do MPLA em 12 províncias e da Unita em oito.

De acordo com aquele repórter fotográfico, os jornalistas afectos aos órgãos de informação do Estado dificilmente mantinham uma relação de confiança com a oposição. "Desconfiavam de tudo que cheirasse a órgão público", recorda Tuti dezasseis anos depois.

Para ser mais claro disse: "os órgãos de informação do sector público eram considerados espíões".

Rogério Tuti recorda ainda que, na altura, muitas imagens falavam mais do que as palavras. "Na chegada de Jonas Savimbi a Luanda, por exemplo, eu e mais um brasileiro fizemos a famosa fotografia do largo 10 de Maio. Ele gritava: o nosso galo voa! E de seguida pôs a mão na arma. Momento por nós aproveitado para fazer a famosa foto. Desde então, os fotógrafos passaram a ser conotados com o MPLA".

Tuti conta ainda que muitos partidos da oposição acusavam a imprensa do Estado de só publicar as imagens do MPLA e boicotar a imagem das outras formações políticas. "Recordo-me que quando estivemos em Mbanza Congo, Jonas Savimbi chamou a imprensa e acusou-nos de estarmos a favorecer o MPLA".

Rogério Tuti revela que o clima que se vivia então era de terror. "Tive um grande receio pela minha vida quando eu e o jornalista Messias Constantino fomos metidos num GMC da UNITA sem sabermos para onde íamos.

O carro foi apanhar-nos no Jornal para a cobertura da campanha da UNITA. Durante todo o percurso, que nos levou aos arredores de Luanda, fomos duramente criticados. Éramos acusados de fazer o jogo do MPLA".

O corre-corre, segundo Tuti, era o cenário das vedações. "Na altura não havia máquinas fotográficas digitais como nos dias de hoje. Tínhamos de sair a correr do terreno para depositar os rolos no Jornal e, para piorar, só havia uma impressora. Agora, com a evolução tecnológica, acho que estamos em condições de realizar uma cobertura melhor que a de 1992".

Francisco Curihingana defende que é necessário que se melhorem as condições de trabalho dos jornalistas durante as próximas eleições, para que não tenham que se sujeitar ao ditame das formações políticas concorrentes.

"Os órgãos de comunicação social devem criar todas as condições para que os jornalistas façam o seu trabalho com todo o rigor e de forma imparcial", defendeu, por sua vez, Manuel da Conceição, que aconselha os colegas de profissão a deixarem de parte as emoções quando estiverem a cobrir o próximo pleito eleitoral. "Todos nós temos um partido no coração, mas enquanto estivermos a trabalhar, vamos deixar de parte as emoções e informar com imparcialidade e verdade acima de tudo", disse.

O repórter fotográfico Rogério Tuti lança também um apelo: "se quisermos ter um jornalismo imparcial, é bom que os órgãos da comunicação social criem condições logísticas e técnicas, para que os jornalistas não se sintam tentados a aceitar favores dos partidos

políticos".

Condições de trabalho hoje são muito melhores

O jornalista Francisco Curihingana reconhece que as condições de trabalho nas redacções dos jornais e rádios são hoje muito melhores que as oferecidas há 16 anos. Por esta razão, acredita que a cobertura eleitoral de Setembro próximo será muito melhor do que a de 1992.

Além disso, acrescentou, as pessoas estão muito mais avisadas em tomo do processo. "Há campanhas de educação cívica e os actores envolvidos neste processo estão a ser sensibilizados e formados em todas as vertentes", disse.

Justiça Belengue acredita, por sua vez, que com os instrumentos jurídicos aprovados, os jornalistas angolanos vão poder fazer um bom trabalho em Setembro próximo. Feliciano Kiangala, do Kwanza-Norte, disse, por seu turno, que hoje já se pode constatar que os partidos políticos amadureceram e os jornalistas ganharam experiência.

Para ele, mesmo os jornalistas que vão pela primeira vez cobrir eleições já vão com um bom "background", fruto das várias acções de formação que têm sido realizadas pelo Centro de Formação de Jornalistas (Cefojor) e por outras organizações um pouco por todo o país.

Manuel da Conceição afirma, em tese, que hoje "os media têm todas as ferramentas para uma boa cobertura eleitoral. O que devemos fazer é ter em conta as nossas limitações e ter consciência de que existem normas e leis que devem ser respeitadas".

4.2 Parlamento considera desnecessário alargamento do período de votação

Jornal de Angola 10-07-2008

Os angolanos vão votar num único dia nas eleições legislativas marcadas para 5 de Setembro próximo. Esta é a decisão final da Assembleia Nacional que ontem aprovou uma Resolução neste sentido, em resposta, à recomendação do Conselho da República.

O Conselho da República, na sua última reunião, no dia 3 de Junho, recomendou à Assembleia Nacional que estudasse e legisla-se no sentido da conclusão do acto de votação, a fim de acautelar possíveis situações não previstas pelo artigo 121 ° da Lei Eleitoral, quanto à possibilidade de não ser concluída a votação no dia das eleições, bem como a interpretação do artigo 134° da mesma lei.

De acordo com a Resolução, aprovada por 130 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção, "as preocupações levantadas pelo Conselho da República são pertinentes mas a sua solução não passa,

necessariamente, pelo alargamento formal do período de votação para dois dias (tal como ocorreu em 1992)".

Na Resolução os deputados consideram que a alteração da lei conflituaria com as disposições legais e com o Decreto Presidencial que fixam um único dia para o escrutínio, e exigiria um redobrado esforço logístico e potenciará a desconfiança em relação à lisura do processo eleitoral.

Um "segundo dia" de votação, de acordo com a Resolução, faria com que alguns eleitores, sobretudo nos centros urbanos, não se dirigissem às assembleias de voto no dia marcado para as eleições.

O alargamento da votação exigiria ainda uma nova intervenção normativa que, nos termos da lei vigente, não seria aplicável às eleições já convocadas.

O Parlamento considera ainda que as situações suscitadas pelo

Conselho da República encontra acolhimento no quadro da aplicação da legislação eleitoral vigente, nomeadamente na Lei Eleitoral e no seu Regulamento.

A aplicação do artigo 134°, de acordo com o documento, deve ter como referência e limite o número de eleitores inscritos nos cadernos eleitorais da correspondente mes; ou assembleia de voto.

Devem ser constituídas mais mesas de votos
A resolução considera que a prioridade deve ser dada à constituição do maior número possível de assembleias de voto, conforme a recomendação do próprio Conselho da República, de modo a colocá-las perto do país e o mais próximo dos eleitores.

Outra prioridade apontada pelo Parlamento tem a ver com a necessidade de criação de condições logísticas, humanas e de segurança para permitir que todos os cidadãos eleitores possam exercer o seu direito de voto.

Assim, a Assembleia Nacional recomenda que a Comissão Nacional Eleitoral assegure, nos termos da legislação eleitoral vigente, as condições necessárias para que todos os eleitores que estejam inscritos nos cadernos eleitorais e se apresentem nas assembleias de voto, no dia das eleições, exerçam seu dever de cidadania.

O Parlamento chama atenção da CNE, partidos, a imprensa e demais agentes eleitorais no sentido de esclarecerem, de forma exaustiva, "que as próximas eleições destinam-se apenas a eleger os deputados da Assembleia Nacional e que as mesmas realizam-se num único dia: 5 de Setembro de 2008".

Antes da aprovação da Resolução, os líderes das bancadas parlamentares pediram trinta minutos para uma reunião de concertação sobre a apreciação da recomendação do Conselho da República.

4.3 Ministério do Interior forma agentes para as eleições

Jornal de Angola 11-07-2008

Noventa e cinco oficiais do Comando Provincial da Polícia Nacional (PN) em Cabinda e do Ministério do Interior participam desde terça-feira num seminário de capacitação em matéria de segurança de grandes eventos, com destaque para as eleições.

A acção formativa comporta duas fases e visa, fundamentalmente, a preparação dos efectivos a empregar na segurança dos grandes eventos que se realizam na província, com particular realce para o pleito eleitoral de 5 de Setembro deste ano e do Campeonato Africano das Nações em Futebol (CAN), que Angola irá albergar em Janeiro de 2010, nas cidades de Cabinda, Luanda, Benguela e Huíla.

Preparar os comandantes dos comandos municipais e responsáveis de áreas de asseguramento em matérias de planeamento, execução e de avaliação de tarefas relacionadas com grandes eventos, serão também objectivos a atingir com a acção formativa.

Durante 11 dias, os participantes vão debater temas sobre "A caracterização de um grande evento", "Estudo de diversos tipos de grandes eventos", "Planeamento operacional de grandes eventos" e "Pacote legislativo eleitoral".

A primeira fase do curso tem a ver com a formação de formadores em gestão de grandes eventos e a segunda reserva a realização de acções massivas de formação e coesão de todo o efectivo a empregar nos grandes eventos que se avizinham.

Na sessão de abertura, o comandante provincial da Polícia Nacional em Cabinda, comissário António Pedro "Kandela", apelou aos participantes no sentido de se empenharem na aprendizagem e na obtenção de conhecimentos que permitam uma transmissão proveitosa aos agentes.

Apelou ao bom senso dos formandos e também dos formadores para que os objectivos preconizados durante o seminário sejam atingidos sem sobressaltos.

Participam no seminário que decorre na sala de reuniões da Delegação Provincial das Finanças, responsáveis e chefes dos órgãos operativos da delegação provincial do Ministério do Interior, comandantes dos comandos municipais, de esquadras, chefes de vigilância e patrulhamento, bem como de postos fiscais e da fronteira.

4.4 CNE fixa critério de atribuição de verbas para a campanha dos partidos políticos

Jornal de Angola 12-07-2008

A Comissão Nacional Eleitoral aprovou ontem uma deliberação que fixa, em termos globais, a igualdade de tratamento como critério a observar no quadro da distribuição das verbas para o financiamento das campanhas eleitorais dos partidos políticos.

A informação foi prestada ontem pelo porta-voz da CNE, Adão de Almeida, no termo de uma reunião ordinária daquele órgão, que teve na sua agenda de trabalho dois assuntos: a aprovação dos critérios para a distribuição das verbas no âmbito do financiamento dos partidos políticos que vão participar nas eleições legislativas e a aprovação da proposta de mapeamento para as assembleias de voto.

Quanto ao ponto da agenda de trabalho sobre o financiamento dos partidos políticos, Adão de Almeida garantiu que as verbas destinadas ao financiamento da campanha eleitoral serão disponibilizadas, tão logo sejam publicadas as listas dos partidos ou coligações políticas, cujas candidaturas estão a ser apreciadas pelo Tribunal Constitucional.

Na esteira da lei e do regulamento eleitorais, acrescentou, esta recomendação do financiamento da campanha eleitoral propõe um conjunto de condições para a sua efectivação, nomeadamente a abertura de uma conta especial para o efeito.

Segundo Adão de Almeida, nos termos da legislação eleitoral, todas as receitas e as despesas para a campanha eleitoral devem ter uma conta bancária especial e diferente de qualquer outra conta pessoal ou institucional que exista.

Esta deliberação, disse, determina também a necessidade da nomeação de um administrador eleitoral que vai responsabilizar em cada partido político ou coligação pela gestão e operacionalização de todas as despesas feitas referentes à campanha eleitoral.

Sobre o mapeamento, Adão de Almeida adiantou que a CNE aprovou, na semana passada, a proposta para as assembleias de voto, enviada àquele órgão pela Comissão Inter Ministerial para o Processo Eleitoral.

A existência e aprovação da referida proposta, disse o interlocutor, foi fruto de um trabalho afincado desenvolvido entre o CIPPE e, a CNE, numa participação activa dos órgãos locais, nomeadamente as Comissões Provinciais Eleitorais e os Gabinetes

Municipais Eleitorais.

Segundo Adão de Almeida, esta proposta apresenta, em termos globais, o número de as assembleias e de mesas de votos que vão ser criadas em todas as províncias e cifra em cerca de 12.400 assembleias para todo o país, uma média aproximada de quatro mesas de voto para cada uma das assembleias.

O porta-voz da CNE garantiu que as estruturas locais continuam a trabalhar com vista a identificação e fixação do local exacto de funcionamento e eventualmente o desdobramento de uma ou de outra assembleia para um outro lugar ligeiramente diferente conforme o parecer mais cómodo e o número poderá, segundo o interlocutor, andar mais ou menos à volta disto.

Em termos gerais, disse, as assembleias de voto funcionarão em locais públicos como escolas, mas poderão, em alguns casos, ser requisitadas algumas instituições particulares para o efeito.

4.5 O papel dos observadores eleitorais

Jornal de Angola 14-07-2008

Para assegurar o princípio da transparência de todo o processo, a observação eleitoral é de extrema importância. As leis que suportam a organização das eleições em Angola, preocuparam-se em prever a existência de observadores eleitorais.

A observação eleitoral pode ser nacional e estrangeira. É admissível ainda na fase do registo eleitoral e pode ser exercida por todo o tempo que decorrer o processo de registo e de votação.

A observação eleitoral é entendida como a verificação feita por entidades ou instituições nacionais ou estrangeiras devidamente credenciadas, que certificam a regularidade do processo eleitoral nos termos da lei. Ela consiste essencialmente em observar o processo de apresentação e apreciação de candidaturas às eleições, observar o desenvolvimento da campanha eleitoral, verificar a implementação e funcionalidade da CNE e seus órgãos em todo território nacional, verificar a regularidade dos actos da CNE, verificar a imparcialidade do funcionamento da CNE, verificar a imparcialidade e legalidade das decisões dos órgãos competentes sobre o contencioso eleitoral, observar nas Assembleias de Voto o processo de votação, nomeadamente a observação dos procedimentos previstos na lei, verificar as operações de apuramento dos resultados, observar o acesso e a utilização dos meios de comunicação social.

No âmbito da sua actividade os observadores devem, quando verificadas anomalias no processo eleitoral, apresentá-las por escrito, em língua portuguesa e documentá-las por via de informações, relatórios, notas

verbais ou comunicações.

Para se ser observador, é necessário prévia acreditação pela CNE. A actividade obedece aos seguintes princípios: constitucionalidade a observadora devem respeitar a Lei Constitucional; isenção e imparcialidade os observadores devem tratar todos os agentes eleitores de modo igual; não ingerência as observadoras não podem interferir nos actos eleitorais, se notarem alguma anomalia devem apresentá-la à CNE; gratuidade pelo exercício da observação não se paga; carácter pessoal a acreditação como observador é sempre pessoal, mesmo em caso de coligações, missões de observação e da liberdade de programação.

Compete à CNE proceder à distribuição dos observadores creditados pelas diferentes áreas e locais de observação.

A Lei estabelece a possibilidade de constituição de missões de observação, desde que integrem mais de três observadores, podendo também constituir-se coligações de missões de observação.

A observação eleitoral é feita por convite do Presidente da República e da CNE, por proposta do Presidente da Assembleia Nacional, do Governo, do Tribunal Supremo, o Presidente da República ou da Comissão Nacional Eleitoral, mas a formalização do convite é feita pelo Presidente da CNE e por solicitação directa dos interessados dirigida ao Presidente da Comissão Nacional Eleitoral.

Esta possibilidade é só para observadores internacionais, que devem fundamentar as razões do pedido e ser entregue no Ministério das Relações Exteriores.

Os pedidos de acreditação para observação eleitoral devem ser formulados desde a data da publicação do decreto que convoca as eleições até 30 dias antes do dia da realização das eleições.

As despesas decorrentes da observação são da exclusiva responsabilidade das entidades acreditadas e a acreditação para a observação do registo eleitoral não é válida para observar as eleições.

No final da observação, seja do registo eleitoral seja das eleições, devem ser elaborados relatórios de observação que são remetidos à Comissão Nacional Eleitoral.

4.6 Formados primeiros instrutores para campanha de educação cívica

Jornal de Angola 20-07-2008

A observação e verificação eleitoral animaram as discussões no seminário de formação de instrutores de agentes para campanha de educação cívica e eleitoral, que cumprem hoje o último dia de trabalhos, na cidade" do Sumbe (Kwanzas-Sul).

Aberto na segunda-feira, o seminário conta com a participação de 30 activistas que absorvem conhecimentos sobre o manuseamento do material a ser utilizado no dia da votação, nomeadamente caderno eleitoral, urnas, cabines de voto, tinta indelével.

Os seminariandos tratam ainda de questões relacionadas com a prática de actos próprios da actividade dos membros das assembleias de voto, como por exemplo os direitos e deveres dos observadores, a verificação eleitoral, os direitos e deveres dos delegados de lista, da polícia eleitoral, sem descuidar de simulações do acto de votação, com o material próprio.

A porta-voz da Comissão Provincial Eleitoral no Kwanza-Sul, Cristina Ndembi, disse à Angop que a realização deste ciclo de formação permitirá assegurar a preparação dos eleitores para o exercício do voto consciente, a 5 de Setembro.

"Houve grande entrega dos participantes; eles estão conscientes das responsabilidades que lhes guardam, de modo a que as eleições decorram de forma exemplar", disse ainda.

Enquanto isso, na cidade do Luena (Moxico), caiu ontem o pano sobre o seminário de formadores de agentes de educação cívica eleitoral, igualmente aberto segunda-feira. No final dos trabalhos, os participantes receberam recomendações expressas sobre a necessidade de observância do sentido de responsabilidade para o êxito do pleito para as legislativas, convocadas para 5 de Setembro próximo.

Os 35 formadores provinciais, que foram capacitados sobre princípios metodológicos regeadores da actividade dos agentes eleitorais, serão distribuídos por circunscrições dos nove municípios que compõem a província.

Nos três dias, foram ministrados temas sobre o plano de formação, direitos e deveres dos agentes de educação cívica, valorização da democracia, tolerância e aceitação da diferença, o voto e votação, o boletim, como constituir uma assembleia de voto, entre outros.

O formador da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), Luís Jimbo, principal prelector do evento, considerou, na oportunidade, que as eleições constituem um bem comum e cada angolano deve sentir-se responsável para que as próximas sirvam de exemplo a nível da região austral de África.

4.7 Redes Eleitorais capacitam observadores para eleições

Jornal de Angola 25-07-2008

Membros das 18 redes provinciais pertencentes à Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana terminam hoje, em Luanda, uma acção de formação sobre questões ligadas ao processo de observação

eleitoral.

Esta acção formativa, que teve a duração de cinco dias, visa capacitar os membros das redes eleitorais provinciais em matérias sobre o processo de observação eleitoral, visando a sua participação nas eleições legislativas de 5 de Setembro.

Além dos membros das 18 redes provinciais, participam na formação gestores e voluntários que se encarregarão de transmitir os conhecimentos adquiridos aos supervisores municipais e comunais.

Financiada pela USAID e como apoio técnico do NDI, a acção formativa tem como objectivo preparar os elementos e os instrumentos básicos, relativamente há questões ligadas ao processo de observação eleitoral.

"É nosso objectivo colocar os instrumentos principais e básicos de observação na mão daqueles que têm a maior responsabilidade a nível das províncias, para que transmitam estes conhecimentos aos supervisores municipais e comunais", disse Mateus Nhanga, presidente da Plataforma Nacional da Sociedade Civil Angolana para as eleições.

O responsável afirmou que a acção do género aconteceu no período relativo ao registo eleitoral. Segundo Mateus Nhanga, no seminário anterior a Plataforma trabalhou com 473 observadores e 439 promotores de educação cívica.

"Nesta fase das eleições, vamos trabalhar com 2.500 observadores eleitorais", disse.

4.8 Validação dos resultados das eleições é competência do Tribunal Constitucional

Jornal de Angola 28-07-2008

Com a entrega hoje da lista definitiva das candidaturas aceites para concorrer às eleições legislativas de Setembro à Comissão Nacional Eleitoral (CNE), o Tribunal Constitucional vai doravante dedicar-se a outras tarefas no âmbito da sua competência no processo eleitoral.

Segundo a juíza conselheira do Tribunal Constitucional, Luzia Sebastião, a próxima intervenção daquele órgão de justiça diz respeito à validação dos resultados das eleições legislativas de Setembro próximo, especificamente, atribuir ou não a vitória e, provavelmente receber reclamações.

"Em democracia é assim mesmo. Tem de haver pelo menos duas instâncias, porque a primeira decide e eventualmente falha. Por isso existe sempre a possibilidade desse fazer uma reclamação por alguma inconformidade que a pessoa considera. Então o Tribunal Constitucional há de ser chamado para validar o trabalho que for entregue pela CNE", disse.

Num universo de 98 partidos políticos legalizados pelo Tribunal Supremo, apenas 34 partidos políticos e coligações de partidos apresentaram no prazo estabelecido as candidaturas para disputar o pleito eleitoral.

Entretanto, Luzia Sebastião explicou que, uma das causas de extinção de um partido político pode ser a não participação deste no processo eleitoral durante um determinado período que a lei prevê.

A magistrada esclareceu ainda que, se um partido político não reuniu as condições para participar tem de trabalhar para se organizar melhor.

"Em princípio, os partidos que estão constituídos e devidamente anotados no Tribunal Supremo devem participar no processo eleitoral. Caso não o façam até mesmo as outras formações políticas podem requerer a sua impugnação. Mas, naturalmente que isto deve ser devidamente analisado", disse.

Criado por despacho presidencial a 25 de Junho do ano em curso, o Tribunal Constitucional, a quem compete administrar a justiça em matéria jurídico-constitucional emitiu um total de 49 acórdãos, peça do processo judicial onde os juízes decidem colectivamente as causas que julgam. O órgão é integrado por sete juízes que terão mandato de sete anos, não renováveis.

5 EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E CRIANÇA

5.1 Centro da Precol lança no mercado profissionais de diversas áreas

Jornal de Angola 5 -07-2008

O Centro de Formação Profissional da Precol (CIFEP), no município do Rangel, lançou ao mercado de trabalho, ontem, em Luanda, 97 técnicos, entre os quais constam 84 mulheres.

Os recém-formados concluíram com êxito os cursos de pastelaria, informática, corte e costura, decoração, secretariado e cabeleireiro.

A ministra da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU), Cândida Celeste, encorajou os recém-formados a continuarem empenhados nas suas futuras tarefas, de forma a obterem sucesso.

Cândida Celeste aconselhou, por outro lado, os homens a colaborarem nas tarefas domésticas, principalmente aqueles cujas esposas tenham outra ocupação.

Na ocasião, a directora do Centro de formação da Precol, Maria da Costa, em reforço do discurso da ministra do Minfam, lembrou aos técnicos que a família é o núcleo fundamental de qualquer sociedade.

A directora Maria da Costa reconheceu o esforço desenvolvido pelo Minfam em prol da formação das mulheres.

Maria da Costa apelou às instituições públicas e privadas a criarem condições necessárias para a absorção da força de trabalho, principalmente nesta fase em que se está a formar muitos quadros.

Acrescentou que a sociedade tem que fazer de tudo no sentido de oferecer uma oportunidade a essas pessoas para realizarem os seus sonhos.

Maria da Costa desejou, no final, que os recém-formados tenham sucesso nas suas empresas.

5.2 França apoia Escolas de Administração

Jornal de Angola 9-07-2008

A Escola Nacional de Administração da França vai apoiar a sua congénere angolana no capítulo da formação de formadores e com o envio de professores e livros para a biblioteca.

O facto foi revelado ontem em Luanda pela coordenadora da Escola Nacional de Administração (ENAD), Maria Pelinganga, momentos depois de ter recebido uma delegação da Escola Nacional de Administração da França, liderada pela chefe do Departamento das Relações Internacionais da referida instituição, Isabelle Combarous.

De acordo com Maria Pelinganga, esta foi a primeira visita de uma delegação francesa à instituição que dirige e serviu para discutir a cooperação entre as duas escolas.

"Em princípio, a França poderá apoiar a ENAD em três vertentes principais, nomeadamente a formação dos nossos formadores, em bibliografia e no envio de professores convidados para ministrarem aulas", referiu.

Na mesma vertente, a chefe do Departamento de Relações Internacionais da Escola da Administração Pública da França, Isabelle Combarous, afirmou que a sua instituição vai mobilizar a experiência de mais de 60 anos de docência, com vista a apoiar a Escola Nacional de Administração de Angola.

Isabelle Combarous referiu "que ficou impressionada pela grandeza do edifício que congrega a Escola Nacional de Administração e pelos meios técnicos aí instalados que são dos mais modernos do mundo.

Disse igualmente que ficou bastante impressionada pela celeridade com que foi edificado o projecto, o que representa uma demonstração da vontade do Governo angolano de investir nos recursos humanos do seu país, para assegurar o seu próprio desenvolvimento.

As aulas na Escola Nacional de Administração (ENAD) iniciam no dia 21 do mês em curso, com a participação de mais de 200 estudantes.

Vinte milhões de dólares foi quanto o Governo investiu para a sua construção. As obras ainda se encontram na primeira das três fases de execução.

A Escola Nacional de Administração é propriedade do Ministério da Administração Pública e Emprego e Segurança Social (MAPESS). Foi inaugurada a 29 de Abril do corrente ano, pelo Presidente da República,

José Eduardo dos Santos.

5.3 Viana passa a ter mais cinco escolas

Jornal de Angola 9-07-2008

No âmbito do Programa de Investimentos públicos e das acções de Intervenção Municipal, está em curso no município de Viana, Luanda, a construção de cinco escolas, entre as quais um complexo de 15 salas de aulas, na área do Capalanea, um Instituto de Contabilidade e Gestão, no bairro Zango, e outros estabelecimento do ensino geral, bem como unidades hospitalares.

No município assiste-se igualmente à restauração das redes de fornecimento de água potável e energia eléctrica e à reabilitação de estradas.

Todas estas acções estão a ser levadas a cabo pelo Governo.

De acordo com um documento a que a ANGOP teve acesso, fazem parte do projecto a construção do Hospital Municipal de Viana, no bairro Capalanea, um posto médico, no bairro da CAOP, e o Centro Cultural de Viana, no Zango 14.

A construção de dez fontenários nas zonas do Quilómetro12 A, Sapú, Quilómetro9 A (2), quilómetro14 A (2) e igual número no Quilómetro 30, bem como seis lavandarias e cinco latrinas públicas constam igualmente das obras em curso no município de Viana.

A requalificação da Zona Verde, localizada na Rua 11 de Novembro, entre a Casa da Juventude e o desvio do bairro Zango, bem como a reabilitação de dois mil e130 metros quadrados das ruas internas da localidade constam também do projecto em curso da administração local.

Estão igualmente em execução obras de iluminação pública das ruas da vila, nomeadamente a 4 de Fevereiro, Comandante Eurico, Albano Machado, Guiné Bissau, Cabo Verde, Moçambique e suas travessas. Alguns bairros periféricos do município satélite de Viana beneficiarão também do projecto de iluminação pública em curso.

5.4 Estudantes de escolas públicas passam a dispor de computador

Jornal de Angola 10-07-2008

Seis mil alunos angolanos de escolas públicas de Luanda, da iniciação ao ensino médio, vão a partir deste ano estudar utilizando computador na sala de aula.

Em declarações prestadas ontem à Angop, em Luanda, o administrador para a área Administrativa e Financeira

da empresa Almeida e Associados, Francisco de Almeida, referiu que os seis mil alunos serão beneficiados no âmbito do Projecto Tisa "Tecnologia de Informação nas Salas de Aula", criado pela sua empresa.

Segundo o gestor, o projecto, criado em 2003, já beneficia três mil alunos das escolas 2004 e 5004, do bairro da Vila Alice, município do Rangel, província de Luanda.

Francisco de Almeida referiu que o projecto vai beneficiar mais três mil estudantes, a partir de Agosto, de duas escolas, perfazendo seis mil alunos no geral.

Para a sua execução, indicou, a Almeida e Associados criou um laboratório de informática em cada uma das escolas beneficiadas, onde o professor de qualquer disciplina (português, matemática, física, história, EVP, entre outras) ministra a sua aula aos alunos através do come putador, uma vez por semana.

Com a criação do Tisa, a Almeida e Associados pretende facilitar o uso do computador como ferramenta de ensino e aprendizagem desde a iniciação, bem como massificar a sua utilização, precisou o responsável.

Para a materialização do Projecto Tecnologias de Informação nas Salas de Aula nas escolas públicas, a Almeida e Associados assinou um convénio com a Comissão Nacional de Tecnologias de Informação (CNTI), para esta instituição fornecer os computadores e outros equipamentos e a empresa introduzir os softwares de tecnologias aplicadas para a educação.

A Almeida e Associados foi criada em 1998 Possui 12 colaboradores (dos quais cinco na província da Huíla) e, entre outras actividades, já organizou quatro encontros internacionais de Gestão de Negócios destinados à capacitação de gestores de empresas públicas e privadas.

5.5 Mais alunos frequentam vários níveis de ensino

Jornal de Angola 12 -07-2008

O número de estudantes no município do Ambriz, província do Bengo, cresceu, nos últimos anos, devido à construção e apetrechamento de cinco escolas, num total de 13 salas de aula, nas comunas da Bela Vista e Loge Grande, afirmou o administrador comunal da Bela Vista, João Baptista Pedro.

Ao falar à imprensa, após o acto de encerramento do projecto de desenvolvimento de redução da pobreza para a população do Ambriz, o responsável disse ter havido melhorias no sector da Educação, pois os estudantes já não vencem grandes distâncias para terem acesso ao mesmo.

"O governo e o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento investiram USD 560 mil no município do Ambriz, para reforçar várias infra-estruturas, como escolas, postos médicos, casas para professores e enfermeiros" informou o responsável, que representou o administrador municipal no acto de encerramento do projecto.

O administrador comunal sublinhou que 800 crianças encontram-se a estudar nas escolas construídas nos dois municípios, nos quais foram edificadas casas para professores, no intuito de se garantir a presença dos educadores na circunscrição.

De igual modo, foram construídos e apetrechados, no âmbito do financiamento conjunto entre o Governo e o PNUD, dois postos médicos e igual número de casas para enfermeiros, uma em cada localidade, por forma a melhorar a prestação de cuidados sanitários à população da região.

As acções dos parceiros consubstanciaram-se na construção e apetrechamento de uma estação meteorológica, um mercado rural e na reabilitação de 23quilómetros de estrada, para facilitar a circulação e o escoamento de produtos agrícolas e piscatórios da região.

5.6 Instituto Superior Politécnico abre em 2010 no Kuando-Kubango

Jornal de Angola 19-07-2008

O novo coordenador do grupo de acompanhamento do Conselho de Ministros para a província do Kuando-Kubango, Roberto Leal Monteiro "Ngongo", garantiu quinta-feira, em Menongue, que o primeiro ano universitário nesta região do Sudeste de Angola começa em 2010, período em que estarão concluídas as obras do Instituto Superior Politécnico.

Roberto Leal Monteiro "Ngongo", que falava à imprensa no final da sua visita de quatro dias ao Kuando-Kubango, disse que as obras de construção do referido instituto já foram adjudicadas e o lançamento da primeira pedra está apurado para o mês de Agosto.

"Quero aqui tranquilizar os nossos jovens e a massa estudantil da província no geral que o Ensino Superior no Kuando-Kubango já é uma realidade, porque o Governo central, através do Gabinete Técnico de Gestão do Programa de Investimentos Públicos para esta região já disponibilizou as verbas e as obras do edifício, que será construído de raiz, serão executadas num período máximo de 18 meses", disse.

Em relação ao ensino regular, o também ministro do Interior manifestou-se preocupado com o facto de existirem ainda, ao nível da província, muitas crianças

fora do sistema normal de ensino por falta de escolas.

Outra situação que inquietou o ministro Ngongo tem a ver com a presença, no interior da província, de professores, alguns até com mais de 40 anos de serviço, mas que nunca foram inseridos no sistema de Segurança Social vigente no país.

Sobre esta questão, o ministro prometeu levar a inquietação junto do Conselho de Ministros para que se encontre uma solução sobre o assunto para que seja feita justiça.

O coordenador do grupo de acompanhamento, que substituiu o ex-ministro dos Transportes, André Luís Brandão, na coordenação do Kuando-Kubango, onde se deslocou para avaliar o grau de execução das diversas infra-estruturas, afirmou que a província está em franco desenvolvimento e que a população começa a usufruir dos ganhos da paz. A partir do próximo mês de Agosto prevê-se a inauguração de algumas obras sociais.

Depois de ter visitado todos os projectos em curso nos municípios de Mavinga, Cuangar, Kuito Kuanavale, Calai e na sede da província, Menongue, o ministro disse ter verificado, com agrado, algumas obras muito bem trabalhadas por empresas angolanas, ao passo que outras fizeram um mau serviço, que não dignifica o país.

Face a esta situação comprometedora, Roberto Leal Monteiro "Ngongo" orientou o Governo da província no sentido de aconselhar as empresas nestas condições a estabelecerem parcerias para concluírem as obras e, em alguns casos, retirar as obras aos empreiteiros sem capacidade para a sua execução. Outras empresas nas mesmas condições, que já receberam os valores das obras na ordem dos cem por cento, serão processadas judicialmente.

Existe ainda um grupo de empreiteiros que, em benefício da dúvida, devido à subida do custo dos materiais de construção, poderão beneficiar de novos prazos e estipular-se um novo cronograma para a conclusão das mesmas.

Apelou para a necessidade de se fazer uma fiscalização mais rigorosa, orientando que as empresas fiscalizadoras devem ser o dono da obra e não parceiros do empreiteiro.

Antes do final da sua visita o ministro acompanhante do Governo central ao Kuando-Kubango procedeu à entrega simbólica de um lote de 22 viaturas de grande porte do tipo "Samil" 4X4, adaptadas para todo o terreno e destinadas a apoiar os nove municípios que integram a província.

Durante a sua estada no Kuando-Kubango, Roberto Leal Monteiro "Ngongo" visitou os serviços prisionais, o edifício do supermercado Nosso Super, os Bombeiros, a central termo-eléctrica, o hospital

provincial, a administração municipal, as. Alfândegas, o Instituto Médio de Administração e Gestão e outros empreendimentos.

5.7 Jovens estão prontos para servir o país

Jornal de Angola 21-07-2008

No seio de milhares de colegas de ambos os sexos e de várias profissões, que frequentaram até aqui os diversos centros de "Artes e Ofícios" Marlene Gomes tem a particularidade de ser a única mulher que aderiu ao curso de marcenaria, uma profissão, até então, dominada por homens.

De 22 anos, Marlene Gomes faz parte dos três mil e 500 elementos que recentemente terminaram com êxito a formação profissional, apresentados em Luanda pelo Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS).

Ao cabo de seis meses de formação, no km 30, arredores de Luanda, Marlene Gomes dá, deste modo, corpo a um velho sonho, hoje concretizado. Agora, com o domínio da profissão, a jovem marceneira já conhece os meandros para a feitura de camas, portas, cómodas, bancos e de outras peças feitas em madeira.

O sonho de marceneira surgiu no momento em que viu uma mulher a manejar o serrote, martelo, o nível, o escopro, entre outros utensílios, com um certo à vontade, o que a deixou bastante maravilhada.

Agora, com os conhecimentos adquiridos, Marlene pensa desde já consolidar a profissão, ter um emprego para servir o país, e mais do que isso, montar o seu próprio negócio e servir-se dele para formar outras raparigas.

Satisfeita por lograr com êxito o seu sonho de menina, Marlene Gomes encoraja a outras raparigas a obterem agregação profissional que garanta um futuro promissor para si e para as suas respectivas famílias.

Manuel de Oliveira, 21 anos, faz parte dos três mil e 500 elementos que terminaram com sucesso o curso de artes e ofícios, no Centro Profissional do Cazenga. Ele especializou-se em electricidade.

No decurso da sua formação gratuita, que durou seis meses, Manuel de Oliveira aprendeu a instalar electricidade numa casa. Os angolanos Manuel e Beia foram os seus professores.

Júlio Alberto Sobrinho é outro jovem que, aos 20 anos, terminou com êxito a sua formação em electricidade. Disse que quando chegou para frequentar o curso não tinha a mínima noção sobre aquilo que é hoje a sua profissão.

Volvidos seis meses, já aprendeu a instalar uma casa, fruto de muito empenho e abnegação na frequência das

aulas. Antes de aderir ao curso de artes e ofícios, ia à escola diariamente, pois frequenta o segundo ano do curso médio de Ciências Exactas.

Sem querer perder nem a formação académica, nem a profissional, Júlio Alberto decidiu conciliar as duas coisas. De manhã ia à escola e à tarde ao Centro Profissional do Cazenga, uma unidade de referência a nível nacional.

Segundo ele, é muito bom ter uma profissão, porque hoje em dia sem nenhuma formação fica difícil entrar no mundo do emprego. E desta forma, não tem como poder servir o país, "-que tanto necessita dos seus filhos para a gigantesca tarefa de construção e reconstrução nacional."

Apelou aos seus amigos e colegas a aderirem aos cursos profissionais ministrados de forma gratuita. Esta formação pode ser tanto em electricidade, como em canalização ou numa outra especialidade, de forma a poderem com o seu saber contribuir para o desenvolvimento do país.

Wilson Pinto, 21 anos, é um estudante no Instituto Médio Semione Mucune. Naquela instituição frequenta o curso de electricidade, mas, paradoxalmente, na escola de Artes, e Ofícios aprendeu carpintaria. Agora passou a ter dupla qualificação.

Durante a sua formação, aprendeu a manejar serrotes comuns, a ler um projecto técnico. Para entrar procedeu à inscrição, posteriormente foi submetido a um teste, baseado em língua portuguesa e em matemática.

"Agora sou um jovem apto para servir o país", disse com muita alegria estampada no rosto.

No município de Viana (mais propriamente no km 30) formou-se em marcenaria, Francisco Vicente, 18 anos. Aprendeu a produzir mobília dos mais variados tipos, como camas, bancos, cómodas.

Vanda da Conceição, 17 anos, foi formada em "corte e costura", no Centro de Formação Profissional do Morro da Luz e já produz vestidos, calças, casacos, blusas, saias entre outros.

Manuel Bunga forma homens na área de electricidade de construção civil. Confirma que os profissionais recentemente formados estão preparados para o mercado de emprego e para servir as necessidades de construção e reconstrução do país.

5.8 Suposto pastor manteve em cárcere privado crianças no município de Mbanza Congo

Jornal de Angola 23-07-2008

Seis crianças acusadas de práticas de feitiçaria pelos seus pais em Mbanza-Congo, província do Zaire, foram vítimas de cárcere privado, durante 15 dias, na residência de um suposto pastor da igreja Betchalome, identificado por David Diambu Afonso Nkote, segundo informou o director provincial da Investigação Criminal no Zaire (DIPC), superintendente Justino Cayumbuca.

Justino Cayumbuca afirmou que tomaram conhecimento do facto, graças a uma denúncia feita pela população, tendo o órgão realizado, de imediato, um inquérito que confirmou a veracidade da ocorrência na residência do aludido pastor.

O director da DIPC no Zaire referiu que o suposto pastor já se encontra detido, e, neste momento, está a ser movido o processo judicial que será remetido ao Ministério Público para a sua legalização, sendo que, depois, dará entrada ao tribunal, para efeitos de julgamento.

"O pastor já se encontra a contos com a justiça, por crime de cárcere privado e exercício ilegal da actividade religiosa. Ele não tem qualquer autorização da direcção provincial da Cultura que lhe concede o direito de exercer a actividade religiosa," disse.

Quanto ao paradeiro das crianças, o responsável referiu que as mesmas foram entregues ao centro de acolhimento de crianças, localizado no bairro Bela Vista, arredores de Mbanza Congo.

Arrepentido, David Diambu Nkote relatou que tudo começou quando um grupo de mulheres acompanhado de crianças apareceu em sua casa, alegando que os menores são feitiçeiros e que deviam ser curados por ele.

Acto contínuo, o pastor resolveu submetê-las a um jejum de 15 dias que, segundo explicou, serviria para a purificação dos seus pecados.

"As próprias mães é que me pediram para curar as suas filhas por serem feitiçeras. O Espírito Santo orientou-me a jejuar com as crianças durante 15 dias e depois fui surpreendido pela polícia na minha residência de que se tratava de um crime. Por isso, fui parar à cadeia," disse.

O superintendente Justino Cayumbuca aludiu que as crianças encontram-se num estado de saúde bastante debilitado devido aos 15 dias que ficaram encarceradas na casa do pastor, sem alimentação.

Para que a situação seja ultrapassada o mais rápido possível, a DIPC em parceria com a direcção provincial da Saúde e Instituto Nacional da Criança, INAC, orientou uma dieta alimentar para as crianças mais reforçada e diversificada.

5.9 Defendida responsabilização criminal aos que acusam crianças de feitiçeras

Jornal de Angola 24-07- 2008

O primeiro secretário do comité provincial do MPLA no Uíje, Pedro Diavova, defendeu, terça-feira, a necessidade, cada vez maior, dos órgãos judiciais responsabilizarem criminalmente os indivíduos que, por uma ou outra razão, rejeitam as crianças, acusando-as de feitiçeras.

Pedro Diavova falava após a entrega de dois reservatórios, com capacidade para mil litros de água, cada um, e um televisor às crianças necessitadas do Lar São José, da diocese do Uíje.

"É necessário que os órgãos judiciais façam uso dos seus mecanismos para educar esses pais, como forma de intimidar todos aqueles que assim se comportam", disse, para depois referir que "nós devemos ser capazes de defendê-las, denunciando estas famílias para que possam, de facto, assumir as consequências pela prática dos males que cometem contra as crianças".

O líder do MPLA na província do Uíje apelou à sociedade uijense, em particular, e do país em geral, para lutarem para garantir a protecção das crianças. Para tal, disse, àquelas famílias que marginalizam as crianças devem ser julgadas e condenadas.

MPLA solidariza-se com petizes do Lar São José
O comité provincial do Uíje do MPLA doou, terça-feira, às crianças do Lar São José, localizado no bairro Papelão, município do Uíje, um televisor e dois reservatórios com capacidade para mil litros de água, cada um.

O acto visou reforçar o apoio consubstanciado em géneros alimentares e bens de primeira necessidade, que o MPLA levou, na passada quinta-feira, aos petizes que se encontram concentrados no referido Lar, da diocese do Uíje.

Pedro Diavova, primeiro secretário provincial do MPLA, que fez a entrega, sublinhou, na ocasião, que o MPLA está preocupado com a situação das crianças que vivem em situação de abandono.

"Não podíamos deixar a Igreja Católica sozinha neste gesto de acolher estas crianças, por isso viemos dar apoio, para podermos contribuir para a melhoria das suas condições de vida, porque elas, as crianças, são seres inocentes, que devem ser cuidadas com muito carinho".

Apelou à sociedade uijense, em particular, e do país em geral, para que todos possam fazer alguma coisa com vista a protecção das crianças. O padre Nelson Malundo agradeceu em nome do bispo da diocese,

dom Emílio Sumbelo, e do bispo emérito e fundador do lar, dom Francisco da Mata Mourisca, referindo que o apoio vai suprir uma das maiores carências que o lar tem enfrentado, em relação a conservação e tratamento de água.

"Em menos de uma semana, esta é a segunda vez que recebemos a visita e o apoio deste partido, mas é necessário que os outros partidos sigam este exemplo", disse.

Segundo o sacerdote, os pais que maltratam os seus filhos, acusando-os de feiticeiros, devem ser julgados criminalmente. "Pedimos aos pais para cuidarem cada vez melhor dos seus filhos, para que eles não fiquem abandonados. As crianças são inocentes, não pediram para serem geradas, por isso cada um deve ser responsável pelo bem-estar dos seus filhos".

5.10 PAV imuniza milhares de crianças

Jornal de Angola 25-07-2008

Mais de um milhão de crianças, dos zero aos cinco anos de idade, vão ser vacinadas contra a pólio nas províncias da Huíla, Bié, Uíje e Namibe, no âmbito da terceira fase da campanha de vacinação, que tem início hoje.

Huíla

A Direcção Provincial da Huíla de Saúde e Controlo de Endemias prevê vacinar quinhentas e umas mil crianças, de zero aos cinco anos de idade, este fim-de-semana, contra a paralisia infantil, no âmbito da terceira fase da campanha de vacinação.

O facto foi ontem avançado pelo responsável do Programa Alargado de Vacinação (PAV), Adelino Cataço, que informou que, para o sucesso da terceira fase, estão disponíveis perto de 628 mil e 200 doses de vacinas.

Para uma cobertura eficiente dos 62 municípios, foram mobilizadas 78 viaturas, para apoiarem os vacinadores nas localidades mais distanciadas.

Estarão envolvidos na campanha dois mil e 300 vacinadores, distribuídos em equipas de três elementos, para além dos supervisores e enfermeiros. Durante a segunda fase, a província da Huíla vacinou 510 mil e 36 crianças.

Bié

Na província do Bié, serão imunizados quatrocentos e quarenta mil e 135 menores de cinco anos, contra a poliomielite, durante a terceira fase de vacinação, a decorrer entre 25 e 27 do mês em curso, em todo o país.

O supervisor provincial do Programa Alargado de Vacinação (PAV), Óscar Eduardo Bambi, frisou que as

condições logísticas, técnicas, materiais e humanas "estão" criadas para que a campanha se estenda a toda a província do Bié.

Para esta missão, segundo o responsável, a sua instituição poderá contar com um envolvimento de 980 equipas, entre vacinadores, registadores, mobilizadores social, supervisores, entre outros.

Assegurou estarem disponíveis 530 mil doses de vacinas contra a poliomielite, acrescentando que a vacinação será feita porta a porta.

Óscar Eduardo Bambi afirmou que para as áreas de difícil acesso estão mobilizadas motorizadas e bicicletas, de forma a atingir todas as localidades.

Uíje

O Programa Alargado de Vacinação (PAV) prevê imunizar contra a poliomielite, durante a terceira fase de vacinação, a decorrer de 25 a 27 deste mês, na província do Uíje, 387 mil crianças, informou ontem a supervisora provincial do referido programa, Lucrécia Pedro.

A supervisora revelou terem sido criadas 877 equipas integradas por mil 754 vacinadores e 219 supervisores, para a realização da campanha, que vai realizar-se em simultâneo em toda a província. Lucrécia Pedro garantiu estarem criadas todas as condições para o êxito da campanha.

Namibe

A terceira fase da campanha de vacinação contra a poliomielite, a iniciar domingo, prevê imunizar na província do Namibe 66.139 crianças dos zero aos cinco anos de idade, segundo o supervisor de saúde, Luciano Nicolau.

Esclareceu que a nível do município sede, a campanha prevê vacinar 32.057 crianças; Tômbwa 10.436; Bibala 8.783; Camucuio 7.653 e Virei 2.110.

A campanha vai envolver 138 equipas de vacinadores espalhados pelos cinco municípios da província e as condições logísticas e de transporte estão garantidas, para que a mesma decorra sem sobressaltos.

Na fase anterior, foram também vacinadas em toda a província 61.139 crianças.

5.11 O dia-a-dia de petizes angolanos no posto fronteiriço de Santa Clara

O Independente 26-07-2008

Numa altura em que se fala da criação de centros regionais de acolhimento de crianças Órfãs, enviamos uma equipa de reportagem ao Ponto fronteiriço de Santa Clara, entre a província do Cunene e a república da Namíbia.

Zona comercial por excelência, Santa Clara e um ponto

de grande concentração de angolanos que para lá foram procura de realização financeira e também de melhores condições de vida. O facto de ser uma zona fronteiriça faz com que seja normal o fluxo de pessoas por aquelas paragens.

O que não é normal é o numero de crianças que para aí se deslocam à procura do pão de cada dia Sexta-feira, 18 de Julho, início de fim-de-semana. Era uma manhã cinzenta, fria e sem sol, com uma temperatura a rondar as 10 graus.

E provavelmente o dia mais agitado naquela localidade. Cidadãos, nacionais e estrangeiros, vindos de vários pontos do país, cruzam-se minuto a minuto no perímetro da fronteira com a República da Namíbia, uns a entrarem outros a saírem todos com mercadorias em mão, na cabeça ou em viaturas.

O ambiente de agitação começa logo na paragem de táxi, a cerca de 500 metros do portão. O local está sempre cheio de gente, parecendo ser um aglomerado de passageiros, que aguardam pelo seu regresso ao interior do país.

Mas não é o caso. Trata-se, sim, de crianças, adolescentes e até adultos que encontraram ali facilidades de trabalho e de pequenos negócios, com destaque para serviços ligeiros e a venda ambulante.

Logo à entrada o indivíduo é interceptado por jovens adolescentes que se prontificam a servirem de guia e de intermediário na regularização das questões migratórias ou somente para ajuda no transporte da mercadoria da Namíbia para Angola.

Outros se ocupam com os serviços de moto-táxi da paragem ao portão, a venda na zunga de sandes e gasosa fresca transportada em sacos plásticos. Temos os kinguilas (cambia dores de moedas estrangeiras), que manuseiam notas de dólar namibiano e americano e ainda o rand, moeda sul-africana.

Há ainda meninos que se ocupam da venda do muito procurado "Oshikandela", um yogurt produzido na Namíbia e que é muito consumido não apenas no país de Nujoma, mas na região Sul de Angola.

O cenário descrito, isto no lado angolano, torna quase que obrigatório a presença de "amigos do alheio", vendedores de passes de entrada para o espaço namibiano.

À saída, daquele lado para este, o cenário é o mesmo. Junto ao portão, muitos jovens adolescentes perfilam numa luta para conseguir um cliente.

Alguns ainda há quem aproveitam o fluxo de pessoas para porem a mão nas algibeiras dos transeuntes para puxarem uns trocados.

Que o diga o nosso companheiro de viagem Cláudio sacudido por um grupo de cinco meliantes de nacional-

idade namibiana, em Ochicango, logo na porta de uma casa de venda de bens industriais. Foi preciso a intervenção dos colegas para que os meliantes se pusessem em fuga antes de concretizarem os seus intentos.

Os adolescentes transportam as mercadorias do portão ou mesmo do outro lado em bicicletas, carros de mão, sobre a cabeça, nos ombros ou em mãos até à paragem de táxi.

Contar dinheiro aos 13 anos

A disputa de clientes entre eles é tanta, mas, ao final do dia, cada um consegue ganhar algum dinheiro, Honestos e desonestos, todos voltam para casa com algum encaixados. O pequeno Zé Manuel, de 13 anos, por exemplo, foi para ali parar há quatro anos com a sua mãe, proveniente do Quipungo, província da Huíla.

Desde então que não sabe o que é ir para escola. Apesar de muito novo, a sua vida está 100% virada para o negócio. Ele revela que, de crianças que procuram melhores condições de vida, grande parte delas vindas do interior da província do Cunene e de algumas regiões das vizinhas províncias da Huíla e do Kuando-Kubango. São centenas de crianças não mais saíram.

Negociantes hoje delinquentes amanhã

As instituições que se ocupam da implementação de políticas que visam o desenvolvimento e melhoria delinquentes", advertiu.

Segundo Abel Joaquim, essa situação decorre de problemas de índole social, que levam inclusive a que muitos pais e encarregados de educação impeçam os filhos de irem à escola, para que se dediquem a actividades domésticas ou ao comércio informal, com destaque para a venda ambulante e lavagem de viaturas.

5.12 Governo prepara legislação para o Ensino Superior

Jornal de Angola 29-07-2008

Um conjunto de novos diplomas legais que preconizam a valorização da lei de base do sistema de educação deverá merecer a apreciação do Governo nos próximos meses. A informação foi avançada ontem em Luanda, pelo secretário de estado para o Ensino Superior, Adão do Nascimento, que falava no acto de abertura das primeiras jornadas técnico-científicas da Universidade Privada de Angola (UPRA).

Os referidos diplomas apontam como princípios específicos do subsistema do ensino superior, o papel reitor do Estado, a autonomia institucional, a liberdade académica, a gestão democrática, a garantia da qualidade dos serviços bem como o equilíbrio da rede de instituições de ensino.

Adão do Nascimento lembrou aos presentes que os novos diplomas prevêm ainda a clarificação e

hierarquização dos diferentes tipos de instituições de ensino superior, o papel dos seus actores e intervenientes no subsistema do ensino superior, bem como a regulação da relação entre os mesmos.

Estas medidas, segundo Adão do Nascimento, traduzem-se nas exigências necessárias no domínio da organização e gestão, para que as instituições de ensino superior atinjam novas metas, contribuindo assim no alcance da promoção do desenvolvimento.

Para Adão do Nascimento, a reforma do ensino superior, para além de valorizar o sector, necessita do envolvimento de cada um, condicionando deste modo o seu sucesso numa altura em que a reforma atinge o ponto de não retorno.

"Entre os esforços esperados por cada instituição do ensino, aos quais serão associados investimentos do Governo, está a profissionalização dos distintos serviços de gestão. Somente através da formação dos seus quadros e técnicos em especialidades como a planificação da educação, estatística, desenvolvimento curricular e outros, é que se criará um novo planeamento estratégico capaz de situar, de maneira harmoniosa, o ensino, no quadro das estratégias de desenvolvimento nacional preconizadas pelo Governo", realçou.

. O encontro visou igualmente promover a discussão técnico-científica a nível dos profissionais universitários, docente e gestores das instituições, com o objectivo de contribuir para a melhoria do sistema de ensino superior em Angola.

As recomendações e conclusões poderão servir de base para os próximos encontros da mesma natureza. Entretanto, os participantes vão discutir também durante a jornada a "Importância da gestão e do planeamento estratégico das instituições universitárias", a ser proferida pelo professor Nelson Colossi.

6TERRA, HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

6.1 Camponeses beneficiam de ferramentas para combater a fome e a pobreza

Jornal de Angola 3-07-2008

O Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), no quadro de um programa que visa fomentar a produção agrícola e combater a fome e a pobreza, apoiou 437 mil e 894 famílias camponesas, na província do Uíje, com sementes diversas e instrumentos de trabalho.

O director provincial do Uíje do Instituto de Desenvolvimento Agrário, Miguel Mbemba Mata, disse que foram distribuídas, às famílias camponesas da província, trinta e cinco mil catanas, 29 mil e 380 enxadas europeias, quatro mil e 992 enxadas tradicionais, assim como 20 toneladas de semente de milho e outras dez de amendoim e feijão.

Fez saber que foram também distribuídas 50 toneladas de fertilizantes. Deu a conhecer que, na presente campanha agrícola (2007/2008), o número de beneficiários aumentou para 437 mil e 894 famílias camponesas, contra as 408 mil e 40 da época agrícola passada (2006/2007).

O responsável reconheceu ser insuficiente o número de instrumentos de trabalho e sementes que a instituição recebe da direcção central do IDA e pediu que se reforce o lote para que possa abranger mais empresas agrícolas familiares.

6.2 Bairro da Madeira uma existência penosa

Semanário Factual 4-07-2008

Com o abate indiscriminado de árvores, as pessoas foram ocupando o local e hoje o que se vê são casas mal construídas com quintais comuns com várias divisões. Para moradores, a vivência, no bairro da Madeira é penosa porque o aglomerado de casas dificulta a circulação das pessoas nas ruelas de terra batida, esburacadas e algumas alagadas pela água suja atirada pelos habitantes. É um cenário nada agradável para quem visita ou passa pelo bairro, que, mesmo assim, é "amado" por quem aí vive.

ARRUAMENTOS

Como constatou o Factual, o bairro da Madeira tem apenas poucas ruelas por onde passam acima de tudo peões, porque quanto a viaturas é um "deus nos acuda", dada à sua estreiteza e comprimento.

"É, a Madeira é complicada, os becos e ruelas não facilitam a circulação", afirmou ao Factual o jovem Paulo de Oliveira, de 24 anos e nascido nesse bairro.

Para ele, o que faz manter as pessoas na Madeira é o tempo em que lá vivem e pelo facto de casas a arrendar serem muito caras para a condição económica dos

moradores.

Na verdade, não se pode afirmar que as poucas ruelas do bairro Madeira sejam estradas para turismos ou camiões. E nada demonstra que essa situação venha a ser alterada em breve, a menos que as autoridades comunais ou administrativas do município do Kilamba Kiaxi intervenham para tomar o bairro numa zona nobre, dada à sua localização.

"Por acaso fala-se nisso, aliás, já estiveram cá responsáveis da administração municipal do Kilamba Kiaxi para conversar, porque esse lugar pode ser urbanizado por ser bem localizado", referiram trabalhadores de uma marcenaria quando abordados pelo Factual.

ÁGUA POTÁVEL

Pelo alagar das ruelas e becos nota-se que o bairro da Madeira tem água canalizada em muitas casas, conforme falou ao F actual o canalizador Domingos Diogo que, com colegas, instalava uma conduta para água à "urbe".

Porém, como não há bela sem senão, o bairro tem vendas construídas fora do âmbito urbanístico e por isso não têm canalização da EPAL.

"Não há problema de água porque o bairro tem canalização da EPAL, mas os moradores de casas sem esse sistema podem buscar o precioso líquido a outras residências", afirmou Antunes Mateus, membro da comissão de moradores da Madeira, que se mostrou agastado por a sua casa não possuir sistema de canalização, tendo de recorrer a vizinhos para obter água.

Porém, manifestou a sua crença de que no quadro da agenda da EPAL em execução se instalem fontanários ou canalização em casas de modo a que também beneficiem de água potável.

"É uma esperança porque ninguém vive sem água e se a EPAL aqui chegar então vamos ficar felizes", sintetizou ao Factual Antunes Mateus.

De igual modo, jovens atentos à conversa pediram que a EPAL instalasse fontanários ou canalização nas casas para bem dos moradores da Madeira.

SANEAMENTO BÁSICO

O saneamento básico no bairro da Madeira é pouco eficiente por ser visível o alagar de ruelas e algum lixo, embora neste aspecto, segundo moradores, a situação esteja melhorada, devido à nova metodologia das empresas vocacionadas para o efeito.

"Sim, aqui o lixo não demora. Pomos o lixo em sacos e assim que o carro passa leva o lixo. Por isso, na Madeira estamos bem", indicou a cidadã Manuela Andrade, mulher de limpeza numa vivenda quando indagada pelo Factual.

"Antes era complicado:

Os carros não passavam e o lixo era acumulado nos

contentores.

Hoje é diferente, estamos melhor", acrescentou.

E de facto nota-se que os habitantes da Madeira se preocupam com a limpeza, embora sejam visíveis dejectos aqui e ali, que podem ser danosos para as pessoas, em particular crianças que brincam sem medir consequências.

SAÚDE

Quanto ao capítulo da saúde, o Factual constatou a inexistência de centros médicos ou de hospitais no bairro da Madeira, pese o facto de o saneamento básico não ser dos melhores.

Mas os moradores dizem que o bairro é saudável e que as doenças são raras. Jovens rapazes a jogar basquetebol também confirmaram que se houvesse doenças as pessoas não podiam praticar desporto na Madeira.

"Por isso dizemos que aqui na Madeira temos saúde", afirmaram os jovens, empenhados em jogar com afinco.

E pelo olhar das pessoas, a Madeira é um bairro de que gostam, apesar de não possuir unidades sanitárias.

ENERGIA ELÉCTRICA

o bairro da Madeira tem energia eléctrica em toda a sua extensão por receber fornecimento da EDEL Ademais, dada a sua localização, a Madeira tem luz 24 horas, sabendo-se que no local se situam instituições religiosas e escolares, para além de unidades militares e estradas fronteiriças totalmente iluminadas. Daí a prática de desporto à noite em recintos desportivos sítios na "urbe", não sendo motivo para desânimo dos moradores.

"Sim, confirmo, aqui a luz é boa, não há problema", referiu Alberto Kinkadi, dono de uma cantina na Madeira.

Para ele, "se houvesse falhas de energia constantes, os produtos que vendo iriam estragar-se".

Porém, o morador António Macedo, de 40 anos, fez saber que na Madeira há casas sem rede eléctrica, argumentando que as vivendas sem energia são aquelas construídas anarquicamente e sem contrato de fornecimento com a EDEL.

"Se os projectos da EDEL abrangerem toda a população da Madeira valerá a pena porque ainda se vêem "puxadas" em algumas casas", declarou.

DELINQUÊNCIA

O bairro da Madeira é considerado calmo em termos de delinquência porque os seus habitantes são pacíficos, como diriam jovens desempregados sentados junto a uma casa onde se vende "cabrité", um pitéu muito comum na dieta dos habitantes do bairro da Madeira e não só.

"Os delinquentes vêm às vezes de bairros como o

Marçal, mas a polícia tem sabido dar resposta e nós também estamos vigilantes", disse ao Factual o comerciante de "cabrité", Litundo Antoine, de nacionalidade zaireense.

"Falar de delinquência na Madeira é falar do perigo à noite, mas como temos unidades policiais e militares nas redondezas temos dormido -tranquilos", frisou Litundo Antoine.

Com efeito, o bairro da Madeira está situado numa zona privilegiada e como tal beneficia da "protecção" das unidades militares e policiais circunvizinhas.

6.3 Maculusso uma estrela cintilante

Semanário Factual 11-07-2008

Escusado será dizer que as ruas do bairro do Maculusso ganham em verdade, quer dizer largas e asfaltadas, sendo um prazer andar por elas de carro ou a pé. A lias, automobilistas contactados pelo Factual reconheceram que do Maculusso, se conhece "o bem e o mal". Em comparação com outras ruas da cidade de Luanda onde as estradas são uma lástima a precisar de novo tapete asfáltico.

"Você tem razão, no Maculusso, todas as estradas são boas, do norte e a sul, do leste a oeste, não há buracos nem lagoas como acontece por exemplo no bairro Valódia, que também é centro da cidade", afirmou ao Factual o motorista Felisberto Caputo, num pequeno engarrafamento com direcção à Mutamba.

Opiniões idênticas tiveram alunos da escola Zinga Mbandi, que, em uníssono, disseram: "O Maculusso é diferente: Lindo, colorido com prédios higiénicos, uma beleza, embora com manchas de água no chão devido à lavagem de carros nas Vias.

"Mas isso não é nada, porque o bairro Maculusso tem estruturas escolares, comerciais, restaurantes, igrejas e empresas de telecomunicações de causar inveja". Frisaram os estudantes, conscientes de que a limpeza e a higiene são a chave para o bem-estar dos moradores.

ÁGUA

Se a água é um bem indispensável, então o bairro do Maculusso pode gabar-se de ser um "felizardo", porque os prédios e vivendas são do tempo colonial, logo com canalização não se vendo gente a passar pela rua com bidões ou baldes à cabeça.

Segundo o empregado Lúcio José, a água é uma questão de somenos, porque casa sem o precioso líquido não existe. Também não há casas construídas anarquicamente, daí a vantagem para os moradores, tranquilos e felizes por um banho matinal sem preocupação.

E o Factual constatou que o Maculusso é mesmo uma "mão com brilho", dado o esforço das autoridades em tomar o centro da cidade de Luanda um espelho onde

podem ser reflectidos os comportamentos das pessoas que por aí passam: papéis, latas, garrafas, todo o lixo é depositado nos contentores. Nada de água no chão, porque a consciência colectiva avisa: Saúde sem lixo.

"De facto, quem disser que no Maculusso há problemas com a água, está a mentir, ela corre pelas torneiras com a pressão necessária", afirmou ao Factual João Avelino, trabalhador de uma empresa de telecomunicações sita no bairro.

ENERGIA ELÉCTRICA

Falar de luz eléctrica é somente para dizer que o Maculusso é um dos bairros de Luanda mais iluminados, sendo por isso que as pessoas o procuram para passeios à noite ou frequentar um restaurante para jantar.

"Já nem se percebe se as luzes são dos postos ou dos carros, é tanta luz nos olhos que ofuscam a vista", afirmou Carlos Alberto Martins, que jantava no restaurante Veneza.

De facto, o Factual ouviu dezenas de moradores e todos foram unânimes em considerar que o Maculusso nada deve a outros bairros por aí afora, pois a sua luminosidade agrada tanto quem passa pelo bairro como quem nele habita.

"É, ontem estive numa festa na Ingombota, a luz foi-se; Recebi uma chamada de um amigo no Maculusso e estive com ele a conversar e durante esse tempo a luz não se apagou", referiu ao Factual o engenheiro Adolfo Carneiro, consciente de que a falha na Ingombota se deveu a uma interrupção da EDEL, o que é comum quando há curto Circuitos.

SANEAMENTO BÁSICO

Falar do saneamento no Maculusso é o mesmo que falar da higiene das casas, das ruas, dos prédios e dos passeios, pois a limpeza reflecte o dia-a-dia do bairro. Pese o movimento intenso de viaturas, o lixo é quase inexistente fora dos contentores.

"Nós, no Maculusso, somos higiénicos, todo o lixo vai para o contentor e quem deitar dejectos ao chão e for observado pelas pessoas fica com vergonha", disseram jovens rapazes sentados junto da administração municipal da Ingombota.

A demais, as árvores frondosas dão novo "Look" ao bairro, ajudando na purificação do ar já poluído na cidade de Luanda, por constantes engarrafamentos e por poeira excessiva sobre a cabeça dos cidadãos.

"Gostamos de passar pelo Maculusso, para irmos à Igreja ou lanchar nos restaurantes porque é lindo, não tem lixo exposto e não tem cheiros nauseabundos", disseram ao Factual moradoras que caminhavam para a Igreja Assembleia de Deus.

SAÚDE

Quanto à saúde, poucas são as instituições sanitárias no

Maculusso, tendo em conta a sua localização no centro da cidade. Mas, devido ao agradável saneamento, as pessoas não adoecem de patologias como paludismo e diarreias agudas, como fizeram saber enfermeiros de uma clínica localizada nas imediações.

Aliás, o aspecto ambiental do Maculusso demonstra que a nível de Luanda esse bairro é o retrato de saúde numa urbe, vendo-se pessoas saudáveis correndo, saltitando e rindo com o fôlego de um atleta.

Portanto, o facto da inexistência de hospitais e de clínicas no Maculusso são o indício de que a palavra saúde faz morada no bairro, sendo de regozijo saber que os moradores são saudáveis, um sinal de que o futuro será risonho para as crianças.

DELINQUÊNCIA

Sem descurar esse capítulo, pode dizer-se que a energia eléctrica tem sido o "motor" para travar a delinquência no Maculusso: Mas essa é uma meia verdade, porque o crime mora também no bairro.

Empresas de telecomunicações, restaurantes, lojas e viaturas são motivo para assaltos, já que são propensas a crimes pelo seu cariz. Mas, dado o facto de haver muita luminosidade, os delinquentes sentem-se "tímidos" e procuram áreas mais escuras onde possam investir contra os incautos.

Mas a polícia está atenta e as rondas pelo Maculusso têm surtido efeito, como reteriram ao Factual jovens com idades entre 20 e 25 anos que estudam à noite na escola Nzinga Mbandi.

"Os delinquentes são jovens e às vezes estudantes, por isso passam despercebidos". Disseram guardas da escola Nzinga Mbandi, para quem a ajuda da polícia é necessária para conter a onda de crimes, alguns mortais, no Maculusso.

6.4 "Querem o céu e a terra" Ricos invadem vila do Zango I e II

Semanário Factual 11-07-2008

A ânsia desmedida de possuir terrenos está a criar sérios problemas nas áreas habitacionais escolhidas pelo Governo para alojar as populações mais carentes.

Muitos cidadãos abastados estão a comprar casas e terrenos no perímetro do Zango onde constroem prédios e vivendas de luxo, numa área vocacionada para pessoas de baixa renda. Aos poucos, esses "predadores" estão a invadir e a descaracterizar o bairro. Foi essa constatação que deixou agastado o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, quando visitou, terça-feira, essa localidade.

Isso prova que os anteriores administradores estavam

de conluio com as "aves de rapina" que pretendem ficar com tudo o que estiver ao seu alcance, não implicando os meios para atingir essa ambição desmedida. Graças ao bom senso, o presidente dos Santos escutou as vozes que lhe alertaram sobre esse perigo que se regista em grande escala em todo o território nacional.

Existem grupos de angolanos que estão a apoderar-se de dezenas de hectares de terras aráveis e próximas de rios e riachos, com o intuito de açambarcá-las e deixar as gerações vindouras sem a oportunidade de ter um pedaço de terra que tanto custou aos angolanos na luta contra vários exércitos invasores. Esses senhores praticam esse garimpo em Luanda, Kwanza-Sul, Kwanza-Norte, Huambo, Bié, Huíla e Benguela.

Se não se colocar um travão nesses desígnios é possível que no futuro tenhamos os mesmos problemas que hoje afligem os cidadãos sul-africanos, onde não existe nenhum pedaço de chão que não seja pertença dos brancos.

Apesar de Angola ser grande para o número de habitantes, convém tomar-se algumas medidas para que as melhores terras não fiquem nas mãos de gente que nem sequer tem vocação para a agricultura. Esperamos que a nossa pequena burguesia não queira substituir os antigos colonos. Porque se assim for estamos tramados.

Mas, voltemos a deslocação que o Chefe de Estado efectuou a Viana para inteirar-se do andamento dos projectos habitacionais em construção nos bairros Zango III e IV, que prevêem albergar cerca de 7 mil famílias.

A conclusão destas obras de impacto social está prevista para Outubro de 2009. Os beneficiários serão pessoas desalojadas de diferentes zonas consideradas de risco da capital do país.

Paralelamente à construção das residências nos referidos locais, os projectos contemplam postos de saúde, centros comerciais, padarias, igrejas, um instituto médio de gestão, esquadra de polícia e supermercados, entre outros empreendimentos de carácter social. As primeiras famílias beneficiadas saíram da encosta da Boavista (abrangendo partes dos municípios da Ingombota e do Sambizanga), na sequência de vários deslizamentos de terras no ano de 2000, que provocaram a morte de cerca de 30 pessoas.

Os projectos Zango III e IV fazem parte do programa de emergência habitacional que visa, entre outras, acolher populações que vivem em zonas consideradas de risco.

Contudo, esperemos que sejam tomadas medidas para que desta vez no Zango III e IV, os ricos não fiquem com as cacas dos mais carentes. Guardem o vosso dinheiro para comprar casas no Céu, porque na Terra já quase tudo vos pertence.

6.5 Cafeicultores no Kwanza-Norte recebem crédito do fundo de Desenvolvimento

Jornal de Angola 12-07-2008

Cento e vinte cafeicultores da província do Kwanza-Norte beneficiaram, no presente ano, de micro-crédito, cujo valor é equivalente a 500 dólares, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Esta informação foi prestada pelo responsável local do Instituto Nacional do Café, Tavares Jeremias, tendo ressaltado que a acção está enquadrada no programa de "Reabilitação e Fomento da Actividade Cafeícola no país".

Tavares Jeremias indicou que, a nível da província, estão controlados cerca de 700 produtores, dos quais 600 são de baixa renda, tidos como os principais produtores do bago vermelho a nível local.

Informou que está em fase de experiência, na zona do Planalto da Camabatela, que compreende os municípios de Samba-Cajú e Ámbaca, o café "arábica", uma outra espécie produzida na região.

Para a próxima campanha produtiva, a ter início entre Outubro e Novembro deste ano, deu a conhecer que estão já disponíveis 647 mil hectares que permitirão uma colheita estimada em mais de 300 toneladas do produto.

Na mesma esteira, sublinhou que, a nível do Kwanza-Norte, está em curso o projecto de revitalização do palmar que consta do programa de renovação da cafeicultura, com um financiamento estimado em 13 milhões de kwanzas, disponibilizado pelo fundo em referência.

Dentro do mesmo pacote, está prevista a execução de mais dois projectos, como o da "produção de Mudanças" que visa produzir nesta parcela do país as melhores variedades de café provenientes de outros países, um dos quais a Costa do Marfim.

O segundo cinge-se na "conservação das espécies regionais", projecto que terá o suporte financeiro do governo local.

Sublinhou que um dos factores que emperra o desenvolvimento do café no Kwanza-Norte é o fraco poder de comercialização. Neste momento, precisou, os agricultores da província dispõem de cerca de 50 mil quilogramas que serão comercializados brevemente.

A nível da província, referiu, encontram-se em funcionamento três máquinas de descasque de café, localizadas nos municípios de Cazengo, Golungo-Alto e Samba-Cajú, propriedades das empresas Procafé, Maridores Limitada e Acobeca.

Até o final do ano em curso, a municipalidade de Ambaca poderá contar com uma máquina do género.

6.6 São Paulo reflexo da desorganização

Semanário Factual 18-07- 2008

É que para quem não está habituado, o panorama presente no São Paulo traduz-se numa autêntica desorganização a que ninguém consegue pôr cobro, nem a polícia destacada no local é capaz de ordenar o tráfego ou os vendedores fora do mercado, dada à confusão reinante à semelhança de um pandemónio sem controlo.

E essa situação, embora seja do domínio público, mantém-se inalterada desde que há anos gente vinda do interior do país decidiu aportar em Luanda para fugir da guerra e encontrar formas de sobrevivência.

De manhã cedo começa a chegar gente ao mercado de São Paulo para iniciar a sua actividade normal, mas, logo após, como se de baratas se tratasse, uma multidão de vendedores ocupa os passeios, estende bancadas e dá início aos pregões. Com encontrões, as zungueiras juntam-se à "dança" que se prolonga por todo o dia, terminando sempre por volta das II horas da noite, para um repouso temporário porque cedo a rotina é retomada.

Um engarrafamento em sentido ascendente e descendente aparece de repente sem prévio aviso, pessoas procuram os táxis com destino aos seus locais de trabalho e num empurra-sobe-sobe-empurra lá partem, algumas já amarrotadas mas contentes por poderem tomar um táxi. Nesse entretanto está a polícia de ordem pública a tentar tomar fluido o tráfego, mas sem qualquer possibilidade, dada à má condução dos automobilistas, à pressa em partirem para as vias e aos atropelos às regras de trânsito.

SANEAMENTO BÁSICO

Quem estiver no bairro São Paulo logo dará conta que o saneamento básico é ineficiente, pois o lixo nas bermas dos passeios e todo o tipo de dejectos espalhados pelo chão são um autêntico atentado à saúde pública.

"Na, verdade, lá vai o tempo em que seria possível passear pelo bairro São Paulo, com pastelarias, restaurantes e outros locais de diversão como o cine São Paulo hoje fechado e entregue à sua sorte", referiu ao Factual Manuel Cristóvão, um vendedor de cerveja em sacos a atender clientes passantes em viaturas.

"É um sacrifício vender aqui, tudo apertado, cheio de gente que vende em quase todas as ruas do bairro, e no final é o lixo que fica exposto durante a noite sem recolha atempada e com isso as doenças", acrescentou Manuel Cristóvão ao F actual, o que chamou a atenção dos vendedores que rodearam o jornalista para também darem a sua opinião:

O São Paulo já não é respeitado por ninguém porque senão não seria somente um mercado a céu aberto, com lojas de malianos, de senegaleses, de nigerianos e de brasileiros a fazerem a diferença, porque são recintos fechados.

E o pior são os buracos nas vias que circundam o bairro de lés-a-lés, onde as viaturas sofrem danos pela sua quase intransitabilidade. E a solução para esta má situação rodoviária reside na administração municipal do Sambizanga que diz ter em carteira a reabilitação das vias do bairro São Paulo a breve trecho.

ENERGIA ELÉCTRICA

A este nível, constata-se que o bairro São Paulo é completamente iluminado, agora que a EDEL está a implementar o seu programa de instalação de mais postos de iluminação pública.

Para moradores e vendedores, "não há problema de energia eléctrica no Bairro São Paulo, pois ela é permanente, por isso as pessoas vendem até altas horas".

"Claro, quando a EDEL corta o fornecimento ficamos desprovidos de luz, mas, tirando isso, tudo é iluminado", referiram ao Factual.

"Sim, nós confirmamos, aqui a luz não falta", disseram em uníssono mulheres sentadas a venderem artigos diversos, loiças e guloseimas, atentas ao diálogo do jornalista com vendedores.

De facto, quem antes circulou pelo bairro São Paulo nota que hoje a situação de energia eléctrica é diferente, já que no âmbito dos investimentos públicos a "urbe" ganha outra imagem à noite, para gáudio dos habitantes e dos passantes. Aliás, sendo um bairro urbanizado, os prédios do São Paulo têm sistema eléctrico na sua totalidade, sendo por isso os primeiros beneficiários.

ÁGUA POTÁVEL

O bairro São Paulo é abastecido pela EPAL, pois as casas e prédios possuem canalização interna, uma vantagem relativa ao vizinho bairro do Sambizanga, onde a carência de água é gritante.

De acordo com habitantes contactados pelo Factual, a água corre à vontade mas "lá mais abaixo a situação é crítica, principalmente para quem mora na zona da Gajaletra.

Ali, a tubagem enferrujou devido ao lixo acumulado e às inundações das águas pluviais sem saída que enferrujaram a tubagem subterrânea. Por este facto, a procura de água potável é ainda uma realidade dolorosa para muitos moradores que dizem esperar "ansiosos" pela intervenção da EPAL a fim de aliviar a pressão dos carentes do precioso líquido.

"Nós temos problemas, com as inundações a água deixou de subir e por isso estamos mal", indicou a

moradora Alzira Benvindo que, na companhia de amigas, se dirigia às imediações da Igreja de São Paulo a fim de acarretar água para sua residência.

Mas, elas afirmaram estar conscientes do trabalho que a EPAL leva a cabo para mudança de velhas tubagens e nessa altura a alegria voltará aos rostos, ainda tristes por não poderem usufruir do precioso líquido à vontade.

ARRUAMENTOS

Como se disse, as ruas do bairro São Paulo eram totalmente asfaltadas no tempo colonial, mas devido à erosão e à falta de manutenção elas estão corroídas, com pó, buracos, sujidade e sem beleza. Mas, dada à necessidade, elas são diariamente utilizadas por automobilistas que vão para o mercado do Roque Santeiro, o maior de Angola, ou com destino à baixa de Luanda.

No entanto, pode dizer-se que este quadro "é sol de pouca dura", pelo trabalho de terraplenagem e asfalto das principais estradas da cidade de Luanda. E este "pacote" também há de chegar ao São Paulo de modo a tornar o bairro mais lindo: com ruas asfaltadas, com sistemas de drenagem eficazes para que esta parte de <Luanda, volte a atrair gente de todo o lado feliz por poder contemplar aquele que já foi o lugar prazeroso para habitar ou apenas passear, com ruas largas e simplesmente agradáveis para condução automóvel.

DELINQUÊNCIA

Contrariamente ao facto de o bairro São Paulo ser iluminado, também aqui a delinquência é uma realidade a não descurar pois os meliantes aproveitam-se da confusão nas lojas e mercados para "surripiar" todo o objecto que lhes chama a atenção: Pastas de mulheres, carteiras, brincos, relógios ou outros adereços de interesse.

A rapidez da sua acção deixa atónitas as pessoas que, impotentes, assistem a assaltos mesmo durante a luz do dia. Andar pelo bairro São Paulo à noite é uma acção perigosa, porque os meliantes se postam às esquinas à espreita, e à passagem de um indivíduo eles passam à ofensiva, levando o que puderem, acima de tudo telemóveis, às vezes sob a ameaça de armas de fogo.

"Aqui no São Paulo não há segurança, uma pessoa pode ser assaltada a pé ou mesmo a conduzir e não há hora", disseram ao Factual idosos sentados no restaurante Voselence, a jantar.

"I: mesmo muito perigoso andar à noite, sem protecção, porque a polícia não pode estar em todo o lado, por isso todo o cuidado é pouco", afirmaram os velhos, para quem, pese a iluminação no São Paulo, há alguns lugares sem luz suficiente e os ladrões preferem esses espaços para praticarem crimes.

Jovens contactados pelo F actual afirmaram terem sido já vítimas de delinquentes que "transferiram" para si os

telemóveis roubados sob a mira de armas de fogo ou brancas.

Porém, afirmaram acreditar no trabalho operativo da Polícia Nacional que não poupa esforços para manter a tranquilidade em Luanda, particularmente no sensível bairro São Paulo, chamariz de delinquentes por causa dos mercados aí existentes e frequentados diariamente por centenas de pessoas.

6.7 Seremos mais de 20 milhões de habitantes em 2020

Agora 19-07-2008

O país não efectua censo há mais de três décadas, não se sabendo, por isso a estrutura da densidade populacional.

Não se conhecendo o número de habitantes, fica também muito complicado para quem governa estabelecer planos de desenvolvimento capazes de atingir o cidadão.

Um antropólogo abordado pelo AGORA defendeu que sem estatística não se consegue exercer uma governação horizontal.

"Como é que você vai estabelecer metas se não tem o controlo das pessoas que estão numa determinada área? Quando um Governo fala em políticas de água, energia eléctrica, saúde, educação e habitação, só para citar estes sectores, deve ter em primeiro lugar uma projecção sobre o número de indivíduos a atingir", sublinhou o académico, acrescentando que "no nosso caso concreto o Executivo tem vindo a actuar às cegas falando em bens e serviços sem ter em conta a população alvo".

Recentemente foram divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) estimativas avulsas a traduzir que a população rondava os 16 milhões de habitantes. São cifras não seguras, como viria a reconhecer o próprio INE.

O Governo, no uso da boa linguagem, viria por sua vez, considerar que o contexto demográfico exerce um papel determinante na emergência e evolução da pobreza.

Evocando o facto de o país ser membro das Nações Unidas, participando em cimeiras e conferências internacionais em que o homem e o seu bem-estar figuram no centro das atenções, o Executivo diz que tem procurado, com o apoio dos seus parceiros, nomeadamente o FNUAP, implementar o plano de acção resultante desses eventos.

As deliberações do FNUAP visam proporcionar à população melhor qualidade de vida. As autoridades sustentam que estão conscientes do muito que ainda há por fazer para melhorar os indicadores socio-económicos do país.

Angola está na cauda do Índice de Desenvolvimento

Humano (IOH). O Governo diz que com a paz alcançada há mais de seis anos, manifesta-se a necessidade de se atender a curto prazo as inúmeras questões sociais que representam o factor de deterioração do IDH. Como tem sido prática, no manifesto do Governo divulgado por ocasião do Dia Mundial da População, culpabiliza-se a guerra como o grande empecilho à implementação de programas de maior abrangência.

No entender do antropólogo, ao evocar a guerra como impedimento ao desenvolvimento as autoridades têm "alguma razão", mas observou que "já estamos em paz há seis anos e antes de se avançar com os planos sociais primeiro se devia realizar o senso da população para se saber quantos angolanos vivem neste rico e imenso país",

Esta fonte aponta que a primeira tarefa seria melhorar os serviços das conservatórias do registo civil, alargando-os às zonas distantes das cidades. Se mesmo em Luanda as conservatórias trabalham a meio gás, com o pagamento da 'gasosa da praxe pelo meio, para a obtenção de uma certidão de narrativa completa, é claro que no resto do país as coisas não poderão ser das melhores.

O interlocutor adianta, porém, que além das conservatórias, todos os serviços que trabalham com as comunidades deviam ser integrados num sistema para se saber quantos somos. "As administrações municipais, as organizações não-governamentais e mesmo os serviços de geodesia e cartografia, bem como o próprio INE, deviam trabalhar para esta mesma causa", disse.

Como chegar aos números?

O INE diz que já somos 16 milhões. E caso se mantenha a actual taxa de crescimento demográfico, estimada em 3% ao ano, a população poderá rondar os 24 milhões em 2020, referiu o instituto.

Os dados avançados, ao que consta, estão distorcidos, dado que se baseiam apenas em projecções. " É imperioso fazermos sensos populacionais regularmente, isto de dez em dez anos, para acabarmos com as dúvidas. Não é normal vivermos de projecções", diria o engenheiro Bernardino Francisco, do INE.

Os números divulgados levantam imensas dúvidas, havendo os que sustentam que a população poderá ser muito mais do que isto, dado que existem cidadãos que nem sequer têm um documento de identificação, o que se alia ao facto de o país não realizar um senso populacional há mais de duas décadas.

O especialista, explicou que os dados apresentados se basearam nos resultados provisórios do registo eleitoral e no inquérito sobre o bem-estar da população em curso, ou seja, da base de dados recolhidos administrativamente, a partir de perfis provinciais e da recolha feita pelo Ministério do Plano, no qual interveio o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e

o Banco Mundial (BM):

De acordo com BF para se chegar a esta estimativa, o INE realizou inquéritos sobre a situação das mulheres e das crianças, das receitas e despesas dos agregados familiares. A fonte reconheceu que haver algumas dificuldades para a realização dos referidos inquéritos devido à insuficiência de quadros.

O país não efectua senso populacional desde a era colonial. Dados de 1970, altura em que se realizou o último rastreio da população angolana indicavam um número na ordem dos sete milhões de habitantes.

"Tivemos uma outra base de sondagem que fizemos a partir de projecções, a parcial porque não se realizou em todo o país visto que ainda não estavam criadas as condições para uma cobertura total. Daí, o inquérito foi apenas através das sedes municipais e comunais", referiu.

"A taxa de crescimento populacional ao ano é de 3%, daí haver a necessidade de actualização destes dados sempre que for necessário. Os dados divulgados são apenas estimativas", realçou.

O facto de o INE não ter realizado há mais de três décadas um senso populacional, já remete a uma preocupação enorme ao país, por não sabermos realmente quanto somos. BF deixou escapar que se está a preparar um senso populacional cujas datas dependerão do Governo.

"Temos, contudo, um dossier em fase de avaliação, mas para tal, deverá se enquadrar dentro das recomendações das Nações Unidas (ONU)", observou o interlocutor, acrescentando que "precisamos, com isso, preparar uma base cartográfica que irá servir de suporte à operação para evitar omissões e duplicações de dados".

Este, segundo o engenheiro, é um projecto que leva tempo, mas o senso como tal pode estender-se por quinze dias.

O êxodo da população do campo para os grandes centros urbanos continua a ser uma realidade a cada ano.

Este fenómeno é motivado pela degradação das condições de vida nas aldeias e vilas onde falta água, luz eléctrica, pão entre outros factores que poderiam contribuir para sedentarizar a população.

O problema contribui grandemente para a deterioração do "modus vivendi" nas cidades, ao mesmo tempo que complica as contas de quem queira fazer o senso.

6.8 Reordenamento do B.O em perspectiva

O Independente 19-07-2008

Há muito que já não se fala do projecto que tinha sido concebido para requalificar o Bairro Operário (B.O). A semana passada falou-se apenas na imprensa sobre a recuperação do Sambizanga, mas ao que consta, esta circunscrição também tem um.

O Independente soube que o projecto prevê a transformação do B.O em zonas urbanizadas com edifícios habitacionais, hotéis, centros comerciais e de serviços com estruturas singulares e pontos de referência modernizados notável.

Concebido pelo Gabinete de Apoio Técnico afecto ao Governo Provincial de Luanda (GPL), esteve perto de ser constituída uma sociedade gestora para assegurar a sua implementação.

O processo de negociação de parcerias públicas e privadas com o GPL esteve durante algum tempo em curso.

A requalificação vai abranger cerca de 300 hectares (300 campos de futebol) entre o Bairro Operário, Sambizanga, Bairro Mota, o mercado Roque Santeiro e parte do bairro da Lixeira.

No Bairro Operário, o projecto prevê também a construção de mil e 89 blocos habitacionais, ordenados em três blocos de dois andares com apartamentos de baixa, média e alta rendas, treze blocos de cinco andares com apartamentos de baixa, média e alta rendas.

Está ainda projectado para o Bairro Operário quatro blocos de 12 andares para escritórios, 84 moradias familiares de três pisos para a alta renda e 47 moradias familiares de dois pisos para média renda.

A execução do projecto vai respeitar aspectos de natureza ambiental, sociais, paisagísticos, infra-estruturas e regenerar espaço urbano, tornando-o equilibrado e atractivo às solicitações cada vez maiores do mercado imobiliário.

A concepção do projecto, inteiramente feita por técnicos nacionais com vasta experiência em vários domínios como social, económico, cultural e jurídico, levou um ano e três meses.

O símbolo adoptado para o projecto é uma Mulembeira, árvore mística, histórica, amiga e generosa. A intenção é acabar com a degradação da qualidade de vida urbana, a heterogeneidade das edificações e do actual povoamento, as limitações operacionais e funcionais ao crescimento urbano.

Os especialistas que elaboraram o esboço fundamentaram a execução do projecto de requalificação ao facto dos bairros apresentarem um mau estado generalizado e insuficiente de vias rodoviárias e sua desadequação face ao tráfego existente e mau uso do solo urbano, actualmente ocupado anarquicamente e sem os requisitos mínimos de qualidade dos padrões

urbanísticos.

Uma desordem que dura décadas

O Bairro Popular apresenta constrangimentos relativos à fiscalização das actividades económicas, baixa produtividade e deficiente gestão das empresas, redes de escoamento e comercialização deficientes, paralisação das unidades produtivas, debilidades generalizada do tecido empresarial local, baixos níveis de formação profissional da população em idade activa.

Quando o B.O estiver reordenado vai apresentar um povoamento concentrado, facilitador da programação de investimentos de âmbito social, melhor estruturação da rede Viária e do sistema de circulação de Luanda. O bairro terá igualmente definido redes rodoviárias mínimas, saneamento básico, circulação e transportes públicos.

O projecto inclui áreas comerciais e de serviços, infra-estruturas de boa qualidade para o exercício das actividades económicas, potencialidades para o desenvolvimento socio-económico, através da criação de emprego decorrente da expansão ordenada das actividades comerciais.

A reordenação vai proporcionar maior sustentabilidade da base populacional local, boa cobertura territorial das redes de infra-estruturas escolares e sanitárias, esforço de recuperação e qualificação funcional das estruturas sociais em toda a extensão da cidade de Luanda.

O Grupo de Apoio Técnico, coordenado pelo arquitecto Francisco José Miguel, reúne especialistas, entre os quais os arquitectos Filomeno Fialho, Isabel Martins, o desenhador Paixão Franco, o projectista Luís Coutinho Lourenço, os engenheiros Hermínio Vieira Dias, Manuel Resende e Fernando Leal Machado, o economista José Cerqueira, os sociólogos Artur Pestana "Pepetela" e Filipe Amado e o jurista Carlos Freitas.

O Despacho n.º 55/04, do Presidente da República, formalizou a constituição de um grupo de trabalho, integrado por técnicos nacionais de reconhecida capacidade profissional, com vista a assegurar a execução do programa de requalificação urbana dos bairros do Sambizanga e Bairro Operário.

6.9 Demolições continuam no "Iraque"

Angolense 26-07-2008

Texto do artigo. Texto do artigo. Texto do artigo. Tristeza é visível no bairro "Iraque", logo à entrada nota-se o pouco movimento na "pracinha", que outrora era o lugar onde os moradores se juntavam para conversarem, ouvirem música nos seus rádios a pilhas, beberem uma cerveja e afogarem as mágoas da vida. Hoje, tirando as três filas de vendedoras, mas ninguém fica lá, visto que os populares temem perder as suas casas, caso se distraiam. Muitos abandonaram os tra-

balhos e passam o dia em casa, para se prevenir dos demolidores.

Mais casas de chapas foram feitas e grande parte das de blocos foram partidas, em cada ruína de uma antiga casa de bloco se encontram outras feitas de chapa. As árvores também foram afectadas pela onda de demolições, hoje o sol bate mais forte naquela zona. Os troncos de árvores no chão servem para brinquedo das crianças, que ainda não percebem o que está a acontecer no seu arredor.

Procuramos pelo mais velho Cardoso, de 60 anos, antigo militar que na vez passada conversou connosco, mas não o encontramos. A casa do velho foi partida. No seu lugar está uma outra do condomínio Jardim do Éden.

Ele perdeu a esposa e uma das pernas na guerra, sustentava os sete filhos com o dinheiro dos rebuçados e bolachas que vendia numa bancada improvisada na sua porta. Hoje os vizinhos não sabem do seu paradeiro. "Ele tinha saído para comprar o seu negócio, quando regressou encontrou a casa no chão, teve um enfarte e lhe levaram para o hospital, mas até hoje não sabemos o que aconteceu com ele, nem com os seus filhos", contou Teresa Domingos, chorando com as mãos na cabeça.

Manuel António Alberto, morador daquele bairro, foi alvejado na cabeça por uma bala de fogo, no ano passado, quando lutava para preservar a sua casa.

Hoje já está recuperado, mas o seu estado de saúde é débil. "Fico constantemente doente. Sinto muitas dores de cabeça. Fui obrigado a dividir os meus filhos pelas casas das minhas irmãs, porque até hoje não me indemnizaram por terem partido a minha casa.

Hoje, vivo de favor na casa da minha irmã, mas tenho fé que a justiça de Deus será feita", manifestou-se esperançado, mas com uma gota de lágrima no canto dos olhos.

Lamentou em seguida o facto de seu amigo e vizinho, que também foi baleado, não ter tido a mesma sorte. "Hoje ele anda na cadeira de rodas, porque o tiro apanhou-lhe na coluna".

Gilberta Gaspar, na casa dos 20 anos, mora naquele bairro há dois anos com o seu esposo e quatro-olhos, vende peixe na pracinha ao lado. A sua casa já foi numerada (00362) e espera ser demolida. Colocou o bebé nas costas e acompanhou-nos na visita pelo bairro, enquanto caminhávamos pelos escombros, revelou que os "demolidores" avisaram-lhe que depois das eleições vão partir todas as casas e não vão indemnizar ninguém.

"Os trabalhadores desse condomínio procuraram-me e queriam pagar-me pela casa de dois quartos, uma sala, uma cozinha e dois de quartos de banho, a quantia de

dois mil dólares, como não aceitei, ameaçaram que vão retirar-me daqui à força, sem qualquer indemnização", lastimou.

Gaspar recordou depois as dificuldades que enfrentaram quando foram viver no "Iraque", sem escola, hospitais, água, luz e transporte. "Aqui era como um deserto. Sofremos muito. Andávamos longas distâncias a pé, não tínhamos nada, as crianças não estudavam, não viam televisão, só nos distraíamos ouvindo rádio, mas as pilhas custavam muito caro. Hoje já temos um colégio aqui, onde pagámos mensalmente quinhentos kwanzas para a iniciação. Fizemos a nossa pracinha.

Os táxis já chegam aqui e há um posto médico privado que está a ser construído. Querem tirar-nos daqui porquê? Têm tanto dinheiro, porquê que não vão construir noutra sítio?", interrogou-se.

A nossa interlocutora e mulher corajosa, enfrentou tiroteios, para defender o vizinho que discutia com os demolidores que tentavam partir a sua casa. "No dia 13 de Junho do corrente ano, o meu vizinho discutia com os "demolidores" (trabalhadores do Jardim do Éden e agentes da Polícia) que tentavam destruir a sua segunda casa, como ele já havia perdido a primeira, decidi ir ajudá-lo e meti-me na discussão.

A confusão era muita e as pessoas se aproximavam ao mesmo tempo que, os trabalhadores do condomínio começaram a fazer disparos, um das balas roçou no meu ombro e quase atingia o bebé que estava nas costas", contou.

Disse depois que naquele dia a confusão só parou quando apareceram outros agentes da polícia na zona. Jacinto Kaliango, segurança de uma empresa privada e morador do bairro "Iraque", juntou-se a nós para contar a sua história. A sua casa foi partida no dia 23 de Setembro do ano passado, actualmente vive numa de chapa.

"Eles chegaram às cinco horas da manhã, já não me encontraram, porque sou obrigado a sair de casa às quatro, para chegar cedo ao serviço. A minha mãe, a esposa e os meus cinco filhos ainda estavam a dormir, quando de repente ouviram o barulho do muro do quintal a ser partido. O susto fez com que a minha mãe contraísse um enfarte.

Enquanto as pessoas estavam preocupadas com ela, os "demolidores" aproveitaram para derrubar toda a residência. Quando cheguei nada mais se aproveitava, nem as mobílias, até a porta e as janelas foram levadas", lamentou.

6.10 Vida de cão no Mundial

Agora 26-07-2008

Onde fica o Mundial? perguntaram os repórteres a um grupo de pescadores que, de imediato, deram a indicação do local. "É depois destas casas destruídas pelas

calemas do passado recente", respondem-nos João Bernardo António (Mambacha) e João Moreira, dois homens com muitos anos de `tarimba` na pesca.

Mundial é o nome de uma comunidade que vive dos rendimentos do mar. Antes de rumarmos ao encontro dos habitantes deste lugar, mantivemos Uma longa conversa com os pescadores, curiosamente ambos desmobilizados das extintas FAPLA.

Mambacha diz ter cumprido o serviço militar em Malange e no Uige. Depois de ter servido na tropa, considera-se hoje um indivíduo aliviado porque acabou a guerra e agora já pode fazer o que mais gosta: a pesca que aprendeu com os progenitores há mais de três décadas.

"Nunca me senti bem na tropa. Sempre desejei continuar a trabalhar no mar, porque foi com isso que o meu pai nos conseguiu criar, pondo-nos a estudar. Quero melhorar essa actividade e ajudar a minha família", explica-nos sorridente.

Mambacha é um homem lúcido e nota-se que acompanha a realidade do país nos seus mais diversos domínios. Fala um bom português e formula juízos de valor. Tem as respostas na ponta da língua quando questionado sobre a sua condição actual.

No seu entender, o Governo devia também dar apoio aos pescadores individuais, abrindo-lhes facilidades para o crédito na óptica de que consigam adquirir motores e equipamentos para revolucionar a sua actividade.

Do mesmo modo que têm sido apoiados os associados, da mesma forma acha que se devia proceder em relação aqueles que têm capacidade de gerir por si mesmos os seus negócios.

"Se o senhor reparar, os pescadores particulares tem contribuído para alimentar a população, ao mesmo tempo que representam uma mais-valia quanto aos ingressos das obrigações fiscais nos cofres do Estado", sublinhou, explicando-se melhor: "Pagamos o imposto anual na Capitania e os emolumentos no Banco de Comércio e Indústria (BCI) e desembolsamos para a direcção das Pescas um valor aproximado a 50 dólares, de três em três meses.

Com todos os encargos, empatamos muito dinheiro para obter os direitos de pesca. Penso que em função destas obrigações, as autoridades deviam estipular uma contrapartida porque o mar nem sempre nos dá lucro".

7 SERVIÇOS BÁSICOS

7.1 Fundo Lwini continua a trabalhar para a dignidade dos deficientes

Jornal de Angola 2-07-2008

O Fundo de Solidariedade Social Lwini reafirmou ontem, em Luanda, o compromisso em continuar a lutar por uma melhor dignidade para os portadores de deficiência.

O compromisso, que inclui também a valorização da mulher rural, vem expresso numa mensagem lida pela presidente do Conselho administrativo da Instituição, Joana Lina, durante a gala realizada em alusão ao 10º aniversário da instituição, assinalado anteontem.

O Fundo Lwini, desde a sua criação em 1998, conquistou espaço, credibilidade e atraiu a atenção não só do grupo alvo, (mulheres rurais e portadores de deficiência) mas também da sociedade e dos parceiros que têm contribuído para o trabalho até aqui desenvolvido, refere a mensagem.

O desenvolvimento de acções de advocacia a nível nacional e internacional em apoio às vítimas de minas terrestres, às mulheres rurais, bem como a execução e financiamento de projectos nos mais variados pontos do país estão entre as principais iniciativas do Fundo.

Na mesma linha estão os projectos "Ler e Escrever", com distribuição de bibliotecas, contendo uma colecção de 25 obras de literatura infanto-juvenil de autores angolanos, "Gerar Vida com Segurança", implantado no município de Cacuaco com o propósito de facilitar o acesso das mulheres rurais à assistência materno-infantil.

A instituição destaca igualmente o valor do projecto "Vem Comigo", do Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPESS), desenvolvido em parceria com o Fundo Lwini e a Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA), que trabalha no processo de reinserção social de portadores de deficiência.

A presidente do Conselho de Administração do Fundo Lwini, Joana Lina, referiu que as organizações não governamentais são chamadas a adequar a sua acção aos objectivos definidos pelo Estado.

7.2 Caminhos-de-ferro de Luanda transportam mais de um milhão

Jornal de Angola 3-07-2008

Um milhões 277 mil 206 passageiros foram transportados pelos Caminhos-de-Ferro de Luanda (CFL), de Janeiro a Maio do ano em curso.

Em declarações à imprensa, o chefe de departamento das operações dos CFL, Aurélio Russo, referiu que deste número, 99 mil 176 foram transportados pelo comboio expresso.

Aurélio Russo disse que, neste momento, o comboio normal, com 12 carruagens, faz quatro viagens de segunda a sexta-feira e duas aos sábados, enquanto o expresso faz apenas duas por semana. O bilhete de passagem custa de 30 á 200 Kwanzas.

De acordo com o responsável, devido ao reforço do patrulhamento da Polícia Nacional os actos de vandalismo dentro do comboio baixaram consideravelmente.

Os Caminhos-de-Ferro de Luanda construíram quatro estações ao longo da linha Musseques Viana

7.3 Projecto "Água para todos" chega ao município da Humpata

Jornal de Angola 5-07-2008

Mais de 92 mil pessoas, residentes no município da Humpata, província da Huíla, vão beneficiar, ainda esse mês, do programa do Governo "Água para todos", segundo o director local de Energia e Águas, Abel João da Costa.

O referido programa, orçado em sete milhões de dólares americanos, será aplicado nas comunas da Palanca, Neves, Caholo e Bata-Bata, em benefício de 92 mil e 956 habitantes.

Abel da Costa fez saber que o projecto, a ser financiado pelo Governo Central, prevê a construção de sistemas de captação, tratamento e de distribuição, bem como a edificação de sondas equipadas com bombas manuais, a nível das quatro localidades.

O mesmo, de acordo com a fonte, visa aumentar a oferta à população local, no sentido de se evitar o percurso de longas distâncias em busca de água, tanto para o consumo, como para o abeberamento do gado.

A iniciativa, disse Abel da Costa, visa igualmente combater as enfermidades decorrentes do consumo de água imprópria, como a cólera e doenças diarreicas.

O responsável adiantou que o projecto é extensivo a todos os municípios da província, começando por aqueles cuja carência de água é mais acentuada, sem

contudo enumerá-los.

Actualmente, estão em curso, na Humpata, obras de reabilitação e ampliação da rede de distribuição de água, na sede municipal, avaliadas em 46 milhões de dólares, que vão beneficiar 20 mil pessoas.

O município da Humpata, essencialmente agropecuário, situa-se a 22 quilómetros a Sul do Lubango e possui uma superfície de mil 261 quilómetros quadrados.

7.4 Kuando-Kubango reforça fornecimento de água potável e energia eléctrica

Jornal de Angola 10-07-2008

O Gabinete Técnico de Gestão de Projectos do Programa de Investimentos Públicos (PIP) da província do Kuando-Kubango procedeu, recentemente, à consignação de projectos sociais que visam aumentar os níveis de distribuição e fornecimento de água potável e energia eléctrica à cidade de Menongue.

O director da Energia e Aguas, Filipe Sabino, disse que, na semana passada, o referido gabinete, coordenado por Pedro Luís da Fonseca, vice-ministro do Planeamento, procedeu a consignação de projectos sociais; em que os sectores de Energia e Aguas foram visados, no que concerne ao aumento de destruição e fornecimento destes serviços, em Menongue, numa primeira fase.

Ainda na primeira fase, numa altura em que a consignação marca o seu arranque, Filipe Sabino informou que o projecto abrange igualmente os municípios do Kuchi e do Kuito Kuanavale, sendo a segunda fase, sem data avançada, direccionada para os municípios do Nankova e Rivungo.

As intervenções, explicou a fonte, vão consistir no aumento da capacidade de produção, com a instalação, a par dos geradores já existentes em cada município, de mais um, para dobrar-se assim a capacidade de fornecimento de energia eléctrica. Para os municípios do Kuchi e Kuito Kuanavale, os grupos geradores serão de 200 KVA cada.

Menongue, sede capital do Kuando-Kubango, terá mais dois grupos de 1.000 KVA, a par de dois já existentes, cada com 500 KVA. Em Menongue, a intervenção vai abarcar a recuperação da rede de média tensão, a recuperação de sete antigos Postos de Transformação (PT), instalados na cidade e bairros periféricos, com vista a repor o nível de cobertura de fornecimento, sobretudo na zona suburbana.

"Tão logo seja efectivada a implementação dos projectos, o cenário vai melhorar, porque neste momento está-se aquém dos níveis de consumo de energia assim como de água potável, apesar do sistema de água

estar operacional".

Ainda no capítulo da água para os habitantes da cidade de Menongue, as obras de recuperação do sistema de distribuição continuam, com as ligações domiciliárias, e na energia regista-se, sempre em referência a projectos antigos, mais de duzentas residências electrificadas, para além da iluminação pública.

Uma vez que a procura supera ainda as capacidades actuais nas áreas de fornecimento de energia e distribuição de água potável, urge a necessidade do aumento dos serviços, no sentido de se alargar o número de beneficiários.

A população de Menongue anteriormente percorria longas distâncias à procura de água no Rio Kwebe, que divide a cidade. Hoje buscam-na, com qualidade, a partir de torneiras e chafarizes, graça ao projecto do Governo.

7.5 Administração determinada a inverter a situação

Novo Jornal 20-07-2008

Apesar de o administrador municipal reconhecer que a realidade não é boa, José Correia garantiu à reportagem do NJ que as acções de beneficiação já começaram. Convidando a nossa equipa de reportagem a visitar os locais onde estão a ser efectuadas operações de reabilitação, aquele governante garantiu que todas as ruas na extensão do Bairro Neves Bendinha beneficiarão de um trabalho de fundo que vai resumir-se no melhoramento do sistema de saneamento e na terraplanagem das vias para facilitar também o fluxo de viaturas que têm na rua Machado Saldanha uma das alternativas de escoamento.

"Estamos em presença de águas que surgiram nas últimas chuvas e de um sistema de esgotos que deixou de funcionar. Significa que será feita, de imediato, uma intervenção de fundo, não serão paliativos", esclarece. Quanto à zona do Golf I, o administrador municipal do Kilamba Kiaxi, José Correia, garantiu que, num curto espaço de tempo, as ruas serão desobstruídas e, para tal, as máquinas já estão há mais de duas semanas nos locais visados.

As obras de intervenção incluem operações na vala, cujo caudal está entre o Kassequel do Buraco e o bairro Neves Bendinha. A movimentação de resíduos sólidos antecede a intervenção para a melhoria (as condições do saneamento básico).

Só de recolha de resíduos sólidos, quase 2 mil metros cúbicos já foram retirados na rua da Balatagem.

As intervenções nos prédios do Golf 2 estão numa fase de prospecção e execução de trabalhos de carácter técnico, como a observação das linhas técnicas, drenagem das águas residuais, limpeza dos colectores, reparação e reimplantação da energia, água e telefones.

Está garantida a implantação de um empreiteiro que, nos próximos dias, arranca com as obras na comuna do Neves Bendinha, prevendo-se, segundo o governante, que em 90 dias seja concluída essa fase dos trabalhos para se poder passar à seguinte.

No que se refere à ocupação de terrenos, José Correia disse tratar-se de um fenómeno bastante complicado porque, apesar de alertadas sobre a proibição, as pessoas fazem, de modo tímido, a marcação de terrenos em zonas proibidas. É uma área que ronda os 30 mil hectares.

O administrador aponta algumas pessoas que se apresentam fardadas, com uniforme da Polícia Nacional e das Forças Armadas Angolanas, alegando a propriedade do terreno, outros invocam a hereditariedade.

"A situação vai tomando proporções de uma área para outra e, com efeito, sentiu-se a necessidade de regularizar a situação", sublinhou o administrador.

José Correia admitiu que esta ocupação em massa é, muitas vezes, feita em menos de dois dias, na calada da noite. Já se falava em mais de duas centenas de ocupantes. Para estancar a situação, a administração efectuou recentemente uma operação de demolição das casas de chapa erguidas em terrenos proibidos.

Quanto às pessoas que ocuparam terrenos legalmente estão a ter um tratamento diferente. A maior parte está identificada e outra já foi indemnizada.

Muito recentemente, efectivos das Forças Armadas destacados para aquela área para efectuarem serviços de controlo das obras das novas instalações da TPA, tiveram confrontos com um outro grupo de militares que teimava em ocupar um terreno ao qual dariam o nome de Bairro Militar. Neste confronto, que aconteceu à noite, os militares em serviço de vigilância tiveram que recorrer às armas de fogo para afastar os invasores.

Até hoje não se sabe ao certo em que números eram e a sua proveniência. Tudo o que se sabe, é que já não estão no local e a situação está sob o controlo das autoridades locais.

7.6 Saneamento caótica e ilegalidade na ocupação de terrenos

Novo Jornal 20-07-2008

O município do Kilamba Kiaxi já se vem debatendo com problemas agudos desde o tempo dos antigos administradores. Por ele passaram Job Capapinha, Baltazar de Oliveira e Rank Franck.

De tudo quanto já foi feito naquela parcela da província

de Luanda, pela antiga estrutura administrativa, na melhoria dos serviços básicos à população, não se vê nada. Ficou somente visível o "renovado" Parque Infantil Augusto Ngangula, localizado na rua Machado Saldanha.

Uma estrutura que os moradores questionam. "Isso poderia ser um ganho para a diversão dos nossos filhos, mas a prioridade é a saúde deles", alegam.

O espelho que a maior parte das ruas apresenta "é assombroso" admite o administrador local, José Correia.

A situação foi confirmada pela reportagem do NJ, no âmbito de um trabalho que tem sido publicado sobre a nova dinâmica que as administrações municipais procuram desenvolver no sentido de melhorar a prestação dos serviços básicos aos moradores dos municípios de Luanda.

Na conhecida rua da Epal, o sistema de saneamento, quase desaparecido, obriga os moradores a conviver com águas residuais mal cheirosas em frente à entrada das suas casas, resultado do lixo acumulado em quase toda a extensão da rua, fechando, consequentemente, as vias de escoamento.

Já na rua da Balatagem (que liga a entrada ao bairro do Golf, ao mercado dos Correios e outros acessos) há uma situação mais complicada ainda: Em sete anos, a rua tornou-se intransitável para os automobilistas que querem locomover-se entre o bairro Neves Bendinha e o mercado dos Correios, usando, desta feita, uma única via que, geralmente, se apresenta engarrafada, para além do asfalto que já não existe.

Abordados pela nossa reportagem, os moradores manifestaram-se agastados com a situação uma vez que têm que percorrer toda a rua, numa extensão de quase dois mil metros, para apanharem um táxi. Em situações de óbito, como nos contou uma residente já de meia-idade, os familiares do falecido são obrigados a deslocar a urna até à estrada onde se concentram as viaturas para o cortejo fúnebre.

A rua acumulou uma quantidade de entulho e lixo numa altura de quase dois metros, superando o nível das residências. Sem contentores, esta artéria é, ao mesmo tempo, um depósito de resíduos, o que põe em causa a saúde dos moradores.

A situação é semelhante no bairro Malangino, fruto das últimas chuvas que se abateram sobre a capital e de uma série de problemas que foram acumulados ao longo de sete anos.

No bairro Neves Bendinha, o que chama a atenção são as ruas intransitáveis. Algumas delas fazem travessia ao longo da rua Machado Saldanha e estão num estado que carece de uma atenção cuidada. Marecos e Pisca espelham o estado em que a maior parte das ruas do Neves Bendinha se encontram. É só águas paradas e

buracos.

A parte de trás do Cemitério da Sant'Ana, ao longo da extensão das "sete ruas", é outra realidade que a administração aponta como tendo necessidade de intervenção: Outro alvo de preocupações é a ocupação ilegal de terrenos que se vem registando nas zonas do Camama 1 e Camama 2.

Os terrenos são ilegalmente ocupados, principalmente em áreas onde estão projectadas as obras sobre a égide do Gabinete de Obras Especiais (GOE). Pessoas provenientes de vários lugares ocupam espaços, constroem casinhas de chapa e fazem a demarcação de terrenos, apossando-se deles.

Sem qualquer documentação que confirme a propriedade, alguns dos detentores clandestinos de terrenos vendem-nos a terceiros a um preço que chega a atingir os sete mil dólares. Há meia dúzia de anos, na mesma zona, já foram "despachados" a um preço que rondava os 300 dólares americanos.

As zonas mais invadidas são as que circundam o Instituto de Ciências Policiais, as obras da Escola Nacional de Artes, das novas instalações da TPA e do pólo habitacional para a juventude.

7.7 Vias em reparação

Novo Jornal 20-07-2008

Desde o último contanto que o NJ teve com a Administração Municipal do Rangel, na pessoa do responsável máximo, Maciel Neto, ficaram as garantias do governante de que os meios técnicos existentes permitirão inverter a situação em que se encontra a maior parte das ruas do município que dirige.

Passado algum tempo, verifica-se que alguma coisa já vai sendo feita naquela parcela da província de Luanda. As ruas do bairro da Terra Nova e Rangel estão a ser reabilitadas, decorrendo neste momento o processo de remoção de entulho e terraplanagem. Até ao fecho desta edição, a Rua do Alentejo na Terra Nova estava na fase de conclusão das obras de terraplanagem e tratamento de solo.

Como garantiu o administrador municipal do Rangel as obras vão permitir que haja maior fluidez no trânsito, já que algumas vias há muito que não apresentam condições para a locomoção de viaturas.

Outra informação obtida pelo NJ é relacionada com as águas salobras. Nos próximos tempos serão plantados pés de eucalipto em toda a extensão daquele bairro. As árvores vão permitir o equilíbrio das águas do subsolo uma vez que têm uma capacidade de consumo de água acima da média. Os resultados dessa acção poderão ser vistos só nos próximos anos.

Para constatar a evolução das coisas, a governadora da Província de Luanda, Francisca do Espírito Santo,

efectuou na última semana uma visita a algumas obras que estão a ser efectuada no município do Rangel. Rapidez na execução dos trabalhos é o que aquela governante pede para os administradores municipais, uma vez que os meios à disposição permitem pôr cobro a parte dos problemas que cada município encara no que concerne à execução de obras de reparação de vias e criação de condições para o controlo do saneamento básico nos municípios de Luanda.

A cidade de Luanda está a viver momentos de mudança, expansão, crescimento e o IPGUL, junto das administrações municipais, tem que definir e antecipar as acções quer das instituições públicas, quer privadas, a serem executadas na cidade". Esta apreciação foi feita na abertura do seminário sob o tema Descentralização de Tarefas realizado pelo Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL).

7.8 Água para todos só no ano 2005

Agora 26-07-2008

Luanda deverá ter mais água, a partir de 31 de Dezembro próximo. Os actuais níveis de produção e adulação de água a partir das estações de captação e tratamento de Kifangondo e Kikuxi deverão ser substancialmente aumentados, como resultado de um profundo trabalho nas áreas de metalo-mecânica, energia eléctrica, engenharia e construção civil.

Dois projectos, financiados respectivamente pelo Banco Mundial e pelo Governo brasileiro, estão em execução, com o objectivo de a partir do ano 2005 Luanda ter definitivamente resolvido o problema de produção e transporte de água bruta e tratada para consumo humano, industrial e agro-pecuário. Os valores mobilizados para a empreitada não nos foram fornecidos porque "poderão ter aproveitamento político", segundo soubemos de fonte oficiosa.

O projecto financiado pelo Banco Mundial, segundo o director técnico da Empresa Provincial de Águas de Luanda, Luvumbu Vita, será executado em quatro fases. A primeira denominada imediata, está em curso e deverá ser concluída até 31 de Dezembro deste ano.

A empresa Belga TSE desenvolve, em Kifangondo, trabalhos de reabilitação do sistema de bombagem e da sub-estação eléctrica, enquanto o consórcio formado pelas empresas Degremont, da França, SETAL, de Portugal, e a angolana SSM está a tratar do sistema de cantadores. É também esta última entidade quem está encarregue da reabilitação da estação de tratamento do Kikuxi. O projecto em execução prevê, igualmente, a substituição de um troço da conduta Kikuxi-Viana, por aí se registarem muitas fugas.

O que a EP AL busca com a execução da fase primeira do projecto é aumentar a fiabilidade da sub-estação eléctrica e melhorar as performances de funcionamento das bombas e do restante equipamento metalo-

mecânico, o que aumentará a produção e qualidade da água destinada a Luanda e Viana.

Espera-se, com a execução da fase imediata que, a partir de Kifangondo, a capital passe a receber diariamente 58 mil metros cúbicos de água bruta, através do sistema 1 e 138 mil metros cúbicos de água tratada através do sistema 2. Neste momento recebe diariamente do sistema 1 entre 40 a 50 mil metros cúbicos e 80-100 mil metros cúbicos do sistema 2.

A segunda fase da execução deste projecto está subdividida em 3 períodos. A empresa norte-americana Loius Beger está obrigada a apresentar, até 31 de Dezembro próximo, o projecto. Este visará a reabilitação da estação do Marçal e da conduta de 900 milímetros do Candelabro até aquela estação.

Do mesmo modo, deverão ser reabilitados os centros de distribuição e reservatório do Cazenga, Mulemba, Maianga e Marçal, a rede das zonas consideradas críticas, a construção de uma nova conduta que ligará o centro de distribuição do Palanca, presentemente em reabilitação, ao do Cazenga e ainda a extensão da rede primária das zonas periféricas.

A primeira fase de execução do projecto prevê a instalação de cerca de 600 fontenários em diferentes zonas suburbanas. A decisão final a respeito do número de fontenários a instalar só será tomada depois de consultadas as administrações locais do poder do Estado.

Depois, ainda de acordo com o engenheiro Luvumbu Vita, a Estação de Tratamento de Água do Kikuxi vai ser reabilitada bem como as ligações domiciliar. De igual modo estender-se-á a rede de distribuição primária (grandes condutas).

A fase final deste mega-projecto prevê a construção de uma nova estação de tratamento no Kikuxi, apenas no próximo milénio. Dimensão deste projecto será determinada de acordo com o crescimento populacional e do parque industrial de Luanda e Viana nos anos vindouros.

7.9 Criado órgão de regulamento de transporte em Luanda

Jornal de Angola 31-07-2008

Luanda tem uma Autoridade de Transportes. A sua criação visa solucionar os problemas de transporte e circulação na capital. Ontem, o Governo aprovou o decreto e respectivo estatuto orgânico que cria a referida entidade.

Denominada "Autoridade de Transportes de Luanda", a entidade vai exercer funções de organização, coordenação e fiscalização do sistema de transporte na área de Luanda.

O Governo, em comunicado de imprensa, esclarece que a actuação desta entidade não vai prejudicar as atribuições próprias do Ministério do Interior e da Polícia Nacional nesta matéria.

A referida autoridade exercerá a sua actividade sob a tutela técnica e metodológica do Ministério dos Transportes e tutela administrativa e funcional do Governo da Província de Luanda.

O objectivo do Governo, com a criação desta autoridade, é o de "contribuir de forma directa para solucionar, de uma maneira economicamente eficiente e socialmente justa, os problemas de transporte e circulação da cidade de Luanda", segundo o comunicado da reunião de ontem do Conselho de Ministros.

Na sessão ordinária de ontem, Executivo aprovou igualmente o novo Estatuto Orgânico do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC).

O documento, de acordo como o órgão colegial do Governo, está mais adequado à actual realidade do país e à evolução do sector da aviação civil. O Instituto Nacional da Aviação Civil é o órgão do Governo que superintende a política de aviação civil no país.

8 PAZ E RECONCILIAÇÃO

8.1 Ex-militares beneficiam de equipamento técnico-profissional no Cunene

Jornal de Angola 1-07-2008

Ex-militares dos Memorando de Entendimento de Luena, Acordos de Lusaka e Bicesse, na província do Cunene vão beneficiar, este ano, de equipamentos técnicos profissionais nas áreas de pedreira, electricidade, serralharia, carpintaria e mecânica auto, visando a sua reintegração no mercado de emprego.

O facto foi revelado, ontem, pelo chefe do Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-militares no Cunene (IRSEM), Venâncio Lungameni, segundo o qual a acção prevê abranger dois mil 855 desmobilizados a nível dos seis municípios da província.

O responsável adiantou ainda fazer parte do leque dos meios a serem entregues animais de tracção animal, imputes agrícolas, charruas, enxadas e outro bens a desmobilizados ligados ao sector, visando o fomento da agricultura na região.

O projecto consta do Programa Geral de Desmobilização e Reintegração, sendo financiado pelo Governo angolano, propiciando a criação de "pequenas unidades de produção", consubstanciado numa digna reintegração à vida Civil dos ex-militares, esclareceu Venâncio Lungameni.

Segundo disse, a par de outros programas de reintegração, pelo menos 23 desmobilizados, portadores de deficiência, estão a beneficiar, desde o mês em curso, de reabilitação física na província de Benguela e colocação de próteses.

O chefe do IRSEM no Cunene frisou por outro lado, ser imperioso os ex-militares procurarem os serviços do IRSEM nas administrações municipais e comunais, para que sejam integrados no Programa Geral de Desmobilização e Reintegração.

Segundo disse, o Governo angolano está preocupado com este estrato da sociedade no que toca à melhoria das condições de vida dos mesmos e seus dependentes, visando uma reintegração civil digna e desejada.

O Instituto de Reintegração Sócio-Profissional dos Ex-militares no Cunene controla três mil 350 desmobilizados.

8.2 Associação de Cegos de Guerra recebe equipamento informático

Jornal de Angola 12-07- 2008

A Associação de Deficientes Militares de Angola (AMMIGA) ofereceu ontem à Associação de Amblíopes e Cegos de Guerra de Angola (AACAG) um conjunto completo de informática e um gerador, no âmbito do apoio institucional.

O secretário para advocacia da AMMIGA, Lourenço Humba, afirmou que as duas associações lutam pela mesma causa, e, "neste contexto, o mais importante é que ambas possuam mais capacidade financeira; de forma a ajudarem os seus membros".

Lourenço Humba apelou a outras organizações que lutam pelos direitos dos portadores de deficiência, a prestarem apoio material e institucional a todas as associações que trabalham pela mesma causa.

Por sua vez, o presidente da AACAG, José Capamba, manifestou-se satisfeito pelo gesto da AMMIGA e disse, em agradecimento, que a sua associação vai ter a possibilidade de se estruturar melhor.

A AACAG foi fundada a 21 de Dezembro de 1994, em Luanda, por um grupo de ex-militares cegos, e, actualmente, controla 192 deficientes, os quais estão localizados em Benguela, Huíla, Andulo, Malange e Luanda.

8.3 Militares das Forças Armadas Angolanas aterrorizam população

Angolense 12-07-2008

A localidade chama-se Candombe Bananeira, é uma aldeia da comuna de Kassange Kalukala, município de Xá Muteba, Província da Lunda-Norte. Para chegar ao local, a equipa de reportagem do Angolense, na companhia de dois deputados, Sebastião Tualungo e Viemba Santo, percorreu um longo caminho de terra batida e teve que atravessar pontes Improvisadas.

Uma vez ultrapassados os obstáculos, estávamos em Candombe Bananeira, aldeia da comuna de Kassange Kalukala, município de Xá Muteba. Ao contrário dos outros tempos, em que a localidade ganhou fama pelo cultivo de banana, a exploração de diamantes é hoje a referência, o que atrai cada vez mais forasteiros para Candombe Bananeira.

Na aldeia podem ser encontrados cidadãos de vários pontos do país, mas são os Congolezes Democráticos que mais habitam a região, seguidos pelos nativos e cidadãos do sul do país, que se instalaram ali depois do conflito armado, já que eram militares e preferiram ficar por lá depois de serem desmobilizados.

Em face da presença massiva de estrangeiros na localidade e não só, uma acção de repatriamento foi gizada a partir do Estado Maior General das Forças Armadas Angolanas, uma vez que os efectivos da Polícia Nacional têm sido "incapazes" de pôr ordem na zona, como apurámos no local.

No quadro da operação, os militares são acusados de espancarem, queimarem casas e cartões de eleitores, assim como pelo saque de alguns bens dos cidadãos.

Algumas marcas de espancamento são visíveis (ver fotos). Os cidadãos contactados pelo Angolense não se inibiram e exibiram as marcas deixadas pela violência, inclusive nos órgãos genitais. Por temer represálias, o cidadão recusou-se em dizer o seu nome à nossa reportagem.

"Vou despir para que vocês tenham uma ideia daquilo que me aconteceu, a mim e a outras pessoas. O exército está a maltratar as pessoas, mas não podemos dar a cara porque aqui estamos na mata", justificou.

Ao contrário do nosso anterior interlocutor, Joaquim Aníbal, 32 anos, não se escudou no anonimato. Deu a cara e denunciou a destruição da sua casa, o que lamentou, argumentando que a sua esposa é natural de Kassange Kalukala Gandombe Bananeira.

"Quando os militares chegaram pediram para que abandonássemos a nossa casa, a minha esposa negou a orientação porque nasceu aqui. Por isso, quatro militares meteram fogo na nossa casa", acusou.

Sublinhou que grande parte da família da sua esposa vive naquela comuna, tendo dito ainda que quando os efectivos chegaram no terreno começaram a repatriar os Congolese Democratas, para depois lançarem a "ofensiva" contra os angolanos.

Além da casa queimada, Joaquim Aníbal diz ter sido espancado e que o pior só não aconteceu graças à intervenção da polícia. "Tive que me refugiar no posto policial", cantou.

Quando questionados se davam guarida ou não aos estrangeiros em situação irregular, negou, mas reconhece que a aldeia antes da "Operação Toupeira" era habitada maioritariamente por estrangeiros ilegais.

Residente na zona desde 2004, Joaquim contou que naquele ano Candombe conheceu uma operação semelhante, o que se repetiu na primeira quinzena do mês de Junho do corrente ano.

Rosa Manuel, 38 anos de idade, também foi vítima de espancamentos, segundo ela, protagonizados por efectivos das FAA. Tudo começou quando o sobrinho estava a ser agredido por um militar. Em defesa do seu familiar, Rosa sentiu a mão pesada de um soldado.

"Perguntei se eles estão na aldeia para repatriar os estrangeiros ou o povo angolano. Isso foi suficiente para começarem a me espancar. Depois disso, entraram na minha casa e queimaram todos os meios, inclusive o meu cartão eleitoral e o do meu esposo", denunciou.

Na fuga, segundo ele, deixaram uma criança em casa. "Por pouco o meu filho morria queimado", lamentou.

"Perguntei se eles estão na aldeia para repatriar os estrangeiros ou o povo angolano. Isso foi suficiente para começarem a me espancar. Depois disso, entraram na minha casa e queimaram todos os meios, inclusive o meu cartão eleitoral e o do meu esposo", denunciou.

Na fuga, segundo ele, deixaram uma criança em casa. "Por pouco o meu filho morria queimado", lamentou.

No terreno fala-se mesmo em braços amputados por efectivos das Forças Armadas, o que não podemos confirmar, pois, não conseguimos contactar nenhum chefe militar no terreno, nem mesmo em Malange, de onde, supostamente, são oriundos os militares que estão em Xá Muteba.

De acordo com uma fonte militar em Malange, 9a região militar, efectivos daquele comando foram chamados a combater a imigração ilegal na província da Lunda-Norte, concretamente nas zonas de exploração diamantífera.

Depois de ver os seus cartões queimados, os habitantes daquela localidade perguntam-se como vão votar nas eleições de Setembro próximo.

As denúncias vão mais longe e incluem relatos de senhoras congoleseas que foram violentadas sexualmente por militares do exército angolano. Com medo do pior e porque estão em situação ilegal na província, preferem não fazer qualquer denúncia às autoridades.

Tolerância zero

Um jovem que se identificou apenas com o nome de "Europeu" revelou que todas as casas de lonas foram queimadas, por, alegadamente, serem pertença dos Mukwakuizas (pessoas que vêm de outra região ou país).

Natural da província de Benguela, Europeu partiu para a Lunda-Norte em busca de um negócio com o objectivo de progredir na vida. Contudo, este sonho continua adiado porque, devido o clima que se vive na região, pretende abandonar o Candombe Bananeira. "Preciso apenas de conseguir um dinheiro para pagar o transporte de regresso à casa", revelou, com o semblante visivelmente carregado de tristeza.

Todo este clima de terror resvala também para o campo da intolerância política. O representante da UNITA na comuna de Kassange Kalukala.

Daniel Bartolomeu, viu a sua casa ser queimada e foi espancado durante o processo de repatriamento de estrangeiros, que, segundo ele, também incluía a retira-

da da região de alguns angolanos. "A primeira missão de repatriamento foi bem sucedida, mas a segunda não. Parecia uma invasão do Estado Angolano", afirmou. Daniel Bartolomeu viu também o seu cartão de eleitor queimado, o que em princípio o deixa impossibilitado para exercer o seu direito de voto. "Isso para mim é preocupante," disse.

8.4 Chegou a fase de entrega coerciva das armas

Agora 12-07-2008

As quatro mil empresas de segurança privadas vão ser obrigadas a entregar o armamento de guerra em sua posse durante a fase coerciva do programa de recolha em curso no país.

Segundo o coordenador da subcomissão técnica da Comissão Nacional para o Desarmamento da População Civil, comissário Paulo de Almeida, uma das recomendações saídas da última reunião da comissão, realizada do início do mês, foi a aceleração do desarmamento das empresas de segurança privadas, que se estima terem em sua posse cerca de 20 mil armas de guerra.

Paulo de Almeida referiu que, tendo em conta a recolha das armas em posse das empresas de segurança privada, a comissão nacional decidiu que fosse igualmente acelerada a selecção de empresas que se vão ocupar à importação e comercialização de armas de defesa pessoal para substituir as actuais usadas por estas empresas.

"Se vamos desarmar as empresas de segurança privada elas têm que ter um lugar onde devem adquirir armas de defesa pessoal, dentro do quadro específico para este tipo de serviços", disse o responsável, acrescentando que a tarefa de selecção de várias empresas, que já se candidataram a esta actividade comercial cabe à Polícia.

Aquele oficial disse ainda que no encontro foi também decidida a revisão dos regulamentos do uso e posse de armas das forças de defesa e da ordem pública.

"Apesar da designação do programa Recolha de Armas em Posse da População Civil os militares com armas em sua posse deverão fazer o registo nas suas unidades para se ter o controlo das que estão em posse de militares e polícias, ou elementos paramilitares", frisou.

A terceira fase de recolha de armas teve início no passado dia 5 e deverá coabitar com a primeira e segunda fases.

O Governo prevê intensificar a busca de informações sobre eventuais resistências quanto à entrega de armas e a identificação de esconderijos, realizar operações dirigidas à recolha de armas em todo o país, bem como restaurar processos crime quando detectados casos de porte e uso ilegal de armas de fogo.

O Código Penal prevê no seu artigo 253 como a maior penalização a prisão de 8 a 12 anos para quem for portador ilegal de armamento de guerra.

8.5 Cerca de 30 mil armas já foram recolhidas

O Independente 26-07-2008

O segundo comandante-geral da Polícia Nacional para Ordem Pública, comissário Paulo de Almeida afirmou esta semana que o número de armas entregues pela população em todo o país aproxima-se a 30 mil.

Segundo o comissário da polícia, o ritmo de entrega de armas mantém-se e ainda não foi realizada nenhuma acção coerciva.

"Todo o cidadão que tem em sua posse arma deve fazer a sua entrega, porque serão sujeitos a penalizações caso sejam descobertos", advertiu.

De acordo com Paulo de Almeida a Polícia vai intensificar o combate aos delinquentes para a segurança e tranquilidade da população, pois eles têm agido e actuado com armas e a obrigação da corporação é actuar e desarmá-los e não apenas detê-los.

O comissário Paulo de Almeida referiu que a colaboração da população e de organismos na denúncia dos delinquentes é fundamental para uma boa actuação da polícia. Como resultado das acções executadas pela comissão, até ao final do mês de Junho foram entregues voluntariamente pela população civil 23.444 armas diversas, 11.667 carregadores e 57.611 munições diversas.

Terminado que está o período de entrega voluntária das armas, actualmente observa-se a fase de recolha coerciva do armamento em posse ilegal dos civis, que compreende a intensificação de busca de informações sobre eventuais focos de resistência quanto à entrega de armas, identificação de esconderijos e realização de operações dirigidas das de recolha de armas em todo o território nacional.

Esta fase contempla igualmente a instauração de processos-crime sempre que forem detectados casos de porte e uso ilegal de armas de fogo, início do processo de substituição das armas de guerra em posse das empresas privadas de segurança e sistemas de auto-protecção, por armas de defesa legalizadas.

Por outro lado, o vice-governador de Luanda para a área técnica, Bento Soyto, que também interveio no encontro afirmou que a fase de entrega voluntária de armas de fogo deve coabitar com a etapa de recolha coerciva.

O governante referiu que os alvos da comissão devem ser os delinquentes e aqueles cidadãos que pelo seu comportamento indicem posse ilegal de armas e que

obrigam que seja feita uma intervenção neste sentido.

"Vamos desenvolver acções no sentido de obrigar aqueles cidadãos que até agora não fizeram a entrega voluntária sejam levados à justiça e também iremos, sempre que possível, garantir estímulos aqueles que colaborarem com a comissão através de denúncias ou de entrega voluntária das armas que ainda estão em posse da população civil". Sublinhou.

Bento Soyto solicitou as direcções provinciais da Reinserção Social Promoção da Mulher, Juventude e Desporto, Justiça, representante do Conselho de Igrejas Cristãs, Educação e Comunicação Social no sentido de realizarem um papel mais activo no processo de sensibilização da população,

Para tal, "é preciso reforçar o papel interventivo dos órgãos sociais, não apenas os de defesa e segurança como a polícia, a guarnição militar, mas também as associações para conferir maior e melhor prestação das tarefas de maneiras que seja possível responder à expectativa que está reservada à província de Luanda neste aspecto", salientou,

A Comissão Nacional de Desarmamento é coordenada pelo Primeiro-Ministro Fernando da Piedade Dias dos Santos e tem a tarefa de recolher, armazenar e ter sob sua custódia todas as armas ligeiras e de pequeno porte em posse ilegal da população civil, de ex-militares, polícia e empresas de segurança privada,

8.6 Cazenga realiza campanha sobre desarmamento

Jornal de Angola 29-07-2008

A Rede das Organizações da Sociedade Civil do Cazenga deu início sábado à campanha de sensibilização sobre desarmamento naquele município.

O porta-voz da organização, Timóteo Sebastião, disse que a campanha de sensibilização vai incluir grupos de teatro, organizações juvenis, tendo como lema "Stop arma".

No acto de lançamento da campanha, em que estiveram presentes o administrador municipal do Cazenga, Victor "Tani" Narciso, responsáveis da administração local e efectivos da Polícia Nacional, foram entregues duas armas do tipo AKM por dois moradores da comunidade do Hoji-Ya-Henda.

Timóteo Sebastião deu a conhecer que estão instaladas dez postos de sensibilização em todo o município do Cazenga, de n1Q40 a facilitar, o trabalho dos intervenientes na campanha.